

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Fernando Nichterwitz Scherer

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS
TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR: alternativas e
desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais**

**Porto Alegre
2019**

Fernando Nichterwitz Scherer

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS
TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR: alternativas e
desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a elaboração da dissertação.
Área de concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zílio Abdala

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Scherer, Fernando Nichterwitz

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS
TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR: alternativas
e desafios encontrados nos processos de articulação de
atores sociais / Fernando Nichterwitz Scherer. --
2019.

136 f.

Orientador: Paulo Ricardo Zílio Abdala.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Lutas Reivindicativas. 2. Articulação de Atores
Sociais. 3. Pobreza. 4. Trabalho Terceirizado. 5.
Universidades. I. Abdala, Paulo Ricardo Zílio, orient.
II. Título.

Fernando Nichterwitz Scherer

**A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS
TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR: alternativas e
desafios encontrados nos processos de articulação de atores sociais**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a elaboração da dissertação.

Área de concentração: Estudos Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zílio Abdala

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky

Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zílio Abdala

“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”

Bertold Brecht

RESUMO

Nas Universidades Públicas Federais, entre os serviços prestados por trabalhadoras pobres estão o de limpeza e o de manutenção das cozinhas dos restaurantes universitários. Em momentos de crise, essas trabalhadoras têm suas vidas ameaçadas por atrasos e cortes em seus salários e benefícios, por ameaças de demissão ou riscos de acidente de trabalho. A pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal do Paraná evidenciou que da articulação entre trabalhadoras terceirizadas em luta e militantes de outros movimentos sociais emerge uma práxis que constrói alternativas para a sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas e provoca transformações na subjetividade daqueles que experienciam e constroem a relação. O presente trabalho foca na análise dessas articulações, orientando-se pelas contribuições de Isabel Rauber, intelectual latino-americana dedicada ao estudo dos movimentos sociais. São postas em destaque as dificuldades e as alternativas - produzidas como respostas práticas (de maior ou menor êxito) a essas dificuldades – encontradas nas experiências de articulação entre estudantes, professores, técnico-administrativos em educação e trabalhadoras terceirizadas pobres. A solidariedade funciona como um elemento aglutinante inicial a partir do qual os processos de luta pela sobrevivência das trabalhadoras pobres podem se constituir como processos prático-pedagógicos. No entanto, as dificuldades encontradas em estabelecer as dimensões políticas comuns das pautas reivindicativas dos atores sociais articulados, em detrimento de seus aspectos aparentemente conflitivos, ajudam a explicar o caráter efêmero e circunstancial das articulações observadas, bem como o ciclo desgastante de conquistas de avanços parciais intercaladas por períodos de retrocesso em direitos e garantias fundamentais.

Palavras-chave: lutas reivindicativas, articulação, atores sociais, pobreza.

ABSTRACT

In Brazilian Public Universities, among services provided by poor workers are cleaning and pantry at universities' restaurants. In times of crisis, these workers are threatened by latepayments and cuts at their salaries and benefits, threats of dismissal or risks of accidents at work. Field research conducted between 2017 and 2018 at the Federal University of Rio Grande do Sul and the Federal University of Paraná showed that from the articulation between struggling outsourced workers and militants from other social movements emerges a praxis that builds alternatives for the survival of outsourced workers and provokes transformations in the subjectivity of those who experience and build relationship. The present work focuses on the analysis of these articulations, guided by the contributions of Isabel Rauber, Latin American intellectual dedicated to the study of social movements. We highlight the difficulties and alternatives - produced as practical (more or less successful) responses to these difficulties - found in the experiences of articulation among students, teachers, education technicians and poor outsourced workers. Solidarity functions as an initial binding element from which the processes of struggle for the survival of poor workers can be constituted as practical-pedagogical processes. However, the difficulties encountered in establishing the common political dimensions of the articulated social actors' claim agendas, to the detriment of their apparently conflicting aspects, help to explain the ephemeral and circumstantial character of the observed articulations, as well as the stressful cycle of achievement of partial advances interspersed with periods of setback in fundamental rights and guarantees.

Key-words: survival struggles, articulation, social actors, poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Panfleto publicado em contraposição ao PL 4330 pelos movimentos sindicais e estudantis da UFRGS.....	33
Figura 2 – Fotografia de protesto realizado por trabalhadoras terceirizadas de limpeza em maio de 2015 que retrata a participação de alguns alunos colaboradores.....	34
Figura 3 – Mobilização de estudantes e trabalhadoras no Campus do Vale para a reunião com representantes da reitoria no dia 18 de novembro de 2016.....	39
Figura 4 – Trabalhadoras articulam ações junto aos estudantes antes do início da reunião realizada no dia 18 de novembro de 2016, no Campus do Vale.....	40
Figura 5 – Chamada do movimento de ocupação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) em apoio à luta das trabalhadoras terceirizadas	45
Figura 6 – Panfleto da FALTT denunciando a ausência de EPI e produtos de limpeza.....	54
Figura 7 – Panfleto da FALTT sobre o aumento da jornada de trabalho.....	55
Figura 8 – Panfleto da FALTT sobre o desemprego e seu efeito no achatamento do salário.....	55
Figura 9 – Panfleto em defesa da greve das trabalhadoras da RU.....	61
Figura 10 – Fotografia de panfleto que denuncia a redução dos postos de trabalho nas cozinhas dos RUs.....	66
Figura 11 – Calendário da Ocupação do DSG.....	67
Figura 12 – Cartaz exposto na reitoria da UFRGS.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

ADUFRJ – Associação dos Docentes da UFRJ

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ASSUFRGS – Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

ATTUFRJ – Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ

CONFASUBRA - Congresso Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação

CONSUN – Conselho Universitário

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DSG – Departamento de Serviços Gerais

EC – Emenda Constitucional

FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS

FALTT – Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação

GERTE – Gerência de Serviços Terceirizados

GTT – Grupo de Trabalho Sobre a Terceirização

IA – Instituto de Artes da UFRGS

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

MEC – Ministério da Educação

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFRGS

RU – Restaurante Universitário

SEEAC-RS – Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul

SIEMACO – Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba

SINTUFRJ - Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ

TAEs – trabalhadores técnico-administrativos em educação

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

VT – Vale Transporte

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS POBRES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3 RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA PROTAGONIZADAS POR TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR	33
3.1 A LUTA NA UFRGS.....	33
3.2 A LUTA NA UFPR	50
4 AVANÇOS E RETROCESSOS NAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA ANALISADAS E SUAS RELAÇÕES COM OS PROCESSOS ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	73
5 CONCLUSÕES	85
REFERÊNCIAS	90
Apêndice 1	104
Apêndice 2	111
Apêndice 3	118
Apêndice 4	130

APRESENTAÇÃO

Nos últimos cinco anos, foram impostas reduções reais no orçamento da grande maioria das Universidades Públicas Federais em um contexto de expansão dos serviços prestados por essas instituições. Entre 2013 e 2017, a redução média no orçamento para as chamadas despesas não-obrigatórias¹ (ou discricionárias) encolheu 27% no país. No mesmo período, a expansão do número de matrículas nas universidades expandiu cerca de 10% (MORENO, 2017, online). Em maio de 2019, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou uma boa parte do orçamento para despesas não-obrigatórias das 63 Universidades Públicas Federais, agravando esse quadro. O corte de 1,7 bilhão representa aproximadamente 25% do orçamento para tais despesas (TENENTE e FIGUEIREDO, 2019). Segundo Moreno (2017, online), ao recaírem sobre as despesas discricionárias, “os cortes atingem, principalmente, os serviços terceirizados como limpeza, manutenção e segurança, além dos benefícios para estudantes de baixa renda”.

Nesse contexto, a retração no orçamento das Universidades Públicas Federais repercute na vida de muitas trabalhadoras de forma direta. Em tais espaços, nos quais aproximadamente dois terços da força de trabalho atualmente veem sua condição de estabilidade garantida pelo Regime Jurídico Único ameaçada, estão também alocadas trabalhadoras que vivem situação de fome e pobreza (Apêndice 1; ATTUFJRJ EM..., 2015; ENTREVISTA FRENTE..., 2018). Trata-se de uma parcela das trabalhadoras terceirizadas dessas instituições, as mais pobres entre aquelas contratadas diante da “presença de um intermediário na relação entre o trabalhador” e a organização que “lhe aproveita a força de trabalho” (VIANA, 2003, p. 135). Nas universidades, entre os serviços prestados, em sua grande maioria, por trabalhadoras pobres, estão a limpeza, a portaria, a segurança, o almoxarifado, e os serviços de copa, cozinha e manutenção.

A pobreza é aqui compreendida a partir da natureza relacional de sua produção, sendo tomada como correspondente a um processo de acumulação de riqueza. Por sua vez, o trabalhador pobre é aquele que não apenas é impelido ao trabalho para o capital, mas aquele que também experiencia na ‘carne’ a impossibilidade prática de reproduzir a sua vida (DORNELAS CAMARA e MISOCZKY, 2019). Discussões aprofundadas sobre essa perspectiva e seus contrastes com outras concepções de pobreza, como a do Banco Mundial e

¹ O orçamento das Universidades Públicas Federais é dividido entre o orçamento de pagamento de funcionários ativos e inativos (despesas obrigatórias) e orçamento para custeio de despesas correntes e investimento (despesas ditas não-obrigatórias). É sobre o segundo tipo de despesas que os cortes e o recente contingenciamento de verbas recaem.

de autores por ela influenciados, podem ser encontrados em produções de Dornelas Camara (2012, 2013).

Essa impossibilidade prática é experimentada, por exemplo, pelas trabalhadoras de limpeza da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelas trabalhadoras do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), protagonistas das lutas analisadas pelo presente trabalho. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), essas trabalhadoras recebiam, em 2018, cerca de 30% do salário necessário para o sustento digno de uma família, incluindo salários e benefícios (DIEESE, 2018).

Confirmando os resultados de outras pesquisas, os dados recolhidos pelo presente estudo evidenciaram que as trabalhadoras de limpeza da UFRGS e do RU da UFPR são, em sua maioria, mães e chefes de família, comprometidas com uma jornada dupla de trabalho, e frequentemente submetidas ao assédio moral e sexual (DIEESE, 2007a, ENTREVISTA FRENTE..., 2018; ZIMMERMANN, 2017, FALTT, 2017a). Esses dados evidenciam não só alguns dos efeitos da erótica machista no cotidiano dessas trabalhadoras, mas também a exclusão política que corresponde ao imperativo da venda de sua própria força de trabalho por uma contrapartida abaixo do que é necessário para reproduzi-la. A opção realizada em denominar, nesse estudo, a categoria como ‘trabalhadoras terceirizadas’ busca destacar o fato de que as trabalhadoras que participaram das lutas em questão eram, em sua maioria, mulheres, mães, negras, e chefes de família (FALTT, 2017b; ZIMMERMANN, 2017). A escolha segue a opção do trabalho de Zimmermann (2017).

Valendo-se da vulnerabilidade das trabalhadoras terceirizadas pobres (que acirra sua dependência da contrapartida salarial), as empresas intermediárias que as empregam frequentemente deixam de cumprir com suas obrigações trabalhistas, produzindo situações extremas nas quais sua sobrevivência é ameaçada mesmo a curto prazo. O relato de uma trabalhadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em vídeo divulgado em outubro de 2015 ilustra os efeitos dessas práticas na vida cotidiana das terceirizadas pobres: àquele momento, algumas das trabalhadoras experienciavam as dificuldades ocasionadas por três meses de atraso em seus pagamentos.

Está sendo muito duro, muito difícil porque explorados sempre soubemos que somos, só que desse jeito... foi de uma forma muito mais clara, porque a empresa Venturelli entrou, não cumpriu seus compromissos que assinou no contrato com a universidade, que ela deveria manter com os funcionários, durante três meses. Portanto os meus colegas, uma boa parte deles, está sem dinheiro desde agosto. Estão sendo despejados, estão passando fome, têm deles que não têm sequer nem uma farinha. Para mim está sendo muito difícil, não tem um dia que eu não choro, não tem um dia que eu não soffro. [...] São três meses sem pagar o aluguel, então não tem quem possa aguentar

isso, por mais que a gente queira, não dá. [...] Eu nunca tinha visto isso dentro da universidade, a situação que essa empresa, a Venturelli, tem colocado meus colegas. Já tivemos uma crise da Qualitécnica, onde, somando tudo, esses funcionários da limpeza, hoje, tem quatro meses que não veem um centavo. Porque o aviso deles tá pela justiça, é a justiça que vai decidir. Aí entra a Venturelli, nem o equipamento de trabalho eles não deram para as funcionárias. [...] Peço desculpas, porque isso mexe comigo todos os dias, mesmo não faltando nada para eu comer, eu tenho minha mesa farta, mas infelizmente há vários dias que eu só como miojo pra me manter em pé. (ATTUFRJ EM..., 2015a, online)

Como consequência do acirramento da negação à vida de trabalhadoras terceirizadas pobres alocadas nas universidades, emergiram lutas pela construção de alternativas para sua sobrevivência nos últimos anos. Foram observados protestos, mobilizações e greves em instituições como a UFRGS, a UFPR, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Universidade de Brasília (UnB).

Nos primeiros passos da pesquisa de campo realizada, um elemento comum encontrado em todos os processos de luta pela sobrevivência nas Universidades Públicas Federais foi a marcante relação entre os avanços iniciais nos processos de organização dessas lutas e a capacidade de articulação entre movimentos de trabalhadoras pobres e outros atores sociais que tomam as universidades como trincheira. Foram observados processos de articulação com outros atores sociais compostos por professores, técnicos e estudantes em diferentes conformações, com estratégias distintas e variados níveis de profundidade.

A compreensão do conceito de ator social é extraída do trabalho de Isabel Rauber, filósofa e pesquisadora latino-americana, para quem atores sociais:

seriam todos aqueles grupos, setores, classes, organizações ou movimentos que intervêm na vida social na busca de determinados objetivos particulares, setoriais, próprios, sem que isso suponha necessariamente uma continuidade de sua atividade como ator social, seja no que diz respeito aos seus próprios interesses ou em apoio a outros atores sociais. (2005, p. 115)

Nascida na Argentina, Rauber residiu em Cuba entre 1978 e 2006, período durante o qual se dedicou ao estudo dos movimentos sociais latino-americanos. A partir de sua experiência de pesquisa e militância junto a movimentos indígenas, feministas, de trabalhadores etc., a autora identificou o desafio de recomposição do “todo social hoje virtualmente desaparecido por detrás de sua fragmentação e fraturação profundas” que se coloca como uma necessidade prática para a produção desses movimentos, especialmente em um contexto de avanço do capitalismo neoliberal em nosso continente (RAUBER, 2000, p. 6).

Na contramão da tendência que prosperou entre seus pares, especialmente a partir da década de 1990, de relegar as lutas populares setoriais e reivindicativas ao segundo plano ou a um nível hierarquicamente inferior às lutas de cunho político ‘mais claro’ orientadas por um projeto de tomada de poder, Rauber buscou resgatar a importância das lutas reivindicativas dos diversos atores sociais em sua heterogeneidade e diversidade como formas de expressão da luta

do povo latino-americano contra o sistema de opressão do capital em um contexto de atomização social. O arcabouço teórico da autora aponta para a fértil possibilidade de que atores sociais se tornem sujeito da transformação social, protagonistas de sua própria história, a partir de processos de articulação com outros atores sociais. Processos que não podem se ancorar no estabelecimento de pautas gerais abstratas estabelecidas *a priori*. Ao contrário, partem desde as reivindicações e problemas concretos enfrentados por cada um dos atores em processo de articulação até avançar em direção à compreensão dos nexos e vínculos que os reúnem e os põem em relação (RAUBER, 2000, 2001, 2005, 2012).

Partindo das ferramentas teórico-metodológicas propostas por Rauber e da constatação de que a emergência das lutas pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres das Universidades Públicas Federais aparece relacionada a processos de articulação e desarticulação de atores sociais, o presente trabalho dedicou-se à análise de duas dessas lutas, ocorridas na UFRGS e na UFPR, e das alternativas e problemas encontrados nos processos de articulação de atores sociais que as trespassam e que, conforme argumento, se relacionam a alguns dos principais avanços e retrocessos produzidos ao longo dessas experiências.

1 A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS POBRES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

A primeira experiência de luta protagonizada por trabalhadoras terceirizadas pobres no âmbito das Universidades Públicas Federais identificada pela presente pesquisa se deu a partir de 2014 na UFRJ, em um momento no qual a administração da instituição atrasou o repasse de recursos para empresas intermediárias (o que, por sua vez, pode ser melhor compreendido à luz das reduções orçamentárias que, à época, iniciavam). Um vídeo publicado pelo Movimento Correnteza UFRJ (LUTA DOS..., 2014) ilustra um momento no qual representantes do Diretório Central dos Estudantes, do próprio Movimento Correnteza, e trabalhadoras terceirizadas de limpeza e manutenção que estavam com salários e benefícios atrasados realizaram um protesto dentro do prédio da reitoria, exigindo explicações. Uma das trabalhadoras que participou das conversas com representantes da reitoria da UFRJ relatou:

Eles falaram que já passaram para empresa. [A quantia] de um milhão e setecentos e vinte e seis mil reais. Eles passaram pra empresa. Sendo que, eles alegaram lá, o que? Que eles não podem fazer nada. Dentro de quarenta e oito horas, o dinheiro vai cair na conta da empresa. Agora se a empresa vai passar o dinheiro para a gente, não é problema deles, entendeu? É problema da empresa. Eles mandaram a gente ir no escritório da empresa. Mas nós falamos lá, que o escritório da empresa está lá: fechado, com um cadeado enorme, a gente liga e ninguém atende, não aparece ninguém, entendeu? A gente fica... com nada. (LUTA DOS..., 2014)

No início de 2015, a empresa Qualitécnica apresentou graves problemas no cumprimento de suas obrigações salariais (SU, 2015). Apesar dessa situação, as trabalhadoras que se mobilizaram relataram dificuldades tanto em encontrar suporte do sindicato da categoria, quanto em construir e manter processos organizacionais capazes de levar adiante a luta por alternativas. No entanto, a denúncia de atraso espalhou-se pela universidade, provocando a solidariedade dos demais trabalhadores da UFRJ e dos estudantes para com a situação dessas pessoas, com as quais dividiam o espaço da instituição. Foi assim que, contando com o apoio de professores ligados à Associação dos Docentes da UFRJ (ADUFRJ) e de trabalhadores técnico-administrativos em educação (TAEs) ativistas do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ (SINTUFRJ), bem como de alguns representantes do movimento estudantil, as trabalhadoras fundaram a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ) no dia 28 de abril. Na ocasião, a presidente da associação reconheceu a entidade como fruto de uma luta na qual não houve apoio ou suporte do sindicato da categoria (ADUFRJ, 2015).

Já em maio, poucos dias após a fundação da associação, as trabalhadoras terceirizadas da universidade articularam uma greve em oposição aos salários atrasados que durou duas semanas (ATTUFRJ, 2019). Esse movimento foi apoiado por estudantes, por intermédio dos

Centros Acadêmicos e pelos funcionários do Colégio Aplicação, bem como por representantes da ADUFRJ e do SINTUFRJ. Nos meses seguintes à greve, os atrasos e irregularidades se repetiram. A reitoria da UFRJ, enfrentando a pressão e os questionamentos de diversos professores, alunos e TAEs), bem como das trabalhadoras terceirizadas, suspendeu o contrato com a empresa Qualitécnica, substituindo-o por um contrato com a empresa Venturelli.

Após a mudança de intermediária, as trabalhadoras terceirizadas foram recontratadas e mantidas nos postos de trabalho ocupados anteriormente. No entanto, mesmo com a troca, elas continuaram sem receber seus pagamentos em dia: durante esse processo, trabalhadoras de limpeza, portaria e almoxarifado chegaram a ficar quatro meses sem receber salários e benefícios (ATTUFRJ EM..., 2015a). A ATTUFRJ então realizou, em articulação com o sindicato de técnicos da universidade e com estudantes, a publicação de um vídeo em que as trabalhadoras denunciavam os atrasos e os desdobramentos desse processo em suas vidas cotidianas: como a fala da trabalhadora exposta acima deixa claro, muitas trabalhadoras estavam passando fome durante o horário de trabalho, o que ocasionou inclusive desmaios e outros problemas de saúde (ATTUFRJ EM..., 2015).

Essa forma de atuação trouxe repercussões políticas importantes na UFRJ em 2015 (ADUFAL, 2015, ANDES-SN, 2015a); ajudando a promover o apoio da comunidade acadêmica e dos sindicatos de professores e TAEs (ADUFRJ, 2015; ATTUFRJ, 2019; SINDISCOPE, 2018). Em outubro, houve nova greve em oposição aos atrasos nos salários que, na ocasião, chegavam a quatro meses para algumas das funcionárias de limpeza.

A greve de outubro levou a algumas conquistas. Tanto Venturelli quanto Qualitécnica sanaram suas dívidas algumas semanas depois. Ainda assim, há denúncias de diversas irregularidades nos pagamentos realizados, em especial, pela Qualitécnica (ADUFRJ, 2018). A ATTUFRJ seguiu realizando reuniões quinzenais após esse período e chegou a ajudar trabalhadoras terceirizadas de outras instituições em seu processo de articulação (SINDISCOPE, 2018, online). Porém, as soluções encontradas evidenciaram também alguns dos limites e dificuldades da ATTUFRJ em aprofundar sua articulação interna, necessidade identificada em seu próprio processo de luta. Em recente manifestação, a atual presidente da associação indica algumas dessas dificuldades.

Nós não estamos tendo problemas recorrentes de atrasos que era o que mais nos levava a vir aqui com todos os companheiros terceirizados para poder reclamar. Então esse problema foi sanado. Porém, o problema de assédio passou a ter um crescente muito grave! Eu vim aqui pedir à reitoria e falar que nós estamos abertos ao diálogo, a ATTUFRJ está aberta ao diálogo, vocês podem marcar uma reunião conosco pra que possamos conversar sobre isso. E atenção, porque os companheiros, inclusive da ATTUFRJ, porque a continua na ativa. Embora estejamos numa baixa enorme de

terceirizados justamente pelo problema de transição de trabalhadores, de demissão de trocar, de sair... mas nós estamos firmes e fortes. (LEVANDO AO..., 2018, online)

A experiência da ATTUFRJ, ainda que não tenha sido estudada em seus pormenores, não constituindo o corpo do objeto de análise do presente estudo, serviu de referência não só para a construção do objeto, como para a própria experiência a ser relatada a seguir.

Na UFRGS, instituição em que estudo desde 2007, tive o primeiro contato com as lutas das trabalhadoras terceirizadas em 2016. Em dezembro daquele ano, diante do atraso de salários e benefícios - que culminou com o não pagamento do décimo terceiro salário e outros benefícios de grande parte das funcionárias terceirizadas de limpeza, vinculadas formalmente à empresa Multiágil -, as trabalhadoras “fizeram um movimento de expor o caos que estava instaurado dentro dos muros da universidade justamente quando estudantes desocupavam seus cursos e professoras/es e técnicas/os administrativos em educação voltavam de greve” (ZIMMERMANN, 2017, p. 57). Uma das protagonistas da luta, Entrevistada 1 (Apêndice 1) relatou “total” ausência de apoio por parte do Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e de Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul (SEEAC-RS) à época. As trabalhadoras se mobilizaram contra o atraso de quase três meses em salários e benefícios. Organizadas em torno de uma associação recém articulada, a Unidos Terceirizados, realizaram uma greve que durou três dias.

As ocupações e a greve² de TAEs e docentes que ocorreram ao final de 2016 irromperam na vida cotidiana da universidade, interrompendo a rotina, desafiando a mecanicidade que aprisiona todos em seus respectivos papéis (MORTARI e MISOCZKY, 2017). Entrevistada 1 (Apêndice 1) relatou que, naquele momento, as trabalhadoras de limpeza passaram a se sentir vistas e ouvidas na universidade, em um processo que fortaleceu a sua articulação com outros atores, em especial, com os movimentos de ocupação. Foi durante esse período, entre o final de outubro e o início de novembro de 2016, que, com o auxílio e o incentivo de representantes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e do Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS (ASSUFRGS), foi criada a Unidos Terceirizados, associação das trabalhadoras terceirizadas da UFRGS.

²A ocupação estudantil de diversos campi da UFRGS em 2016 seguiu um movimento nacional de ocupações estudantis em escolas e universidades. O movimento surgiu em contraposição às medidas que vinham sendo adotadas pelo Governo Temer. Em especial, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que ficou conhecida como PEC do Fim do Mundo e propunha o congelamento de gastos públicos por 20 anos, tendo sido aprovada como Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (BRASIL, 2016a); e à proposta de reforma do ensino médio com a Medida Provisória 746, que propunha a restrição da oferta de disciplinas como filosofia e sociologia (BRASIL, 2016b). “Provocados pelo exemplo da mobilização estudantil, TAEs e docentes da maioria das instituições federais de ensino superior deflagraram suas greves”. Na UFRGS, a greve dos TAEs durou 44 dias, e a dos docentes 21 (MORTARI e MISOCZKY, 2017, p. 2).

Os atrasos recorrentes em salários e benefícios já vinham ocorrendo desde, pelo menos, 2014 (Apêndice 1). Paralisações de uma ou duas horas e protestos vinham sendo realizados em contraposição a essa prática. Com as ocupações e a greve, esses protestos se intensificaram. Através da articulação com alunos e professores, as trabalhadoras terceirizadas levaram suas demandas ao Conselho Universitário (CONSUN), instância da UFRGS em que elas não têm participação (FASUBRA, 2015; OCUPA IFCH, 2016a; UFRGS, 2016). A articulação entre trabalhadoras terceirizadas e alunos, TAEs e professores teve implicações políticas na universidade ao final de 2016. A greve realizada pelas trabalhadoras terceirizadas contribuiu para aumentar a pressão sobre a administração da UFRGS. Suas demandas chegaram a entrar nas negociações de encerramento da greve dos professores, ainda que essas negociações, ao fim, tenham reafirmado os interesses particulares da categoria de docentes em detrimento a essas demandas.

Tudo isso contribuiu para que, em janeiro do ano seguinte, a universidade tenha suspenso seu contrato com a Multiágil, empresa responsável pelos atrasos nos salários e benefícios de trabalhadoras de limpeza. A solução apresentada, no entanto, não foi capaz de garantir a restituição dos direitos trabalhistas sonogados pela empresa. Além disso, com a substituição, as lideranças da Terceirizados Unidos simplesmente não foram recontratadas pela nova intermediária, SR Serviços. Já na metade de 2017, a associação foi considerada extinta por suas próprias fundadoras (Apêndice 1). As principais iniciativas que se opõem à exploração das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS, desde então, passaram a não ser mais protagonizadas por essas próprias trabalhadoras. Membros da ASSUFRGS deliberaram ainda pela não aceitação da associação de trabalhadoras terceirizadas, contrariando recomendação da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (FASUBRA).

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), as lutas construídas por trabalhadoras terceirizadas vêm apresentando forte articulação com o movimento estudantil. Criada e composta em 2016 por estudantes da universidade, a Frente de Apoio às Lutas das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados (FALTT), busca atuar junto às trabalhadoras terceirizadas na produção de suas lutas. É apresentada por seus membros da seguinte forma: a FALTT “é uma frente estudantil, que em solidariedade às trabalhadoras terceirizadas que passam por péssimas condições de trabalho na UFPR, pretende não apenas apoiar sua luta com atos e protestos, mas atuar de diversas outras maneiras construindo a luta dia após dia” (FALTT, 2016a, online).

O debate sobre a criação da FALTT contemplou, entre outras possibilidades, a da constituição de uma associação de trabalhadoras nos moldes do que foi tentado na UFRGS e concretizado na UFRJ (Entrevistada 10). A alternativa escolhida, uma frente composta apenas por estudantes que atuam em apoio às lutas de trabalhadoras terceirizadas, reflete as incertezas e dificuldades do processo de organização das trabalhadoras terceirizadas pobres que já eram de conhecimento tanto de alunos quanto de trabalhadoras da UFPR. A consolidação dos meios de atuação da frente também se deu na medida em que essas dificuldades iam se tornando mais claras durante o processo, segundo o Entrevistada 9 e Entrevistada 10 (Apêndice 3).

Desde 2016, houve diversas ações protagonizadas por trabalhadoras terceirizadas que obtiveram o apoio, suporte e envolvimento da FALTT. Entre elas, a greve das trabalhadoras dos Restaurantes Universitários (RU) da UFPR, que ocorreu entre os dias 16 e 22 de outubro de 2017 e que conquistou a restituição de R\$ 150,00 que haviam sido subtraídos do vale-alimentação. Em 2018, estudantes membros da FALTT, junto a ex-funcionárias terceirizadas demitidas, ocuparam o Departamento de Logística.

Ainda que a ocupação não tenha sido capaz de reverter as demissões de trabalhadoras contra as quais se opunha, obteve como vitória nas negociações uma instância de discussão com a reitoria, que é específica para os problemas do trabalho terceirizado na UFPR (ENTREVISTA FRENTE..., 2018). No entanto, o processo se deu às custas do isolamento da FALTT, que foi se distanciando tanto de outras organizações do movimento estudantil, quanto das próprias trabalhadoras terceirizadas pobres – na medida em que aquelas trabalhadoras mais próximas à frente foram todas demitidas, o que também provocou a necessidade de rearticulação interna das próprias trabalhadoras.

Às diferentes alternativas construídas pelas lutas das trabalhadoras terceirizadas lado a lado a outros movimentos sociais apresentadas até aqui, somam-se outras construções como as que ocorreram na Universidade de Brasília (UnB) em 2018 e na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 2015. Na UFPEL, em 2015, sem o pagamento do vale-alimentação referente ao mês de abril, as terceirizadas da limpeza entraram em greve no dia 5 de maio. A deliberação aconteceu no dia 30 de abril, depois de diversas promessas de pagamento não serem cumpridas por parte da empresa BH. No dia posterior ao início da greve os pagamentos foram regularizados pela empresa (ANDES-SN, 2015b). As trabalhadoras retornaram da greve e, já no mês seguinte, reiniciaram-se as irregularidades nos pagamentos. Dois anos mais tarde, mediante o anúncio da demissão de 52 vigilantes, a comunidade acadêmica da UFPEL se mobilizou novamente para tentar reverter a medida.

Mais recentemente, na UnB, em abril de 2018, a reitoria apresentou um pacote de medidas impopulares, tendo como justificativa a crise financeira por que passam todas as universidades desde a aprovação da EC 95 (BRASIL, 2016a). Trabalhadoras terceirizadas já vinham sendo demitidas desde o ano anterior. Somente de julho a setembro de 2017, foram 300 funcionárias demitidas com a não renovação de contratos (NOVAIS, 2017). No dia 19 daquele mês, estudantes, servidores e trabalhadoras terceirizadas lotaram o auditório da faculdade de direito em audiência pública com a reitoria – audiência que ficou marcada pela ausência de representantes do Ministério da Educação (MEC).

“Durante o encontro, servidores e terceirizadas anunciaram assembleia para o dia 24 de abril” (FERRAZ, 2018). A assembleia ocorreu pouco antes de manifestações dos estudantes na Esplanada dos Ministérios feitas em contraposição à ausência de representantes do MEC, e à repressão policial à ocupação da reitoria. Foi deflagrada a greve geral dos servidores e trabalhadoras terceirizadas. Com o aprofundamento das mobilizações, a reitoria anunciou no dia 25 que iria reconsiderar as propostas e adiou a interrupção dos contratos com empresas que fornecem mão de obra. No dia 28 de abril, os estudantes negociaram com a reitoria a desocupação do prédio, que ocorreu no dia 30. As negociações realizaram uma vitória das trabalhadoras terceirizadas e do movimento estudantil (FUZEIRA e TEIXEIRA, 2018). Entre os 16 pontos que descrevem os compromissos assumidos pela reitoria no termo de acordo firmado entre as partes, os 7 primeiros estão relacionados à pauta das trabalhadoras contratadas através de outras empresas (UNB, 2018a, online).

A despeito das particularidades dessas experiências de luta, elas apresentam aspectos em comum: emergem em momentos nos quais sobrevivência das trabalhadoras pobres é ameaçada de forma imediata, iniciando, portanto, como lutas reivindicativas que reagem a reduções arbitrárias em salários ou benefícios, aos atrasos em pagamentos, a acidentes graves de trabalho, e a ameaças de demissão e desemprego; não recebem apoio ou suporte dos sindicatos que deveriam representar essas trabalhadoras; enfrentam múltiplas estratégias corporativas que visam à desarticulação das ações coletivas; são construídas em articulação com outros atores sociais presentes nos espaços das Universidades Públicas, e, por fim, são atravessadas por processos simultâneos de construção e desconstrução de poder desde baixo (ATTUFRJ EM..., 2015; ENTREVISTA FRENTE..., 2018).

Esse contexto extrapola o âmbito das empresas que oferecem serviços para as universidades, sendo as empresas intermediárias de maneira geral alvo de denúncias de diversos estudos e órgãos, como o DIEESE, por exemplo (ANTUNES, 2011; BRAGA, 2017; DIEESE, 2007a, 2007b, 2010; SANTOS e KREIN, 2012; SANTOS e SOUZA, 2017). Em resposta a

violações aos seus direitos básicos, as trabalhadoras terceirizadas realizaram diversas lutas reivindicativas, em 2018. Cerca de 7 de cada 10 greves protagonizadas por trabalhadores do setor privado no Brasil foram de terceirizadas (CARRANÇA, 2019). “O atraso de salário, férias, 13º ou de vale salarial foi a principal reivindicação das greves nos serviços privados em 2018, presentes em 318 de 490 greves, ou 65% do total” (CARRANÇA, 2019).

Às incertezas desse processo, correspondem as incertezas dos modos de vida das trabalhadoras terceirizadas pobres que vêm sendo majoritariamente relacionadas às características das relações de trabalho nas quais se inserem – em detrimento do destaque à sua condição de pobreza e exclusão que trespassa, em geral, a vida das trabalhadoras terceirizadas independentemente de sua forma de inserção no mercado de trabalho (ANTUNES, 1995, 2011, 2013, 2015; BORGES e DRUCK, 1993; BRAGA, 2012, 2017; BRESCIANI, 1997; DIEESE, 2007a, 2007b, 2010; LOURENÇO, 2015; MARCELINO, 2006, 2008; NETO, 1995; STANDING, 2013).

Interessa destacar que esses autores têm em comum o fato de que partem das transformações nas relações de trabalho para abordar, com diferentes níveis de profundidade e a partir de posições diferentes e, por vezes, conflitivas, a discussão da organização de trabalhadoras terceirizadas. Nesse sentido, realizam uma análise distante dos problemas cotidianos enfrentados por tais trabalhadoras; problemas que incidem sobre seus processos de articulação e têm de ser priorizados no estudo da organização de suas lutas.

Trilhando caminho distinto, o presente trabalho busca apreender ensinamentos a partir das experiências de luta protagonizadas por essas trabalhadoras, pondo em destaque a inventividade de sua produção e dos meios encontrados para a superação de alguns dos inúmeros desafios que se colocam ao processo. Nessa perspectiva, as greves, protestos, ocupações, articulações e mobilizações de trabalhadoras terceirizadas pobres em universidades são entendidas como expressões do poder constituído desde baixo (ATZENI, 2010; RAUBER, 2012). A opção visa favorecer uma análise desde baixo de suas lutas, partindo de experiências concretas e das possibilidades e limites das alternativas construídas com o protagonismo dessas trabalhadoras.

Conforme destaca Fernandez (2006), a discussão sobre a construção do poder desde baixo é apresentada por Isabel Rauber. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer a compreensão de poder da autora e sua referência a Antônio Gramsci. “Se entende o poder [...] como um modo de articulação e um conjunto de relações sociais que interatuam de um modo concreto em cada sociedade”. Essas relações não podem ser resumidas à dimensão do ‘político’, estando assentadas nas “relações econômicas estabelecidas pelo domínio do capital, que se reafirmam

e reproduzem através de um complexo sistema sociocultural que define um determinado modo de vida” (RAUBER, 2005, p. 40). O modo de articulação sociocultural que afirma, recria e impõe o poder dominante é definido por Gramsci (2006) como hegemonia³. Por sua vez, para o povo, “o poder próprio é construído a partir de baixo, simultaneamente com a desconstrução do poder (e hegemonia) das classes e setores dominantes” (RAUBER, 2005, p. 44).

A autora defende que a construção de poder desde baixo implica, em todo momento, âmbito e relação, que se parta “do problema concreto e das pessoas nele envolvidas para pensar de forma coletiva as soluções alternativas, desenhá-las, defini-las e realizá-las” (RAUBER, 2012, p. 128). A expressão desde baixo não alude a uma posição geográfica. Ao contrário, define um posicionamento político-social que indica a partir de onde surge o poder - e “de onde deve partir a disputa e a construção de poder próprios orientados à transformação da sociedade” - no qual a participação dos que estão abaixo ocupa um lugar central, de protagonismo (RAUBER, 2012, p. 126). A construção de poder desde baixo é apresentada por Rauber (2000, 2005) como uma estratégia para a ação socio-transformadora identificada a partir de experiências concretas de luta no continente latino-americano que produziram respostas às circunstâncias impostas pelo avanço do neoliberalismo.

As reflexões sobre as experiências acumuladas pelo campo popular e pela esquerda latino-americana contribuíram - apesar de não generalizáveis -, para superar, ou fazer um apelo à superação, das posições anteriores e tradicionais em relação ao poder, ao político e à política, a fim de responder às novas exigências da realidade social e política que está sendo formada na América Latina e no Caribe. Nas organizações populares, o critério de que não se trata de "tomar o poder" é generalizado e aceito; sabe-se que é preciso ser capaz de construir esse poder, que é a capacidade de impor ou executar os projetos que se acredita serem possíveis.

Durante as últimas décadas, no bojo do que Puello-Socarrás (2015, p. 22) define como o estágio neoliberal do capitalismo – que, “desde uma visão cronológica, se trata de fase ulterior do desenvolvimento desse modo de produção social”, na qual “se verifica a exacerbação quantitativa e qualitativa das lógicas e contradições inerentes à acumulação incessante de capital” -, aprofundou-se a coexistência de novas e velhas formas de subsunção formal e real do trabalho ao capital, contribuindo para a manutenção do processo de acumulação (RAUBER, 2005).

A partir da década de 1970 e até hoje, o neoliberalismo é, por antonomásia, a estratégia ofensiva e contra revolucionária do capital (contra o trabalho). Portanto, o

³ Em Gramsci (2006, 2011), hegemonia é tanto liderança quanto dominação nos campos cultural, ideológico, político etc.; é o poder de uma classe economicamente definida sobre a sociedade como um todo; é a construção de alianças - muito antes a integração do que simplesmente a dominação de classes; é um foco de constante luta que incide, sobretudo, nos pontos de maior instabilidade entre classes e blocos sociais. O exercício da hegemonia caracteriza-se "pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria" (GRAMSCI, 2011, p. 95). Ao atuar simultaneamente como liderança e dominação, a hegemonia impõe a classes subalternas o aparato de interpretação da realidade fundamentado na concepção hegemônica.

neoliberalismo deve também ser concebido como uma "reação" (também: "saída" e "solução" para as elites econômicas e políticas mundiais) a fim de enfrentar a crise estrutural e global do capitalismo tardio. (PUELLO-SOCARRÁS, 2015, p. 22)

Para Misoczky (2017, p. 14), essa crise se refere à “primeira crise sistêmica do capitalismo desde a expansão que se seguiu ao final da Segunda Guerra Mundial”. A autora aponta que o papel do neoliberalismo envolve, entre outras atribuições, a remoção das barreiras à concorrência, em especial, no mercado de trabalho.

Para Rauber (2005, p. 106), “junto às novas formas – ampliadas – de subordinação do trabalho ao capital, com a fragmentação da sociedade”, que se expressa também como fragmentação do indivíduo em sua subjetividade, “surgiram novos atores sociais, novas reivindicações, resistências e lutas”. Esses movimentos “derivaram em um gigantesco processo, local e global, de reação ante as novas realidades criadas pelo capital” (RAUBER, 2005, p. 105). Se, por um lado, a emergência desses atores se expressa na multiplicação de processos de luta construídos como alternativas factíveis ante as crescentes ameaças à sobrevivência de parcelas ou setores do povo latino-americano - as lutas reivindicativas -; por outro, o caráter fragmentário e setorizado de tais lutas, que remete aos efeitos da atomização social aprofundada com o avanço do estágio neoliberal do capitalismo, leva ao que Rauber (2005) identifica como o imperativo de (re)vinculação do político ao social reivindicativo.

Durante muito tempo, foram levantadas e fortalecidas barreiras culturais supostamente intransponíveis entre o social e o político, entre o reivindicativo e o político - e correlativamente também entre o público e o privado - foram levantadas e fortalecidas e, portanto, entre as organizações que responderam a cada um desses âmbitos como se pertencessem a mundos diferentes

Para Rauber (2005, p. 38), prática política é “aquela que tem como objetivo a destruição, neutralização ou consolidação da estrutura de poder, de seus meios e modos de dominação, simultaneamente à construção de poder próprio”. A autora (2005, p. 38) reconhece que o âmbito do político (amplo, móvel e dinâmico) é demarcado, “a cada momento, pelas práticas políticas concretas, seus eixos e ritmos, e pelos atores que as levam à cabo”. Sendo assim, a articulação entre demandas setoriais e sua dimensão social consiste em uma tarefa política por excelência (RAUBER, 2005). Se faz necessária, especialmente na medida em que é somente ao articular de forma coletiva e consciente os problemas setoriais que enfrentam à sua dimensão política, que as lutas reivindicativas podem construir alternativas que superam o estágio caracterizado pela própria autora como um “circuito desgastante e frustrante” de conquistas setoriais esporádicas que não se sustentam ao longo do tempo (RAUBER, 2005, p. 60).

A construção e acumulação de poder necessárias para produzir quaisquer transformações sociais são possíveis somente através da atividade e práxis política. Nesse âmbito, para os setores populares, “fazer política significa romper com as regras do jogo que

estrutura a sociedade na qual estamos vivendo, [...] e implica, além de romper com essas regras, criar novos esquemas de organização e participação social” (RAUBER, 2001, p. 6). Conforme destaca a autora, “a atividade política dos setores oprimidos passa hoje por toda atividade de resistência, oposição, luta e busca de alternativas desde os setores populares”. Nesse sentido;

o espaço da ação política, do político, inclui o âmbito da vida cotidiana da população, está presente em cada passo que essa dá para modificar sua forma de vida ou defender suas fontes de trabalho. Talvez os atores sociais nem sempre sejam conscientes disso, mas esse é outro aspecto do problema. O primeiro é reconhecer a interpenetração que se dá atualmente entre o reivindicativo e o político, o caráter político das lutas reivindicativas, os nexos e pontes cada vez mais visíveis e estáveis entre ambos aspectos de uma mesma luta. (RAUBER, 2001, p. 7)

No contexto de avanço do estágio neoliberal do capitalismo, as lutas populares tradicionalmente menosprezadas por serem consideradas reivindicativas ou econômicas – como, por exemplo, as lutas protagonizadas por trabalhadoras terceirizadas pobres das Universidades Públicas Federais, que buscam alternativas para a sobrevivência de suas famílias ante aos avanços sobre seus direitos trabalhistas, aos riscos para a saúde provocados por más condições no ambiente de trabalho, ou à ameaça do desemprego – “superam de longe essas marcas e alcançam, mais do que nunca antes, um caráter eminentemente político” (RAUBER, 2001, p. 6). Para a autora (2001, p. 7), “a política, ao encontrar-se hoje tão invadida pelo mercado e, por sua vez, haver ela própria invadido o mundo da economia, está presente como nunca, em todo conflito reivindicativo, em toda luta pela sobrevivência”.

Daí a relevância da particularidade de Rauber ao conceituar as lutas reivindicativas a partir de sua indissociabilidade com o âmbito do político.

A luta reivindicativa, assim entendida, é a base de toda luta em cada setor social específico, o nível inicial. Isso não indica que seja uma luta inferior ou atrasada em relação a níveis especificamente políticos, mas que sua presença é permanente em qualquer luta política e vice-versa. Esta compreende, combina e articula os interesses, reivindicações e buscas setoriais particulares, gerando um amplo processo de lutas sociais com objetivos comuns, dentre os quais os de maior generalidade, devido ao seu alcance social, são vistos e sentidos por cada setor como parte de suas atividades, objetivos e necessidades específicas. Sem luta reivindicativa, não há luta política. (RAUBER, 2001, p. 8)

Se por um lado a luta política não pode existir sem uma dimensão reivindicativa, por outro, “sem objetivos gerais, sem um projeto político organizacional, as lutas reivindicativas são diluídas, tornando-se um objetivo em si mesmas”. Nesses casos, ao desconsiderar-se a dimensão política das pautas setoriais, produz-se uma situação na qual “em vez de fazer parte de um processo educacional de desenvolvimento da consciência, a reivindicação se torna um freio, obstáculo ou impedimento ao desenvolvimento de um processo político de transformação” (RAUBER, 2001, p. 9). Daí que o principal desafio que se impõe à todas as lutas reivindicativas, segundo Rauber, é o de contrapor-se e construir alternativas à política de atomização e fragmentação dos atores que leva à resolução isolada de problemas setoriais.

A partir dessas relações, Rauber (2001, 2003, 2005), busca superar interpretações recorrentes entre autores e intelectuais latino-americanos e disseminadas especialmente durante o século XX que propunham: a) a subordinação do reivindicativo ao político, estabelecendo uma espécie de hierarquização entre as lutas populares, os movimentos sociais e as lutas políticas; essas últimas sendo as únicas capazes de superar a imediatez das aparências e sendo ‘encabeçadas’ por uma vanguarda intelectual muitas vezes organizada ao redor de um partido político responsável por dirigir as massas; b) que o caráter reivindicativo consistiria em um defeito ou em uma ‘trava’ a ser superada; c) um teto ou limite para o alcance das lutas reivindicativas que só poderia ser superado através de um ‘salto’ ao político.

Ao evidenciar o conteúdo político que adquirem - de forma ainda mais expressiva nos dias de hoje - as lutas reivindicativas, Rauber ainda relaciona o processo de ‘resgate’ da dimensão política das demandas setoriais à articulação entre atores sociais distintos e fragmentados. Para a autora (2000, p. 6):

pensar desde (e com) a articulação contribuí como uma maneira de entender a realidade que, ao mesmo tempo consiste em um método para intervir nela, para transformá-la e construí-la. [...] Tem um significado e importância estratégicos, dada a sua capacidade de recompor todo o social hoje praticamente desapareceu após sua profunda atomização e fragmentação. O conceito de articulação é fundamental, juntamente com o de construção e processo.

Nas palavras da própria autora (RAUBER, 2005, p. 25): “a articulação da diversidade de atores sociais determinados a transformar suas condições de vida e as da sociedade hoje resulta em um passo indispensável para a construção de alternativas concretas”. A partir de sua experiência de décadas de pesquisa sobre os movimentos populares latino-americanos, afirma a autora (2005, p. 60):

sobrevivendo às ondas do boom de mobilização de reivindicações, muitos movimentos alcançaram a permanência e o desenvolvimento de suas organizações de reivindicações sociais, abrindo processos coletivos de reflexão sobre suas lutas e experiências, desenvolvendo atividades de treinamento, crescendo em organização e capacidade de proposição. Nessa base - por meio de processos teórico-prático-pedagógicos -, identificaram o caráter político-social de suas lutas setoriais e descobriram a necessidade de articulá-los com os de outros atores sociais. Isso ocorre, por um lado, porque a impossibilidade de alcançar os objetivos com disputas setoriais isoladas está se tornando cada vez mais evidente e, por outro, porque a reflexão sobre essa impossibilidade ajuda a tomar consciência da dimensão social do problema setorial.

Rauber (2000, 2003, 2005) destaca que a articulação de atores sociais não consiste meramente na somatória de suas reivindicações. Trata-se de um processo complexo e multifacetado, a ser construído pelos próprios atores em articulação, que cobra a participação democrática de todos os afetados como protagonistas. Ela apresenta algumas etapas nesse processo, que correspondem aos diferentes níveis de profundidade na articulação de atores sociais distintos: identificar os elementos aglutinantes que proporcionam uma primeira

aproximação; identificar os nós intermediários de articulação, tarefa que consiste em “esclarecer os problemas comuns a vários setores”; construir uma posição a partir da oposição, um projeto alternativo e popular; e identificar o problema central (2000, p. 9). Conforme exposto acima, a superação de qualquer das etapas do processo não pode prescindir de uma crescente vinculação crítica das demandas setoriais à sua dimensão política (RAUBER, 2003). Como define Rauber (2005, p. 81), “a simples reunião formal dos atores-sujeitos não é a que os constituirá em protagonistas da sua história” - ou seja, em sujeito. Assim, esclarece-se que a autoconstituição dos atores sociais em sujeito passa pelo processo de sua articulação.

Existe uma estreita relação entre atores e sujeitos sociais: todo sujeito é um ator social, mas nem todos os atores se tornarão sujeitos. Os atores tendem a se tornar sujeitos na medida em que iniciam (ou integram uma já existente) um processo de inserções repetidas e contínuas na vida social que implica, bem como o desenvolvimento de suas lutas e seus níveis e formas de organização, o desenvolvimento de sua consciência. Em termos estritos, cada um dos atores, isoladamente, não pode se tornar sujeito. O conceito de sujeito, nesse sentido, como sujeito da transformação do todo social, pressupõe a articulação dos diferentes atores envolvidos. É, portanto, plural e múltiplo. Reconsidera os critérios tradicionais relativos à sua organização interna, no desenvolvimento de novas relações entre seus membros: não hierárquico-subordinados, mas horizontais; exige respeito às diferenças e, tudo isso, aprofundamento da democracia com base no protagonismo e na participação plena de todos. Portanto, longe de aceitar o divórcio entre o social e o político, afirma que seu elo indissolúvel se torna sujeito (s) sociopolítico (s). (RAUBER, 2001, p. 12)

Ao relacionar o processo com a conscientização, Rauber põe em destaque a valiosa possibilidade de que lutas que se iniciam como lutas reivindicativas e/ou relacionadas à sobrevivência de parcelas da população se constituam como processos prático-pedagógicos. Para Freire (1980, p. 26), “conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. Rauber (2001) tem em conta a indissociável relação entre conscientização, tomada como um processo diacrônico de apreensão da realidade, e práxis. Segundo a autora, é no processo de lutas reivindicativas que se abrem a maioria das possibilidades para que se vá ampliando a participação dos protagonistas das lutas, pondo em marcha a criatividade e a iniciativa dos atores sociais envolvidos.

Nesse sentido, é preciso ter em conta que a associação entre o âmbito reivindicativo e o âmbito político das lutas não se dá de antemão; como não se dá de antemão a articulação dos diferentes atores sociais que almejam transformar a realidade. Trata-se de um processo histórico que se expressa de forma contraditória e desigual em diferentes experiências de luta nos avanços e retrocessos produzidos. No entanto, é possível afirmar, segundo a autora, que as práticas que conscientemente vinculam o ‘reivindicativo’ ao ‘político’ abrem caminhos concretos para a articulação de diferentes atores sociais (RAUBER, 2005). Somente a partir de seu protagonismo

nas lutas reivindicativas, e tendo sido atingidas as condições necessárias no processo, tais atores se constituem como “protagonistas cada vez mais conscientes de suas vidas, em pensadores-construtores e construtores-pensadores de seu presente e seu futuro. E tudo isso faz parte do processo de conscientização política” (2005, p. 65). Em outras palavras: “as lutas políticas, que são necessariamente um elo entre o cotidiano e o político, representam em si mesmas uma base, uma possibilidade e um caminho para o desenvolvimento da consciência política” (RAUBER, 2001, p. 9).

Diferentes formas de articulação entre distintos atores sociais trespassam as experiências de luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres nas Universidades Públicas Federais analisadas. Têm em comum, o fato de que emergem como resposta às dificuldades iniciais encontradas nesses processos, que refletem, em boa parte, a condição de pobreza das trabalhadoras terceirizadas que as protagonizam. Conforme destaca uma das trabalhadoras de limpeza da UFRGS entrevistada, Trabalhadora Entrevistada 1:

Onde se busca mão-de-obra terceirizada? É na favela. E na favela tu não tem escolaridade, não tem escolha, tem que trabalhar, então tu tem que te sujeitar àquilo que o teu patrão te submete. Tem que pegar dois, três ônibus pra trabalhar por um mísero salário mínimo. A favela é longe. Então tu não tem tempo pra pensar, pra poder estudar, fazer um curso. (Apêndice 1)

“Como princípio metodológico, vale dizer que a primeira articulação sempre começa dentro do próprio setor, também frequentemente fragmentado” (RAUBER, 2005, p. 87). Daí que a despeito das constantes violações à direitos trabalhistas de trabalhadoras pobres nas universidades, os processos organizacionais que dão origem às lutas protagonizadas por elas apareçam apenas em situações limite, circunscritos a determinados períodos. Trabalhadora Entrevistada 1 relatou:

é muito difícil mobilizar o pessoal. [...] porque na situação que a gente vive, hoje em dia, de tu trabalhar, de tu ter filhos, é muito maçante. Tu vai pensar assim: “poxa, vou ter que me estressar”. Aí tu vai ter que ir lá ficar brigando, esperando... eu preciso ir pra casa, tenho que pegar meu filho. Sabe? As pessoas começam a não ter ânimo e a se acomodarem com a situação. ‘Ah, mas já está ruim’. Só que se eu ficar brigando, eles vão me botar para a rua. (Apêndice 1)

Enfrentando tais dificuldades, as experiências estudadas apresentam articulações entre atores sociais distintos que emergem em momentos nos quais a contradição entre a reprodução e o desgaste da vida de parte das trabalhadoras se acirra e se revela: situações de risco de vida, de atrasos abusivos, de fome (ATTUFURJ EM..., 2015; ENTREVISTA FRENTE, 2018; ZIMMERMANN, 2017). São tais crises os momentos nos quais têm início lutas reivindicativas protagonizadas por essas trabalhadoras. Em algumas dessas crises, a demanda para receber o mínimo necessário para a reprodução de suas vidas - um desdobramento básico das relações capitalistas sem o qual a classe trabalhadora seria aniquilada (MARX, 2011, 2013) -, é atingida pelas trabalhadoras terceirizadas de Universidades Públicas Federais através de processos

organizacionais que se tornam factíveis apenas com o apoio de professores, técnicos e alunos ligados a outros grupos, movimentos, aos sindicatos de suas categorias etc.

Nesse sentido, a relação de solidariedade⁴ para com as trabalhadoras terceirizadas pobres que sofrem os efeitos de condições extremas de risco de vida pode ser identificada como um elemento aglutinante inicial em todas as experiências destacadas, atraindo o apoio de outros atores para algumas das demandas setoriais mais urgentes dessas trabalhadoras. Conforme destaca Rauber (2005, p. 82), “um nodo articulador, pode conformar-se a partir de ações solidárias com outros atores sociais em luta, por exemplo, fornecendo apoio material e moral”. O ponto de partida contém já um primeiro limite a ser superado, o que requer a articulação política das demandas setoriais de trabalhadoras terceirizadas, estudantes, TAEs e professores (RAUBER, 2001, 2005). Os próprios processos que constituem instâncias como a FALTT, a ATTUFRJ e a Unidos Terceirizados emergem como resposta às necessidades de aprofundar a articulação para além dos momentos de crise e para além da relação de solidariedade para com trabalhadores extremamente ameaçadas. Não obstante essas iniciativas, os processos de articulação entre atores sociais analisados apresentam avanços, geralmente relacionados aos momentos de crise, e retrocessos, que se impõem com o passar do tempo e se sobrepõem a conquistas anteriores.

A pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 evidenciou que da articulação entre atores sociais na luta pela reprodução da vida das trabalhadoras terceirizadas pobres emerge uma práxis⁵ que constrói alternativas para a sobrevivência das mesmas e provoca transformações na subjetividade daqueles que experienciam e constroem a relação. Em contrapartida, os desdobramentos das lutas em questão apontam para a necessidade de novas transformações, ainda não factíveis, dada a correlação de forças e o insuficiente avanço na articulação entre atores sociais que atuam no âmbito das universidades (e fora delas). Conforme afirma Rauber (2005, p. 91), a permanência e o aprofundamento ou não de tais articulações “depende de como seus atores se organizam para manter dito âmbito, ao redor de que propostas e fins, e para quê”.

Para além de produzirem conquistas setoriais importantes – ainda que a essas conquistas se sobreponham retrocessos ao longo do tempo -, essas lutas consistem em experiências valiosas

⁴ Para Rauber (2005) a solidariedade é uma relação que expressa a essência do homem enquanto ser social, refletindo a responsabilidade que assumimos para com o diferente, ou para com o outro. Mais adiante, o presente trabalho também faz menção ao conceito de solidariedade conforme definido por Atzeni (2010), que considera a relação como uma expressão do caráter coletivo e social do trabalho (ver página 75). Isso se justifica pelo fato de que Atzeni destaca a relação de solidariedade em sua dinâmica processual.

⁵ A compreensão do conceito é extraída de Sánchez Vázquez (2007), que considera que a práxis, atividade prática humana, é indissociável da atividade da consciência, no que revela justamente o seu caráter finalístico.

por produzirem, em suas práticas e orientados a elas, saberes e ensinamentos que podem ser apreendidos em uma análise desde baixo. Conforme Misoczky et al. (2017, p. 252) destacam, há uma miríade de processos organizacionais que não podem ser propriamente compreendidos a não ser através da articulação “do conhecimento que é elaborado teoricamente e o conhecimento que emerge desde baixo e permanece, a maior parte do tempo, restrito às práticas e espaços de luta”. Para os autores (2017, p. 253), “o estudo dos movimentos sociais desde baixo requer métodos que são, acima de tudo, respeitosos aos propósitos éticos e políticos de libertação” desses movimentos.

Isso implica na possibilidade de produzir conhecimento através de processos de pesquisa que articulam a teoria e a práxis, que tomam a realidade como ponto de partida, que vão do simples ao complexo, do concreto ao abstrato, que compartilham o objetivo de criar um conteúdo teórico relevante e significativo justamente por ser ligado à vida cotidiana dos ativistas e por fornecer um significado co-construído dos processos organizacionais. (MISOCZKY et al., 2017, p. 253)

Rauber (2005) compreende que a construção de alternativas desde baixo depende da articulação entre diferentes atores sociais, o que, por sua vez, passa por partir dos problemas cotidianos e concretos presentes nas lutas reivindicativas para processualmente estabelecer sua dimensão político-setorial a partir de pontos aglutinantes e, posteriormente, os nós intermediários. Se, conforme defende a autora, a autoconstituição dos atores em sujeito requer sua unidade na diversidade como horizonte da articulação, a análise dos resultados e das estratégias empregadas nessas experiências – e suas relações com os processos de articulação e fragmentação de atores sociais que as constituem – pode proporcionar reflexões importantes não apenas em relação aos limites e possibilidades das lutas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres, mas, também, em relação aos limites e possibilidades das lutas reivindicativas de outros atores sociais presentes nesses espaços.

Sendo assim, o presente trabalho parte do seguinte questionamento: *quais ensinamentos produzidos pelas experiências de luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS e na UFPR contribuem para desvelar a dimensão política comum às pautas setoriais dos atores sociais articulados em sua produção, e como as dificuldades e alternativas encontradas nos processos de articulação política desses atores se relacionam aos avanços e retrocessos produzidos por essas experiências?*

Considerando a opção em construir uma análise desde baixo dessas lutas, a sequência do trabalho está apresentada da seguinte forma. No capítulo 2 são descritos os procedimentos metodológicos de pesquisa. No capítulo 3 são expostos os relatos das experiências de luta pela sobrevivência de trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS (item 3.1) e na UFPR (item 3.2). A construção desse capítulo privilegiou a participação e a voz das trabalhadoras

terceirizadas pobres e de militantes dos movimentos que se articularam à luta por sua sobrevivência para a reconstituição dos acontecimentos. No capítulo 4, os elementos teóricos propostos por Rauber para a análise e compreensão dos processos de articulação de atores sociais serão apresentados em comunhão com o objeto, constituindo o capítulo de análise propriamente dito. Por fim, no capítulo 5, são expostas as conclusões de pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção do presente trabalho traz percepções e questões levantadas ao longo de minha trajetória como aluno da UFRGS. Estudante na instituição desde 2007, somente ao final do ano de 2016 tive o primeiro contato com as lutas e reivindicações das trabalhadoras terceirizadas pobres. Na oportunidade, compareci a uma atividade dos movimentos de ocupação que se mobilizavam à época, realizada no Campus do Vale, na qual alguns dos principais problemas que essas trabalhadoras enfrentavam foram expostos.

Dois anos mais tarde, realizei as primeiras conversas e entrevistas que encaminhariam a construção do objeto de pesquisa. No dia 4 de março de 2018, conversei com uma pesquisadora que participou dos protestos de trabalhadoras de limpeza da UFRGS em 2016 e que pesquisou as condições de trabalho dessas trabalhadoras. A conversa, de aproximadamente duas horas, trouxe informações sobre as dificuldades em contar com o apoio do SEEAC-RS durante as mobilizações, sobre a articulação entre professores, alunos, TAEs e terceirizadas, trouxe novas oportunidades de contato com trabalhadoras; bem como informações valiosas acerca das dificuldades em manter a aproximação com trabalhadoras terceirizadas, uma vez encerrado o ciclo de protestos contra os atrasos salariais e outros abusos que mais gravemente ameaçaram a sobrevivência das trabalhadoras.

No dia 28 de março de 2018, conversei com uma professora da UFRGS, representante sindical do ANDES-SN, que participou das negociações de encerramento da greve ao final de 2016. Conforme será exposto adiante, tratou-se de uma negociação que envolveu, entre outras pautas e de forma secundária, algumas das pautas das trabalhadoras terceirizadas da instituição. A conversa foi realizada no Campus do Vale e trouxe informações importantes a respeito da relação entre o movimento de trabalhadoras terceirizadas e os membros do sindicato de professores e de suas contradições.

Foram também realizadas 23 entrevistas com 30 trabalhadoras de limpeza interna da UFRGS, vinculados à SR Serviços, durante os meses de março, abril e maio de 2018 em diferentes prédios do Campus Central. Tais conversas foram feitas durante o intervalo do período de trabalho, em tempo reduzido e, por vezes, sob o acompanhamento dos supervisores dessas trabalhadoras. Nas primeiras entrevistas realizadas, percebi que o constrangimento das trabalhadoras era evidente, o que indicava a orientação que elas recebiam de não conversar com alunos. Em alguns momentos, os supervisores ‘acompanharam’ as conversas, tendo inclusive realizado algumas observações e estabelecido alguns contrapontos às falas das trabalhadoras. Isso explica o porquê dessas entrevistas, algumas das quais aparecem transcritas no Apêndice

3 (aquelas que obtive permissão para gravar), seguirem caminhos bastante semelhantes. Foram entrevistadas trabalhadoras alocadas nos prédios da Faculdade de Educação, do Instituto de Ciências Básicas da Saúde, do Anexo II da Reitoria, do Direito, da Economia, da Arquitetura e do prédio 1129, interditado por risco de desabamento.

No dia 18 de maio de 2018, entrevistei uma das protagonistas das lutas de trabalhadoras terceirizadas de limpeza da UFRGS, da construção da Unidos Terceirizados e da greve que ocorreu ao final de 2016. A conversa de aproximadamente três horas com Trabalhadora Entrevistada 1, realizada no Campus da Saúde e que aparece transcrita (não na totalidade, mas em sua grande maioria) no Apêndice 1, foi de extrema importância para a constituição do objeto de pesquisa. Isso, não apenas por seu conteúdo e extensão e pela profundidade das respostas da trabalhadora, ou pelo fato de que na oportunidade me foram apresentados materiais que haviam sido produzidos por essas trabalhadoras em luta; mas, também, por ter sido um momento de indicação de novas fontes e caminhos a serem percorridos.

Alguns dos contatos de trabalhadoras repassados por Trabalhadora Entrevistada 1 foram também responsáveis por enviar outras informações e materiais por telefone ou internet. Dado o fato de que a maioria das trabalhadoras protagonistas da luta na UFRGS em 2016 já se encontrava afastada da universidade, ou mesmo, da região metropolitana de Porto Alegre, estando envolvidas com novas atividades e sem disponibilidade para conceder entrevistas.

Em setembro de 2018, realizei ainda uma entrevista com um ex-aluno da UFRGS, atualmente funcionário técnico-administrativo em educação e representante da ASSUFRGS. A entrevista foi realizada na Escola de Administração da UFRGS e aparece transcrita no Apêndice 4. Nela, Representante Sindical Entrevistada 11 abordou questões sobre a relação entre o sindicato de técnicos, e os diferentes posicionamentos de grupos que compõem esse sindicato, e o movimento de trabalhadoras terceirizadas. Além disso, a entrevista trouxe informações importantes para a análise da continuidade dos processos e dos caminhos contraditórios que a articulação entre atores sociais na universidade – que, como veremos, ocorreu ao final de 2016 possibilitando alguns avanços - tomou.

Entre os dias 18 e 24 de agosto de 2018, estive em Curitiba e realizei entrevistas e conversas com dois membros da FALTT e com três trabalhadoras terceirizadas da UFPR, duas de limpeza e uma de portaria. A conversa com uma dessas trabalhadoras foi indicação dos próprios membros da frente. No dia 21 de agosto, conversei com Estudante Entrevistada 9 no Campus Central da UFPR. A conversa realizada durou cerca de quatro horas e aparece em parte transcrita no Apêndice 3 (houve, por problemas com o equipamento de gravação, uma perda considerável do material). No dia 24 de agosto, conversei com Estudante Entrevistada 10 em

um restaurante próximo ao Campus Central da UFPR. A conversa, realizada em horário de almoço, durou cerca de duas horas e aparece transcrita no Apêndice 3.

No mesmo dia, durante o período da tarde, realizei conversas com trabalhadoras terceirizadas da UFPR. Todas as trabalhadoras solicitaram que seus nomes não fossem divulgados e que as entrevistas não fossem gravadas. Tentei, ainda, conversas com diversas outras trabalhadoras que negaram a concessão de entrevistas, uma das quais declarou: “me desculpe, mas essas conversas dão sempre em problema pra gente depois”. Afala ilustra a vigilância da supervisão com relação à aproximação entre alunos e terceirizadas – algo que pode ser, em parte, explicado pela presença e atuação dos membros da FALTT nessa instituição.

Para além disso, foram coletadas de informações e dados secundários sobre o cenário da terceirização, das condições de trabalho de trabalhadoras terceirizadas pobres nas Universidades Públicas Federais, e da luta das trabalhadoras terceirizadas das universidades públicas brasileiras. Foram consultados dados divulgados por pesquisadores e por instâncias de representação do governo, sindicais, patronais e das universidades, além do material criado em apoio à luta dos trabalhadores terceirizados cujas contribuições são de extrema relevância para a análise das lutas realizada desde baixo.

3 RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA PROTAGONIZADAS POR TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS POBRES NA UFRGS E NA UFPR

3.1 A LUTA NA UFRGS

Na UFRGS, a luta das trabalhadoras vem sendo constituída com o apoio de professores, TAEs e estudantes nos últimos anos. Um dos momentos mais expressivos da organização da luta dessas trabalhadoras se deu ao final de 2016, período de grande atividade dos movimentos sindicais e estudantis na UFRGS e em diversas outras Universidades Públicas Federais. Foi fundada uma associação de trabalhadoras terceirizadas que, atuando em articulação com militantes de outros movimentos sociais desde sua origem, produziu alternativas concretas para a superação de alguns dos problemas imediatos que ameaçavam sobrevivência das trabalhadoras de limpeza. Ao período de avanços na articulação de diferentes atores sociais na UFRGS que se deu ao final de 2016, ainda que de forma temporária e incipiente, sucedeu um período de desarticulação e distanciamento. Para compreensão do processo e de seu contexto, se faz necessário retomar alguns acontecimentos anteriores.

Ao final de 2014, os atrasos no pagamento de vale-transporte e vale-alimentação de trabalhadoras terceirizadas de limpeza passaram a ser questionados por essas próprias trabalhadoras. “Começou a acontecer *muito* seguido” revelou Entrevistada 1 (Apêndice 1). O atraso em salários e benefícios fere o senso de justiça mesmo no estrito âmbito da relação salarial capitalista.

O impacto desses atrasos pode ser melhor dimensionado a partir dos dados referentes à contrapartida salarial das trabalhadoras que realizavam o serviço de limpeza interna da UFRGS em 2018, contratadas através da empresa SR Serviços. As trabalhadoras eram (e seguem sendo) divididas em duas categorias, ambas recebiam salários de R\$ 700,00 e R\$ 8,00/dia de vale alimentação à época. A categoria dos uniformes azuis, responsável pela limpeza dos banheiros da universidade, recebia um adicional de 40% de insalubridade. A categoria dos uniformes marrons, responsável apenas pela limpeza de salas e corredores, e recebia um adicional de 20% de insalubridade. Seus contratos eram estabelecidos pelo prazo de um ano (Apêndice 2).

Segundo o DIEESE (2018), o salário mínimo necessário para sustentar uma família de 4 pessoas com dignidade, à época (maio de 2018), era R\$ 3.804,06. Sendo assim, o salário dessas trabalhadoras correspondia a pouco mais de 31% das necessidades básicas de sustento de suas famílias, mesmo quando pago em dia. Ante a recorrência dos atrasos e seus impactos para a sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas, ainda ao final de 2014, foram realizados

os primeiros protestos e reivindicações. Tratava-se de ações articuladas como resposta aos atrasos em benefícios e pagamentos que extrapolavam um limite de um ou dois dias, considerado ainda aceitável por essas trabalhadoras: “então a gente fazia isso, às vezes levava um, dois dias, entrava. Quando levava mais a gente começava a fazer... ir pra frente da prefeitura, sabe... a começar a botar uma pressão maior”, relatou a Trabalhadora Entrevistada 1.

Os protestos em frente à prefeitura, prédio do Campus do Vale no qual estão alocados os aparatos administrativos das empresas que prestam serviços terceirizados à UFRGS, logo tornaram-se frequentes, segundo Entrevistada 1 (Apêndice 1).

A gente parava, às vezes o pessoal parava tudo porque... não atrasava o salário... atrasava o VT e o vale-alimentação. Aí, a gente ‘não, se não tem vale-transporte a gente não vem trabalhar, não tem alimentação a gente para e não faz nada’. Não vamos trabalhar sem comida.

Os eventos chamaram a atenção de estudantes, professores e TAEs da universidade, principalmente daqueles alocados no Campus do Vale, onde as trabalhadoras de limpeza realizavam suas manifestações. Muitos dos membros da comunidade acadêmica da UFRGS já tinham algum contato com a luta contra a terceirização na universidade. Representantes sindicais do ANDES-SN e da ASSUFRGS relataram em entrevistas que o combate ao trabalho terceirizado nas universidades esteve historicamente presente em suas lutas. A Figura 1 traz um panfleto distribuído em abril de 2015, alguns meses após a emergência dos primeiros protestos de trabalhadoras de limpeza. Esse panfleto sumariza a posição que vinha sendo construída por esses movimentos em articulação, contrária à ampliação das possibilidades do trabalho terceirizado:

Figura 1 - Panfleto publicado em contraposição ao PL 4330 pelos movimentos sindicais e estudantis da UFRGS.

15/05 - DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O PL 4330

POR QUE DIZER NÃO ÀS TERCEIRIZAÇÕES
Qualquer terceirização é danosa para os/as trabalhadores/as. Ampliá-la em uma escala ainda maior vai alterar o rumo da história do Brasil para pior.

CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO TERCEIRIZADO

- Salários mais baixos: 36% mais baixos, segundo pesquisas do DIEESE
- Alta rotatividade da força de trabalho: média de permanência no emprego de apenas 2,7 anos
- Empregos mais precários: jornadas mais longas, ausência de benefícios salariais
- Serviços prestados em piores condições

**ABAIXO O PL 4330 DAS TERCEIRIZAÇÕES!
EM DEFESA DOS DIREITOS!
EM DEFESA DO REGIME JURÍDICO ÚNICO (RJU)
DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS!
UNIVERSIDADE PÚBLICA E DE QUALIDADE
NÃO COMBINA COM TERCEIRIZAÇÃO!**







COMO É NA UFRGS HOJE E COMO PODERÁ FICAR COM A APROVAÇÃO DO PL 4330:

-De 2001 até hoje **AUMENTOU EM 80% O NÚMERO DE TERCEIRIZADOS NA UFRGS** e **ENCOLHEU EM 7,7% O NÚMERO DE TÉCNICOS PERMANENTES**, enquanto o número de estudantes da graduação cresceu 30% e da Pós-Graduação, 50%. Isso significa que são menos funcionários permanentes no quadro da UFRGS para atender, com sobrecarga de trabalho, um volume de atividades que se expandiu na Universidade.

-**ATIVIDADES-MEIO** como bioteristas, cozinheiras, seguranças, faxineiras, serventes, eletricitistas **JÁ SÃO EXECUTADAS POR TERCEIRIZADOS/AS**, que não recebem os salários em dia e são superexplorados/as. As recentes paralisações destes/as trabalhadores/as são um grito de basta à precarização e precisam contar, mais e mais, com nosso apoio irrestrito!

- **SE APROVADO DEFINITIVAMENTE, O PL 4330 AMPLIARÁ AS TERCEIRIZAÇÕES PARA ATIVIDADES-FIM.** Isso significa que **FUNÇÕES COMO BIBLIOTECÁRIOS/AS, SECRETÁRIOS/AS DE UNIDADES ACADÊMICAS E ATÉ DOCENTES PODERÃO SER TERCEIRIZADAS!!!**

- Essa ameaça sobre a Universidade Pública é real e conta, inclusive, com apoio do presidente da CAPES, Sr. Jorge Guimarães, que propôs em setembro de 2014 a criação pelo MEC de uma Organização Social (OS) para contratar docentes federais sem concurso. Valendo-se da argumentação falaciosa de que o Regime Jurídico Único (RJU) contrata professores "por 30 anos e não manda ninguém embora", e de que a OS garantiria e facilitaria a contratação de grandes pesquisadores estrangeiros, a Capes propõe, na verdade, a terceirização do trabalho docente. **Trata-se de ataque à autonomia universitária, pois tira das mãos da universidade o controle do processo de seleção e avaliação de seus professores.**

Não vamos aceitar mais terceirizações! É preciso mobilizar e lutar em defesa da Educação, do serviço público e dos direitos!

Fonte: ANDES-SN

Uma das representantes sindicais do ANDES-SN, entrevistada durante a pesquisa de campo, relatou que houve certo ‘constrangimento’ ante a emergência de um movimento de trabalhadoras terceirizadas na universidade, à época, na medida em que a posição do sindicato e de outros atores que construía pautas contrárias à prática da terceirização no espaço universitário jamais foi construída com a participação das trabalhadoras terceirizadas. Segundo ela, houve dificuldade em esclarecer que a posição dizia respeito à ‘terceirização’ e não às trabalhadoras terceirizadas. O Caderno de Teses do XXII Congresso Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação (CONFASUBRA), realizado em 2015, também expressa a provocação:

A questão em pauta passa a ser a definição da identidade destes trabalhadores(as) e de sua base de representação. Neste aspecto os sindicatos da base da FASUBRA vivem em seu cotidiano um contraditório, qual seja: a campanha contra este modelo de terceirização tendo para isto a abertura de concursos para reposição do quadro permanente de pessoal, e pelo seu compromisso com a defesa dos(as) trabalhadores(as) em geral, acolhe em teu seio a defesa destes postos de trabalho. (FASUBRA, 2015, p. 17)

A despeito disso, Trabalhadora Entrevistada 1 (Apêndice 1) fez menções a professores membros do ANDES-SN, trabalhadores membros da ASSUFGRS, e a participantes do

movimento estudantil presentes em apoio às terceirizadas já desde os primeiros protestos das trabalhadoras da Multiágil: “os estudantes sempre estiveram com a gente, só que em menor número”. A afirmação também é corroborada pela Figura 2, que ilustra o protesto realizado em maio de 2015.

Figura 2 – Fotografia de protesto realizado por trabalhadoras terceirizadas de limpeza em maio de 2015 que retrata a participação de alguns alunos colaboradores.



Fonte: ANDES-SN (2015c)

Trabalhadora Entrevistada 1 ainda faz referência ao amparo jurídico de militantes sindicais: “a gente teve sempre uma ajuda da nossa advogada”. A afirmação consiste em importante evidência de que a articulação com outros movimentos possibilitou um primeiro momento de reflexão crítica pela ciência das transgressões à legislação trabalhista praticadas pela Multiágil.

A luta que se iniciava sofreu um revés após ação repressiva da empresa intermediária em fevereiro de 2015. A Multiágil realizou investida contra as trabalhadoras alocadas no Campus do Vale. A Entrevistada 1 identifica que a estratégia de repressão por parte da empresa passou pela escolha da data, na qual estudantes e boa parte de professores e TAEs não estavam presentes. Na volta do carnaval daquele ano, com a universidade esvaziada, os supervisores da empresa convocaram as trabalhadoras para uma reunião ao final do expediente do mesmo dia, pegando-as de surpresa.

Eram 4 supervisores de outros postos, chamaram uma lista de funcionários. E eles, com uma planilha, diziam: ‘essa vai, essa vai, essa vai’. Parecia uma venda de escravos. Listaram as pessoas que participaram dos protestos e foi: ‘esse vai pra mim, esse vai pra lá, esse eu não quero’.

Grande parte das trabalhadoras de limpeza interna do Campus do Vale foi realocada, demitida ou ficou sem alternativa a não ser solicitar o desligamento com a empresa, uma vez que os novos postos tornavam o deslocamento inviável. Em especial, aquelas que tiveram protagonismo nas mobilizações.

A ação conseguiu dissolver parcial e temporariamente a articulação da luta reivindicativa. Nas palavras da Entrevistada 1 (Apêndice 1), as trabalhadoras ‘botaram as barbas de molho’ após a demissão ou realocação das principais lideranças que surgiam entre as terceirizadas de limpeza naquele momento. Outra trabalhadora entrevistada relatou que a repressão à época foi ‘o primeiro balde de água fria’ para aquelas envolvidas no processo.

Sob alegação de que o repasse do pagamento do contrato não estava sendo realizado pela universidade nos três meses anteriores, a Multiágil atrasou salários e benefícios de trabalhadoras de limpeza referentes ao mês de março. A partir dos ensinamentos apreendidos nas experiências de articulação inicial, as trabalhadoras voltaram a buscar alternativas.

Só que assim, daí a gente pensou: ‘bom, mas a gente não pode deixar assim, isso não pode acontecer! Vamos pro ministério do trabalho, vamos pro sindicato, vamos cobrar, vamos em cima, vamos fazer umas denúncias, vamos protocolar alguma coisa’. (Apêndice 1)

Uma das alternativas encontradas foi buscar o apoio de outros atores sociais para a realização de novos protestos. Assim, as trabalhadoras receberam apoio da ASSUFRGS para articular dois protestos simultâneos, que paralisaram as avenidas das cercanias do Campus Central e a Av. Bento Gonçalves, que dá acesso ao Campus do Vale no dia 9 de abril (PANCOT, 2015). Houve apoio em materiais utilizados nos protestos, participação de membros do sindicato e suporte de proteção jurídica. Em entrevista concedida à Pancot (2015, online), a coordenadora-geral da ASSUFRGS justificou a medida, afirmando: “a situação é constrangedora porque alguns funcionários não teriam sequer como ir ao trabalho”.

Com a mobilização, a administração da UFRGS regularizou o pagamento no mesmo dia 9 de abril daquele ano. Na ocasião, a administração da universidade emitiu nota alegando que o atraso foi um caso isolado que se deu “em razão de um atraso no envio de verbas pelo Governo Federal” e que “a execução do orçamento de 2015 está restritiva devido à liberação contingenciada dos recursos pela administração federal, situação que deverá ser normalizada” (UFRGS, 2015, online). Mesmo com a regularização do repasse, o atraso nos salários e benefícios de trabalhadoras de limpeza se manteve como prática.

Em consequência disso, outro protesto foi realizado no dia 8 de maio, com a iminência do Dia das Mães. Trata-se do protesto ilustrado na Figura 2. Nessa oportunidade, trabalhadoras alocadas em diferentes campi se organizaram e se reuniram em frente à reitoria para realizar

suas reivindicações. O pró-reitor de assuntos estudantis buscou realizar uma reunião entre algumas das trabalhadoras em protesto e a chefia da Gerência de Serviços Terceirizados (GERTE). As trabalhadoras, no entanto, solicitaram que a autoridade do departamento realizasse uma conversa com todas elas, e não apenas com representantes escolhidas. Por sua vez, a autoridade da GERTE, se recusou a ir até o pátio conversar com as trabalhadoras, alegando ainda que a universidade estava em dia com suas obrigações perante a empresa (PANCOT, 2015).

As manifestações de abril e maio apresentaram em comum o fato de que contaram com o apoio de estudantes e funcionários da UFRGS, em especial àqueles vinculados à ASSUFRGS e ao ANDES-SN, e com baixa adesão das próprias trabalhadoras terceirizadas: a demissão ou realocação de trabalhadoras terceirizadas envolvidas com protestos anteriores consistia tanto em ameaça às trabalhadoras remanescentes como em um obstáculo para a articulação interna entre essas trabalhadoras, que tinham de reestabelecer os primeiros contatos e partilhar vivências com as trabalhadoras que iam sendo realocadas. Segundo apurou a reportagem do Sul 21, as trabalhadoras (FOGLIATTO, 2015, online):

disseram ter ouvido da supervisão que ‘cabeças irão rolar’ na próxima semana. As terceirizadas afirmam que outras colegas também pretendiam parar, mas ficaram com medo de represálias. O maior problema com os atrasos é que as funcionárias, em sua maioria mulheres de baixa renda, contam com o salário para suas necessidades básicas, como alimentar os filhos e pagar contas. ‘A gente passou a Páscoa sem ter recebido, e agora o Dia das Mães. Onde vamos levar nossos filhos?’, questionou uma delas.

Em dezembro de 2015, as trabalhadoras da Multiágil realizaram outro protesto, no qual bloquearam o Túnel da Conceição em reivindicação ao pagamento do décimo terceiro salário, que ainda não havia sido efetuado após sucessivas promessas da empresa (ASSUFRGS, 2015; KANNEMBERG, 2015). Contando novamente com baixa adesão entre suas colegas, apesar da recorrência nos atrasos durante todo o ano de 2015, algumas dezenas de trabalhadoras mobilizadas foram capazes de bloquear o túnel no sentido bairro-centro por alguns minutos. Os representantes da universidade não fizeram mais do que alegar, uma vez mais, que a instituição estava cumprindo com suas obrigações diante da empresa. A empresa não se pronunciou e, aos poucos, foi liberando o pagamento dos décimos terceiros um a um, num movimento que enfraqueceu ainda mais as mobilizações (Apêndice 1).

Esse protesto serve de referência na medida em que foi motivado pela mesma questão que os protestos que culminariam na greve de 2016: o atraso no pagamento do décimo terceiro salário, fundamental para as atividades familiares das trabalhadoras ao final do ano. Tais protestos, como anteriormente mencionado, eclodiram em momento diferente aos do ano anterior. Em 2016, os movimentos sindicais e estudantis se apresentavam extremamente

mobilizados na luta contra as medidas do Governo Temer. Naquele período, a aproximação entre TAEs, terceirizadas, alunos e professores, foi impulsionada pelo movimento de ocupações estudantis e, posteriormente pelas greves - a interpelação das trabalhadoras terceirizadas pobres provocou militantes envolvidos no maior movimento de ocupações estudantis da história brasileira (MORTARI e MISOCZKY, 2017). Ao mesmo tempo e em aparente relação com esse fato, os protestos de 2016 lograram uma repercussão mais expressiva.

Os fatos apresentados até aqui, entretanto, demonstram que quando ocorreram as ocupações estudantis e as greves dos professores e dos TAEs, ao final de 2016, já haviam eclodido protestos e manifestações das trabalhadoras da Multiágil em articulação com militantes e ativistas de outros movimentos, constituída como resposta às necessidades da luta das trabalhadoras terceirizadas pobres. Apesar das constantes demissões e realocações, o protagonismo nos protestos leva a um movimento no processo de ação-reflexão, sem o qual a conscientização, como um processo de aproximação crítica da realidade, não pode existir (FREIRE, 1980).

Em 2016, as atividades promovidas pelas ocupações e pelos representantes sindicais em momento de greve promoveram espaços nos quais avançou a aproximação entre trabalhadoras terceirizadas e a comunidade acadêmica. Tratava-se de espaços como palestras, seminários, minicursos e rodas de discussão sobre as universidades brasileiras, sobre o ensino público, sobre os efeitos dos cortes em saúde e educação impostos pela PEC 241. Entrevistada 1 ainda relata um pouco de sua experiência como trabalhadora e do contraste daquele momento.

Então aí a gente foi, foi indo, se organizando, fazendo protestos. Até que chegou a ocupação. Que aí foi em 2016. Aí o pessoal já estava chegando mais perto de nós, porque os estudantes sempre tiveram junto com a gente, mas não em grande número. Então ali a gente começou.... ali eu comecei a participar bastante das rodas de conversa, eles vinham conversar com a gente, a gente fazia paralização. (Apêndice 1)

Foi assim que articulações importantes entre os movimentos de greve de TAEs e professores e os movimentos estudantis de ocupação e o movimento de trabalhadoras terceirizadas de limpeza - que já vinham acontecendo há algum tempo de forma mais restrita - tomaram um novo fôlego ao final de 2016, com a construção da Associação Unidos Terceirizados. A ideia já vinha sendo pautada há alguns anos. Entrevistada 1 relata que, durante as ocupações e as greves, as terceirizadas puderam encaminhar uma agenda de reuniões onde deram os primeiros passos do processo. Também destaca a importância do apoio prestado por membros do ANDES-SN e da ASSUFRGS, em especial, no âmbito jurídico.

A formação embrionária da Unidos Terceirizados seria um marco na disputa que sucedeu esses acontecimentos, a partir do qual foi possível concretizar novas ações e articulações, factíveis àquele momento. Um fato que ajuda a compreender o apoio por parte de

representantes sindicais da ASSUFRGS e do ANDES-SN à formação de uma associação de trabalhadoras terceirizadas é a ausência de apoio do sindicato ao qual as trabalhadoras de limpeza eram formalmente vinculadas, o SEEAC-RS, às lutas que vinham sendo protagonizadas e construídas por essas trabalhadoras na UFRGS. Essa ausência de suporte ou de efetiva representação já havia sido verificada nas experiências dos protestos contra atrasos em benefícios dos anos anteriores. As entrevistas realizadas evidenciaram que não apenas as trabalhadoras não se sentiam representadas pelo sindicato, mas também sentiam certa oposição por parte dos representantes sindicais aos meios que vinham sendo utilizados por essas trabalhadoras em suas reivindicações.

Um dado que ajuda a ilustrar esse fato é fornecido por uma das trabalhadoras que contatei através da internet. Ela informou que, em conversa por telefone com representantes do sindicato antes do protesto realizado em maio, a interlocutora desaconselhou os protestos em frente à chamada prefeitura do Campus do Vale, sugerindo, ao contrário, que formalizassem notificação junto ao sindicato para que esse negociasse com a empresa. Segundo a representante do SEEAC-RS, a escolha em realizar o protesto inviabilizaria ou prejudicaria a negociação. Em consequência desses desdobramentos, representantes sindicais do ANDES-SN e ASSUFRGS mais próximos às pautas das trabalhadoras terceirizadas pobres identificavam a necessidade de novos processos organizacionais para o avanço das lutas dessas trabalhadoras. Também se buscou inspiração na recente experiência da construção da ATTUFRJ na UFRJ. A trabalhadora informou ainda que a articulação da Unidos Terceirizados visava trazer maior continuidade aos processos, distribuir funções e articular apoio de outras organizações.

No entanto, informações coletadas em entrevistas e dados secundários apontam que, desde o início, a associação teve dificuldades em ampliar seu apoio junto a um número mais expressivo de trabalhadoras terceirizadas pobres (ver Apêndice 1; Apêndice 2; FOGLIATTO, 2015). Trabalhadora Entrevistada 1 relata que junto com a criação da Associação Unidos Terceirizados, surgiram episódios de oposição à iniciativa entre as próprias trabalhadoras terceirizadas. Essa oposição, majoritariamente realizada por trabalhadores homens, segundo Trabalhadora Entrevistada 1, se expressava em reuniões e em churrascos promovidos por supervisores das empresas intermediárias fora do horário de expediente.

No dia 18 de novembro, os movimentos de ocupação se reuniram com representantes da Reitoria da universidade no Campus do Vale. A reunião havia sido oficialmente convocada pela Reitoria, com o propósito de discutir “a necessidade de serem preservados os direitos individuais e coletivos” e a necessidade de que fossem evitados os “riscos e consequências da judicialização” das ocupações na universidade (GOMES, 2016a, online).

Atendendo às reivindicações dos estudantes, a reitoria permitiu a participação de membros da Unidos Terceirizados no início da reunião. O fato inédito revela um raro momento no qual a exclusão da ‘voz’ das trabalhadoras terceirizadas dos espaços de decisão da universidade foi, ainda que parcial e insuficientemente, revertida. No espaço conquistado, as trabalhadoras expuseram os riscos que os atrasos impunham à sua sobrevivência, bem como suas reivindicações. Com a pressão, os representantes da reitoria deliberaram uma reunião entre as trabalhadoras de limpeza, representantes da universidade e da empresa intermediária. A Figura 3 e a Figura 4 retratam o evento e a aproximação entre as vítimas e a militância estudantil.

Figura 3 – Mobilização de estudantes e trabalhadoras no Campus do Vale para a reunião com representantes da reitoria no dia 18 de novembro de 2016.



Fonte: Gomes (2016a)

Figura 4 – Trabalhadoras articulam ações junto aos estudantes antes do início da reunião realizada no dia 18 de novembro de 2016, no Campus do Vale.



Fonte: Gomes e Canofre (2016)

O cântico entoado pelos estudantes àquele momento revela a aspiração e o desejo de uma articulação capaz de superar a condição fragmentária de suas lutas: “a nossa luta unificou, é estudante junto com o trabalhador” (GOMES, 2016a, online). Na oportunidade, integrantes de todos os cursos e unidades ocupadas tiveram a chance de conversar e trocar experiências sobre os respectivos processos de ocupação e os problemas que as diversas unidades enfrentavam. Os manifestantes retornaram às suas unidades, nas quais a discussão sobre as condições das trabalhadoras de limpeza foi se intensificando.

Em 22 de novembro, as trabalhadoras da Multiágil realizaram um protesto no Campus do Vale que teve um forte envolvimento dos membros da Associação Unidos Terceirizados e do movimento estudantil:

As reclamações dos funcionários contratados pela empresa Multiágil incluem o atraso e parcelamento frequente dos salários, vale-alimentação e férias, além do não-pagamento de vale-transporte. “A primeira reclamação nossa é o atraso de salários, que é constante, não é aleatoriamente. Sempre temos entre 10 e 15 dias de atraso. O vale-alimentação também, além de parcelado, atrasa”, diz Adriana da Cunha, contratada há dois anos e meio pela Multiágil e presidente da Associação dos Terceirizados Unidos. “O que a gente quer é que a UFRGS enxergue a gente e possa fazer alguma coisa. O que está acontecendo aqui pra mim é um tipo de escravização, porque a gente trabalha com medo, com salários atrasados, sem vale-transporte, a gente está sendo punido”. (GOMES e CANOFRE, 2016, online)

Uma das trabalhadoras, em relação a suas experiências anteriores declarou: “como no contrato com a Multiágil tem uma cláusula que eles podem mexer de acordo com a demanda, a

gente fica de mãos amarradas” (GOMES, 2016b, online). Segundo ela relatou à época, tratava-se do motivo principal para a baixa adesão de suas colegas ao protesto⁶. As trabalhadoras adiantaram ainda que a empresa responderia “usando táticas como troca de postos e horários, como forma de intimidar aqueles que reclama[ram] da situação” (GOMES, 2016b, online).

Na reunião do CONSUN realizada no dia 25 de novembro de 2016, foi lida, por intermédio de um professor representante do conselho, uma carta assinada pelo movimento ‘Ocupa IA’ (movimento de ocupação do Instituto de Artes da UFRGS), que expressa esse momento:

Estamos falando de pessoas que trabalham a serviço da comunidade acadêmica em uma universidade de excelência. São essas pessoas que nos servem diariamente, mantendo nossos ambientes limpos, recebendo as pessoas nas portarias e cuidando do patrimônio. Suas funções são vitais para o bem-estar e bom funcionamento dessa universidade, mas costumam ficar invisíveis aos olhos insensíveis, que nesse momento consentem com essas condições exploratórias de trabalho. A condição dos funcionários terceirizados é precária também porque atuam em um local distante das empresas pelas quais são contratados. Assim, não tem a mesma possibilidade de exercer pressão sobre os seus contratantes, ou mesmo se unirem pela facilidade do convívio em um mesmo espaço. Esse fator aumenta ainda mais nossa responsabilidade, enquanto comunidade acadêmica, de abordar estas questões de frente. A UFRGS como um todo é corresponsável por esta situação. Como podemos falar de ética nesta universidade se há pessoas ao nosso lado, trabalhando conosco e para o nosso bem-estar, sem a garantia de terem suas necessidades básicas atendidas e sem uma dignidade e segurança mínima nos seus trabalhos? A UFRGS tem ciência dessas demissões e situações exploratórias? Existe um controle efetivo de quantidade de funcionários que estão atuando via empresas terceirizadas, em relação ao pagamento que é dado para estas empresas? E quanto ao trato humano – existe alguma fiscalização das condições de trabalho as quais estas pessoas são submetidas, existe alguma função de escuta e amparo a essas pessoas? Ou a ponte de relação se dá apenas através de números, uma comunicação via chefias e burocracias? Sabemos que as funcionárias da limpeza, por exemplo, são tratadas como unidades. É assim que Maria é referida: uma unidade alocada em tal prédio. A partir desta situação, torna-se urgente a necessidade de transparência, tanto em relação aos contratos com essas empresas, quanto na administração das contas da UFRGS e na gerência do trabalho cotidiano dessas pessoas. Todos temos responsabilidade e dever de termos essa consciência: docentes, discentes, técnico-administrativos e terceirizados. E mais: precisamos traduzir essa consciência em ações que consigam efetivamente amparar essas pessoas e gerir nossos recursos de forma mais efetiva. (UFRGS, 2016, p. 2)

A resposta à ameaça em que a articulação de diferentes atores sociais consistia, foi um aumento da força repressiva sobre as trabalhadoras terceirizadas de limpeza por parte da Multiágil. Primeiro, tanto a empresa intermediária quanto a reitoria da UFRGS evitaram os questionamentos realizados por repórteres, representantes do sindicato e alunos (GOMES, 2016a; GOMES, 2016b; ZIMMERMANN, 2017). A empresa intermediária identificou, em alguma medida, a ameaça que provinha da articulação entre suas funcionárias e os movimentos

⁶ As declarações revelam um movimento na interpretação, compreensão e no julgamento de sua realidade, que se relaciona à práxis das trabalhadoras terceirizadas. Àquele momento, dois anos após a emergência de seus primeiros protestos, as trabalhadoras da Multiágil demonstraram já reconhecer as dificuldades em constituírem-se mesmo como atores sociais nos termos do presente trabalho.

de greves e ocupações, intensificando a vigilância sobre as primeiras. A ‘dica’ dada às funcionárias da limpeza é clara desde sempre nesse sentido: evitem contato com os demais setores da universidade. O contato que tive com trabalhadoras da SR Serviços, que sucedeu a Multiágil, ilustra essa afirmação. Quase todas as conversas foram feitas de forma velada. Os supervisores inspecionaram algumas das conversas, mesmo as realizadas durante o intervalo das trabalhadoras, por vezes acompanhando-as de perto e interferindo nas respostas. Zimmermann (2017) também relatou a presença de supervisores nas conversas e que, para driblar o constrangimento, chegou a realizar entrevistas no banheiro.

Porém, há relatos de que, durante aquele período, houve proibição explícita de que as funcionárias estabelecessem qualquer forma de diálogo com o restante da universidade, especialmente com alunos. Chegou-se ao ponto de a empresa solicitar para que funcionárias não curtissem as páginas dos diretórios acadêmicos da UFRGS (ZIMMERMANN, 2017). A prática dá mostras de não ser de exclusividade da Multiágil. Na época das ocupações um trabalhador do almoxarifado foi demitido por justa causa por manifestações feitas em agradecimento ao apoio do movimento estudantil. Segundo Trabalhadora Entrevistada 1:

Não poderíamos nem conversar com alunos. A gente não pode conversar com alunos, não pode conversar com técnicos. Os técnicos não podem dar ordens para nós. Não podem pedir nada para nós. Tipo, um trabalho em que tu não fala com ninguém. Tu entra e sai... eu dizia até assim, tu faz um artigo... “os invisíveis da UFRGS”, “os invisíveis da universidade”. (Apêndice 1)

Algumas semanas após os eventos descritos, foram realizadas as primeiras demissões de trabalhadoras diretamente envolvidas com as reivindicações, contrariando as promessas que haviam sido feitas alguns dias antes. A demissão de lideranças repetia uma forma de repressão que vinha sendo relativamente exitosa nos últimos dois anos. A medida, cujas justificativas apresentadas pela empresa já eram vistas como ilegítimas por um conjunto de atores sociais presentes e atuantes na UFRGS, enfrentou a oposição de membros dos movimentos de greve de TAEs e professores e de alguns dos movimentos estudantis de ocupação em um momento no qual tais movimentos estavam amplamente mobilizados.

No dia 5 de dezembro, foi realizada uma assembleia que debatia os efeitos da PEC 55. As trabalhadoras de limpeza enxergaram a data como uma oportunidade para tomar a iniciativa de ocupação do prédio da prefeitura do Campus do Vale – local do campus no qual se localizam os setores administrativos das empresas que prestam serviços à universidade, mesmo local de pequenos protestos em anos anteriores –, tendo identificado a estrutura de apoio jurídico montada ao redor dos processos de greves e ocupações presente naquele momento. Mobilizados, os estudantes tomaram a frente da ocupação da prefeitura e indicaram às trabalhadoras terceirizadas que se afastassem do prédio.

Estava tudo ocupado, era um dia de protesto, tinha uma paralisação que eles tinham fechado o pátio e o pessoal estava subindo. A gente estava chegando de manhã e o pessoal estava subindo do protesto. [...] E o nosso pessoal, já tinha dito: [...] “vamos ocupar a prefeitura em protesto né”. Enquanto os advogados, enquanto o pessoal tava chegando. Então eles seguraram na prefeitura enquanto a gente chega. Aí eles falaram: ‘vocês vão, sumam daqui, que nós vamos ocupar a prefeitura’. (Apêndice 1)

O prédio da prefeitura do Campus do Vale ficou ocupado por algumas horas, durante as quais, a Multiágil enviou representantes para conversar com os estudantes. Os representantes apresentaram as mesmas justificativas, procurando isolar os casos de demissão. Afirmaram que a maioria dos casos eram ‘apenas’ realocações que lhe eram de direito por contrato; e buscaram apresentar motivos diversos para os casos de demissão (Apêndice 1). A oposição do movimento de trabalhadoras terceirizadas, dos movimentos de greve de professores e TAEs e dos movimentos de ocupação (em especial do Ocupa IA, Ocupa Letras e Ocupa IFCH), no entanto, surtiu efeito (ainda que apenas o parcialmente desejado), na medida em que algumas das funcionárias prejudicadas retornaram aos seus postos de trabalho na UFRGS, tendo suas demissões ou realocações revertidas.

Uma das trabalhadoras entrevistadas na pesquisa de campo teve sua realocação revertida nesse processo. Assim como a Entrevistada 1, ela relatou que, no dia, as trabalhadoras conversaram com estudantes sobre a intenção de ocupar o prédio da prefeitura já durante o protesto realizado pelos movimentos grevistas e de ocupação. A pauta era única, a reversão das demissões de trabalhadoras que haviam participado do protesto realizado no dia 22 de novembro. Foi a primeira conquista das trabalhadoras terceirizadas pobres no processo.

No dia 8 de novembro, militantes dos movimentos de ocupação da Biologia, do Instituto de Geociências, Instituto de Artes, da Escola de Administração, da Faculdades de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS (FABICO), da Psicologia e do Serviço Social se reuniram na FABICO em reunião cuja discussão central foi “a irregularidade de algumas empresas terceirizadas da UFRGS que não são fiscalizadas e infligem diversas leis trabalhistas e discutimos algumas propostas de formas de apoio” (OCUPA FABICO UFRGS, 2016, online). No dia 9 de dezembro, pelo intermédio dos movimentos de ocupação de unidades do Campus do Vale, as trabalhadoras da Multiágil se reuniram com o reitor da universidade. Foram novamente expostas as condições de fome por que passavam as trabalhadoras frente aos atrasos em salários e benefícios e à impossibilidade de utilizarem as instalações da universidade para alimentação. Denunciaram também a ausência de instalações para troca de uniformes e outras necessidades básicas. Em sua manifestação, destacaram a importância da aproximação de professores e alunos e realizaram as suas reivindicações. Solicitaram que a Pro Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) iniciasse a repassar diretamente os montantes referentes ao

pagamento das trabalhadoras e que a Multiágil fosse punida por suas constantes infrações com a suspensão do contrato. Direccionando-se ao reitor, uma das trabalhadoras pronunciou (TERCEIRIZADOS UNIDOS..., 2016):

E por que.... Pensando por que os alunos estão nos apoiando, nessa parte? Se o senhor for pensar que todos nós terceirizados, não só Multiágil, mas RU, vigilância, ETS, todos parassem que nem na ocupação. Nem que fossem só três dias, não digo nem agora, que está com pouco movimento. Abril, que tem bastante movimento de alunos e professores. Em três dias, as lixeiras vão ficar lotadas... quem vai levantar a cancela? Entendeu? Então a gente está aqui hoje, querendo que o senhor nos ouça e leve essa informação pras questões burocráticas para que haja essa mudança. Por que hoje é a Multiágil e amanhã pode ser outra firma. E já que todo mundo sabe que isso acontece, o que a gente quer é uma solução. E uma sugestão de solução é primeiro sair a empresa. Já que demora seis meses pra fazer a licitação, que dentro desses seis meses a PROGESP, que lida com a questão do dinheiro, pelo que nos passaram - e eu posso estar enganada e o senhor pode me corrigir -, que esse órgão passe então a nos pagar diretamente. No quinto dia útil, tá lá o nosso salário. De manhã ou ao meio dia, e não a meia noite como eles dizem, que o quinto dia útil é até a meia noite. E depois disso, a saída da empresa, né? Não quero aqui uma coisa assim surreal: “ah, vamos virar efetivos”. Não, ok. Tem a lei de terceirização, então vamos dentro da lei. A gente quer só nossos direitos, os mínimos direitos, para que aconteça um trabalho ok aqui dentro. Porque, se hoje, tu pode chegar no teu setor, tu vê a menina num canto lá mexendo no celular, a gente não pode ficar nem onde as pessoas nos veem. Então a gente quer mudar isso. E para fazermos o nosso trabalho, ter ânimo de trabalhar, o mínimo é o nosso salário, o nosso VT e o nosso vale alimentação. Um uniforme decente... né. Então o que a gente está pedindo é para agora, para agora, não é para o próximo... Hoje é dia 9 [de dezembro], nós estamos sem a primeira parcela do décimo [terceiro salário]. Provavelmente vai chegar dia 20 de dezembro e a gente não vai ter recebido o décimo, como no ano passado. E os colegas da [limpeza] externa não receberam o salário ainda! Então, uma sugestão, já que todo mundo sabe dos atrasos, ok, porque com certeza lá onde vocês trabalham tem uma menina como nós, tem uma recepcionista, tem um porteiro... então a gente quer só isso, que a gente receba diretamente da UFRGS e depois se repasse o valor pra Multiágil. Só isso, a gente quer uma garantia de pagamento, do salário do VT e passagem. É só isso...

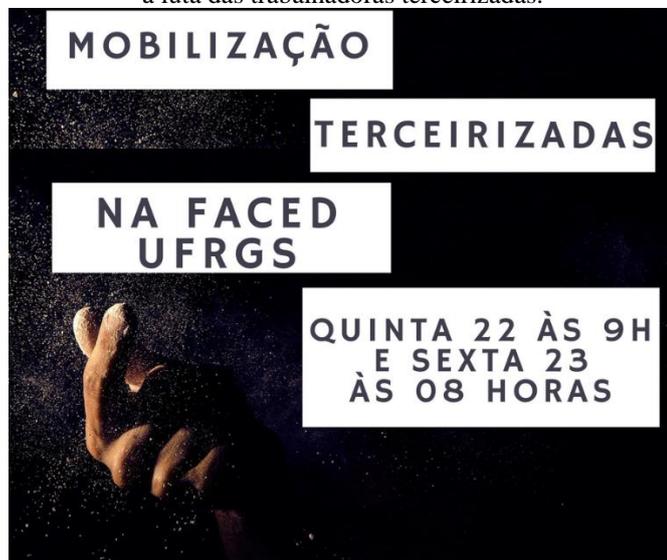
As reivindicações e propostas eram norteadas pelos problemas práticos identificados por essas trabalhadoras como ameaças à sua sobrevivência: garantias contra o atraso nos salários e benefícios, desgaste na relação com a empresa que lhes sonegava direitos e a ilegitimidade da manutenção do contrato entre empresa e universidade.

Mesmo com a mobilização, a previsão de que as trabalhadoras não receberiam o décimo terceiro até o dia 20, conforme ocorrido em ano anterior, se confirmou. Foi nesse contexto que o movimento de trabalhadoras terceirizadas, representado pela ATTUFRJ, em articulação com os movimentos estudantis de ocupação, realizaram a convocação de estudantes e trabalhadores para prestarem apoio às trabalhadoras terceirizadas de limpeza através de manifestação que foi organizada para o dia 21 de dezembro. Na data, a reitoria se reuniria com representantes sindicais da ASSUFRGS. A articulação entre trabalhadoras se deu principalmente através de grupos de conversa por telefone que vinham sendo utilizados desde 2015; já a articulação entre trabalhadoras terceirizadas e estudantes se tornou possível graças aos efeitos das greves e ocupações no cotidiano da universidade. Conforme relata Entrevistada 1 (Apêndice 1), foi feita

“uma pressão bem grande”, e trabalhadoras e estudantes não permitiram que a reunião ocorresse.

Seria o primeiro dos três dias de greve das trabalhadoras terceirizadas de limpeza. A decisão de paralisar as atividades foi feita de forma consensual entre as trabalhadoras ali presentes e reforçada nos grupos de diálogo. Contando com o apoio de outros atores sociais, as trabalhadoras terceirizadas de limpeza permaneceram em greve até que os pagamentos iniciassem. A Figura 5 ilustra as chamadas realizadas pelos movimentos estudantis para que estudantes, professores e TAEs prestassem seu apoio.

Figura 5 – Chamada do movimento de ocupação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) em apoio à luta das trabalhadoras terceirizadas.



Fonte: Ocupa IFCH (2016a).

A restituição dos pagamentos devidos foi feita caso a caso, de forma parcial e com diversas irregularidades, o que provocou novos problemas (ZIMMERMANN, 2017). Tendo recebido parte de seus pagamentos e na iminência das festividades de natal e ano novo, muitas das trabalhadoras pobres, estudantes, TAEs e professores mobilizados em prol da luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas retornaram aos seus postos de trabalho e às atividades rotineiras. Com a desmobilização, os pagamentos de algumas das trabalhadoras sequer chegaram a ser realizados (Apêndice 1; Apêndice 2; ZIMMERMANN, 2017).

Logo após a conquista, novas demissões foram direcionadas às lideranças do movimento grevista, em especial, àquelas envolvidas com a criação da Associação Unidos Terceirizados. As demissões começaram já na semana seguinte a dos protestos, na volta do natal, repetindo a tática de repressão em momentos nos quais a universidade está esvaziada (ZIMMERMANN, 2017). Entrevistada 1 relembra os acontecimentos:

Eu fui a primeira a ser demitida. Depois do Natal, o Natal foi no domingo o dia 24. Aí, na segunda-feira, no dia 26, eu cheguei pra trabalhar e o meu supervisor mandou eu nem bater o ponto e me apresentar na empresa. Eu e uma outra colega minha. (Apêndice 1)

Com o desgaste provocado pelas ações organizadas das trabalhadoras terceirizadas, a reitoria da universidade rescindiu o contrato com a Multiágil em janeiro de 2017, no que apenas se eximiu da solução do problema. A mudança de empresa intermediária se opõe às propostas formuladas e construídas em conjunto pelas trabalhadoras, em especial à garantia de compromisso da universidade para com o pagamento das trabalhadoras.

A "novela" Multiágil e UFRGS está chegando ao final com trabalhadores demitidos em massa e sem a garantia de receber a rescisão, já que a empresa alega falta de recursos. Segundo informações da Gerência de Serviços Terceirizados da UFRGS a universidade pagou o salário base de janeiro diretamente aos trabalhadores, porém não garante que irá cobrir também os valores das rescisões. (ASSUFRGS, 2017, online)

Conversei com trabalhadoras que ainda estavam lutando na justiça por seus direitos negados (ver Apêndice 2). Como uma trabalhadora disse, não se trata apenas do décimo terceiro salário, mas também de trabalho extra, adicional de férias, e adicional de insalubridade que não foram pagos no caso dela e de outras colegas. Alguns estudantes, professores e TAEs (participantes de outros grupos ou organizações políticas, representantes sindicais etc.), por sua vez, mantiveram esforços para construir formas de articulação com as trabalhadoras terceirizadas pobres no ano seguinte.

Por exemplo, após as lutas que ocorreram ao final de 2016, alguns militantes, entre eles, professores, TAEs, estudantes e representantes da Associação Unidos Terceirizados formaram o Grupo de Trabalho sobre Terceirização (GTT) (ZIMMERMANN, 2017). A proposta do grupo era a de estudar e debater a terceirização na UFRGS, contando com presença e participação das trabalhadoras terceirizadas pobres que haviam protagonizado as lutas do ano anterior. O grupo mapeou estudos sobre a terceirização na esfera pública e no âmbito das universidades.

O esforço na criação do GTT ilustra o reconhecimento do potencial que tem a articulação entre o pensamento crítico-reflexivo e a construção das lutas reivindicativas, e da necessidade de elaborar e decifrar a dimensão social das críticas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres. No entanto, algumas das dificuldades encontradas pelo próprio GTT expressam a tensão e a incipiência do processo de articulação entre atores sociais que construiu a luta pela sobrevivência das trabalhadoras pobres. Segundo Zimmermann (2017, p. 70):

O GTT encontrou diversos empecilhos para se desenvolver, o principal era o horário para reunir com as/os trabalhadoras/es terceirizadas/os, muitas haviam sido demitidas no processo de luta e já estavam trabalhando em outros locais e era muito difícil conciliar os horários, pois um ponto que deve ficar claro é que em nenhum momento o GTT iria tomar a frente dessa luta, que é protagonizada pelas/os terceirizadas/os,

apenas facilitaria o debate e as formas de acessar informações e mobilizações em todas as categorias.

As tensões da articulação com o movimento de trabalhadoras terceirizadas também se fizeram sentir no âmbito da organização da ASSUFRGS. Conforme anteriormente mencionado, a FASUBRA, à qual a ASSUFRGS é filiada, já vinha debatendo a possibilidade de associação de trabalhadoras terceirizadas. Um trecho do Caderno de Teses da XXIII CONFASUBRA indica que a solidariedade para com as lutas dessas trabalhadoras também serviu como um nodo de articulação inicial:

devemos respeitar, valorizar e organizar a luta junto com todos os trabalhadores terceirizados, que fazem parte das IES e arcam com os custos da precarização do trabalho, da má remuneração, da rotatividade no emprego e são tratados como invisíveis, ainda mais no momento de crise e de cortes no orçamento. (FASUBRA, 2018, p. 73)

A partir desse reconhecimento, o XXIII CONFASUBRA emitiu recomendação de filiação das trabalhadoras terceirizadas das Instituições de Federais de Ensino aos sindicatos vinculados à federação (FASUBRA, 2018; Entrevistada 11). Segundo Representante Sindical Entrevistada 11,

pela primeira vez a FASUBRA, como entidade federal, iria passar a admitir que essa galera [terceirizadas] fosse sindicalizada e gozasse, pelo menos, dos benefícios de ser sindicalizado, como por exemplo, questão jurídica do escritório de advocacia... Então não seria aquela coisa: “agora tu faz parte da FASUBRA, tu vai ter que fazer greve, vai ter que fazer, porque né...”. Mas é mais no sentido de garantir o suporte que a FASUBRA dá para eles também. (Apêndice 4)

Cabe destacar que a própria disposição apresenta aspectos contraditórios: por um lado, o Caderno de Teses do evento defende a necessidade de se “incorporar cada vez mais” trabalhadoras terceirizadas em suas mobilizações, reconhecendo a importância política da articulação com essas trabalhadoras para as lutas do dever. Por outro, o debate sobre a relação entre trabalhadoras terceirizadas e o sindicato, que ocorreu naquele espaço, retrata uma compreensão diferente. Representante Sindical Entrevistada 11 relata:

a gente sabe que eles [terceirizadas] não iam poder ter a mesma militância, as mesmas práticas que a gente tem, porque eles têm uma situação desfavorável, né. Por outro lado, eles vão, obviamente, poder gozar do suporte que a FASULBRA vai dar. (Apêndice 4)

Por fim, conforme indica a entrevista com Representante Sindical Entrevistada 11, os problemas de articulação do sindicato com o movimento de trabalhadoras terceirizadas pobres se relacionam aos problemas de articulação dos próprios TAEs e de representação sindical. O caráter ‘assistencialista’ e aspectos do que se pode identificar como uma postura de isolamento das pautas reivindicativas da ASSUFRGS foram destacados pela representante (Apêndice 4). Segundo relato de Representante Sindical Entrevistada 11, a sugestão enfrentou oposição junto ao corpo de TAEs da UFRGS. Relatando comentários de colegas contrários à filiação de trabalhadoras terceirizadas, parafraseia:

‘você não se dão conta, mas se a gente for integrar, a gente não vai poder mais usar a colônia de férias que vai estar cheia dessa galera aí que nunca contribuiu em mensalidade e tudo pra construir. A gente construiu essa história e vem o pessoal agora pra usufruir disso’. (Apêndice 4)

De fato, como expressão da força desse tipo de posicionamento, os membros da ASSUFRGS contrariaram a recomendação da federação nacional, deliberando, em assembleia, pela não associação de trabalhadoras terceirizadas.

3.2 A LUTA NA UFPR

Na UFPR, a luta das trabalhadoras terceirizadas apresenta especificidades constituídas a partir da articulação com estudantes. Criada e composta em 2016⁷ por estudantes da universidade, a Frente de Apoio às Lutas das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR (FALTT), busca atuar junto às terceirizadas da instituição na produção de suas lutas. É apresentada por seus membros da seguinte forma: a FALTT “é uma frente estudantil, que em solidariedade às trabalhadoras terceirizadas que passam por péssimas condições de trabalho na UFPR, pretende não apenas apoiar sua luta com atos e protestos, mas atuar de diversas outras maneiras construindo a luta dia após dia” (FALTT, 2016a, online).

Nos anos seguintes à sua fundação, a FALTT realizou reuniões periódicas para deliberar suas ações. Foram 6 reuniões realizadas nos primeiros 4 meses do movimento, entre maio e agosto de 2016. No ano seguinte, entre outras diversas atividades, houve 15 reuniões da frente; e em 2018, outras 5. Para além das reuniões, a frente construiu atos, seminários e oficinas durante o período, entre os quais, serão detalhados durante o texto, em especial, aqueles que se constituíram em articulação com as trabalhadoras terceirizadas do Restaurante Universitário (RU) da UFPR. A continuidade de suas ações, evidenciada pela agenda, foi possibilitada justamente por ser esse um movimento composto por alunos, conforme afirmam seus membros⁸ (Apêndice 3). Nas palavras de um de seus membros, “há uma coação sistemática das trabalhadoras terceirizadas que força a FALTT a realizar trabalhos com os estudantes” (ENTREVISTA FRENTE..., 2018, online).

⁷ O processo que dá origem à frente se inicia em 2012, mas que esse processo culmina com a criação do movimento, em definitivo, em 2016. A informação foi obtida durante as entrevistas realizadas e é corroborada por informações que constam em Leonardi (2017).

⁸ Para Ribeiro (1969, p. 3), os estudantes brasileiros se caracterizam por um estado de rebeldia que expressa a inconformidade com o atraso social; esta rebeldia “é ensejada por sua própria condição de camada socialmente privilegiada em relação à juventude trabalhadora, o que a ampara, de alguma forma, diante da repressão”. A condição relativamente privilegiada dos estudantes foi um ponto relevante na constituição da FALTT.

A origem da FALTT, assim como da Unidos Terceirizados na UFRGS, está associada a um período de greves e mobilizações políticas na universidade (Apêndice 3). O sindicato dos professores decretou greve no dia 12 de agosto de 2015, acatando a decisão tomada em assembleia na semana anterior. A greve se opunha aos cortes previstos nos recursos das instituições de ensino superior (GLOBO, 2015). Nesse mesmo período, as trabalhadoras terceirizadas mobilizavam-se após mais de 750 trabalhadoras – responsáveis por serviços de portaria, segurança, limpeza, e manutenção - terem sido prejudicadas com atrasos no pagamento do mês de dezembro e com o não pagamento do décimo terceiro salário (ANDES-SN, 2015d; ADUFES, 2015).

As mobilizações de trabalhadoras terceirizadas na UFPR já vinham acontecendo desde, pelo menos, 2013. No dia 16 de dezembro de 2013, as trabalhadoras dos RUs da UFPR realizaram uma paralisação reivindicando que o vale-transporte e o vale-alimentação fossem pagos integralmente e em dia, reclamando também do estado de manutenção e da qualidade dos equipamentos disponibilizados para o trabalho (AUDI, 2013). As mobilizações de 2015, por sua vez, ocorreram em um momento no qual outros atores sociais passavam por um período de maior atividade na UFPR.

Assim como na UFRGS ao final de 2016, a ‘normalidade’ da UFPR foi interrompida pela greve e pelas mobilizações de trabalhadoras terceirizadas no ano de 2015.

Entrevistada 10, relata o período:

Em 2015 aconteceu uma greve com professores, técnicos e estudantes. [...] Nesse mesmo ano teve atraso de meses no pagamento dos trabalhadores terceirizados. E o movimento estudantil da época, ele se aliou, meio que a reboque dos terceirizados. Então os terceirizados se mobilizaram sozinhos e os estudantes deram algum apoio, mas era um apoio ainda esparsos. Aconteceu a mesma coisa que vocês já sabem, relataram lá inclusive. As trabalhadoras botaram a cara a bater, foram lá na reitoria, fizeram ato, e... e o que aconteceu foi que apesar da mobilização ter bastante força, sucesso, acabou com as trabalhadoras demitidas como sempre. [...] Então... foi [se] percebendo que eles sempre estavam sofrendo ataques constantemente e que os estudantes, eles ajudavam em momentos esparsos quando estavam mais organizados. Mas era necessário um instrumento talvez, que impulsionasse esse potencial de mobilização e politização dos trabalhadores. Mas a gente não tinha isso tão claro, no início... não caiu do céu. Mas foi aí que se juntou a FALTT, que é um grupo de estudantes, percebemos “nossa, a gente precisa fazer alguma coisa”. (Apêndice 3)

Segundo Leonardi (2017, online), os militantes “perceberam que era apenas no período de greves [docentes, discentes ou de TAEs] que as preocupações com acessibilidade e terceirização se tornavam tema de pauta” na UFPR. Assim, “a Frente foi reformulada para atuar em tempo integral na defensoria dos direitos” das terceirizadas.

A emergência da FALTT é um desdobramento que responde a necessidades identificadas no processo de articulação de atores do movimento estudantil e o movimento de trabalhadoras terceirizadas. No dia 23 de março de 2016, as trabalhadoras terceirizadas dos RUs

da UFPR realizaram uma greve que se estendeu por alguns dias. A greve denunciava o atraso no repasse das verbas por parte da administração da UFPR às empresas intermediárias. Em nota assinada pelo Diretório Central dos Estudantes durante a gestão ‘Nós Não Vamos Pagar Nada’ e por diversos Centros Acadêmicos, é manifestado o apoio desses atores à luta das trabalhadoras, sendo destacado como nodo articulador a solidariedade de estudantes para com as trabalhadoras terceirizadas pobres.

O Diretório Central Estudantil (DCE), conjuntamente com os Centros e Diretórios Acadêmicos que assinam essa nota, vêm manifestar apoio à greve das trabalhadoras terceirizadas da UFPR. Recentemente os estudantes da UFPR foram surpreendidos mais uma vez com o fechamento dos Restaurantes Universitários, o que inviabiliza a alimentação de vários estudantes. O motivo do fechamento foi a greve que as trabalhadoras terceirizadas da limpeza começaram a partir do dia 23/03, devido ao não pagamento dos seus salários pela administração da UFPR. Por mais que o fechamento dos RUs impacte na qualidade da alimentação de muitos estudantes, não poderíamos deixar de prestar nosso apoio e solidariedade à manifestação legítima das trabalhadoras, que lutam pela garantia do mínimo: serem pagas pelo trabalho que realizam. É comum observarmos na UFPR esses episódios de descaso da Reitoria com os trabalhadores e trabalhadoras, que buscam melhores condições de trabalho e direitos, e com estudantes que necessitam da assistência estudantil para permanecerem na universidade. Temos enfrentado nos últimos anos a precarização da universidade pública que ocorre a passos largos. Medidas de ajuste fiscal, como cortes de verbas, são frequentes, e o ano de 2015 bem mostrou isso com 7 bilhões de cortes na área da educação; e em 2016 essa mesma área já sofreu com mais cortes: 1,3 bilhões do orçamento. Quem sofre com o sucateamento da universidade pública são os alunos e alunas, são os trabalhadores e nesse caso, principalmente as trabalhadoras terceirizadas, que ocupam funções como a limpeza. Funções que relegamos ao esquecimento, mas que são fundamentais para a reprodução do ambiente de ensino, pesquisa e extensão. Não poderia passar despercebido o fato de essas trabalhadoras serem em sua maioria mulheres, que necessitam do salário (já subvalorizado) para dar conta das necessidades de alimentação, saúde, moradia, lazer, etc, muitas vezes não só suas, mas também de filhos e família. Não nos contemplamos com alegações de que as trabalhadoras deveriam voltar a trabalhar, mesmo sem a garantia de seus direitos mais fundamentais, nem mesmo com ideias de aumentar o preço de cobrança dos RUs a fim de facilitar o repasse às empresas que contratam as terceirizadas. É dever da Reitoria e do Estado garantir as verbas necessárias para o custeio da universidade, assim como possibilitar que os estudantes permaneçam nela. Entretanto, parece que ambos vêm falhando em cumprir essa obrigação, sendo que a resposta que as trabalhadoras e nós, estudantes em apoio a elas, damos para tal descaso é uma: luta! Não poderíamos também deixar de relembrar a data histórica que acabamos de comemorar no mês de março, o Dia Internacional da Mulher, e não haveria exemplo melhor para homenagear as trabalhadoras que morreram lutando para conquistar melhores condições de trabalho e direitos como a luta que as trabalhadoras da UFPR e do Brasil afora vêm fazendo. É importante não esquecermos a atualidade dessa data, que remonta à história da luta das mulheres trabalhadoras. Por isso, somamos ao coro de luta das terceirizadas! (DCE UFPR, 2016, online)

Além disso, algumas evidências também apontam que a emergência da FALTT esteve relacionada às dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras terceirizadas na organização de suas lutas; dificuldades que iam sendo também identificadas pelos membros da frente conforme a articulação era construída. Estudante Entrevistada 10 relata:

Então, se eles cortam hoje um contrato de serviço de terceirizados, logo mais vai ser o RU que vai subir, daí depois vão começar a cortar técnicos, professores, aí assim por diante. Até que se privatiza a universidade, que é meio que o movimento que a

gente enxerga na coisa. Então o que a gente pensou, antes da gente esperar por isso, vamos pegar quem tem essa pré-disposição a se mobilizar, ainda que não tenha os instrumentos pra isso, e vamos agir como movimento estudantil, de certa forma, agindo como um impulsionador e um escudo dos trabalhadores. Então a gente não buscava protagonizar a luta dos trabalhadores, porém buscava impulsionar as demandas que eles tinham sem ter os meios para alavancar. (Apêndice 3)

Dimensiona, ainda, como as demissões das trabalhadoras terceirizadas que participaram dos protestos em 2015 e no início de 2016 foram decisivas para a compreensão de transformações efetivas na universidade dependiam da articulação entre atores sociais e da construção de poder desde baixo (Apêndice 3):

Isso [as demissões] fez com que a gente percebesse: elas são as mais fracas, no geral, porém são também as que mais se ferram e por isso têm mais 'ódio de classe', por assim dizer. Têm as condições que permitem que queiram fazer um monte de coisas, queiram se mobilizar, mas não têm muitos meios. (Apêndice 3)

Os membros da FALTT passaram, então, a debater e a buscar meios, táticas e estratégias factíveis, tendo em conta o desequilíbrio na correlação de forças presentes na luta. Segundo Estudante Entrevistada 10:

O nosso objetivo era somar à luta das trabalhadoras que mais uma vez estavam se organizando contra o atraso de meses no salário. Teve uma pressão boa no começo, porém foi essa pauta se encerrar, que as reuniões passaram a ter 4, 5 pessoas. E... A gente passou um bom tempo pensando, se batendo: "bom, isso é justo e necessário, porém quando as lutas estão arrefecidas, eles vão lá e demitem uma leva e morre tudo". E a gente pensava "bom e o que a gente faz? Uma associação dos trabalhadores? Pensamos muitas vezes isso. Uma frente só de estudantes? A gente tem que ter terceirizados na nossa reunião? É uma frente de estudantes que apoiam os trabalhadores ou de trabalhadores?" A gente teve dúvida atrás de dúvida. Então, por muito tempo o que a gente teve foram uns poucos estudantes reunidos. (Apêndice 3)

Nas primeiras reuniões, realizadas entre junho e setembro de 2016, os militantes da FALTT estabeleceram um modo de atuação pautado, inicialmente, pelo trabalho de investigação (Entrevistada 9; Entrevistada 10). Priorizaram, por um lado, denúncias das trabalhadoras terceirizadas da UFPR, captadas pela frente com garantia de anonimato; por outro, o estudo da legislação trabalhista que regulamenta os contratos entre essas trabalhadoras, a empresa e a universidade. A partir dessas informações, veiculavam junto à comunidade acadêmica as infrações às normas trabalhistas que cometiam empresas intermediárias e a administração da UFPR (FALTT, 2016a, 2016b, 2016c).

No dia 26 de setembro de 2016, ocorreu a explosão de uma caldeira industrial com capacidade para 500 litros no RU do Campus Jardim Botânico, ferindo 5 trabalhadoras terceirizadas. Uma trabalhadora com queimaduras de terceiro grau, teve de passar por procedimentos cirúrgicos e por um tempo de internação de alguns dias (LUCIANO, 2016; NUCADA, 2016). O RU paralisou suas atividades no dia da explosão e, no dia seguinte, foi exigido por parte da supervisão da empresa SR Serviços que a rotina fosse retomada, contando, ainda, com duas das trabalhadoras feridas no acidente (FALTT, 2016b).

As trabalhadoras, no entanto, tomaram a decisão de não reiniciar o trabalho na cozinha sem as devidas condições de segurança: “estamos trabalhando com uma bomba-relógio aqui dentro”, afirmaram elas em entrevista (NUCADA, 2016, online). Membros da FALTT não só apoiaram a decisão, como buscaram canalizar o trabalho de investigação, que pautava suas ações até então, para as condições de segurança e trabalho nos RUs (Entrevistada 9).

O trabalho de ‘investigação’ trouxe à tona que: a maioria das caldeiras dos restaurantes da universidade apresentava problemas, alguns dos quais vinham sendo denunciados por trabalhadoras há anos; os equipamentos de proteção individual adequados não vinham sendo disponibilizados; o volume e as condições de trabalho nos RUs apresentavam inúmeras irregularidades (LUCIANO, 2016; FALTT, 2016b). É importante frisar que as condições dos equipamentos da cozinha dos RUs e de proteção individual já haviam sido motivo de mobilização em 2013 (AUDI, 2013). Ainda assim, apenas durante o processo, o risco iminente à vida das trabalhadoras foi identificado pelos militantes da FALTT e por outros atores do movimento estudantil, como a gestão do DCE de 2016/2017 (Nós Não Vamos Pagar Nada).

Para além disso, a possibilidade de explosões em ambientes frequentados majoritariamente por estudantes, foi identificada pela Estudante Entrevistada 10 como um fator de risco tanto para estudantes quanto para as terceirizadas.

É um evento que mobiliza os estudantes até a nível mais individualista. A explosão de caldeiras no RU põe a segurança de todo mundo em risco: do trabalhador, do estudante. Aí ali conseguimos mobilizar mais gente, expor que os trabalhadores já reportavam problemas nas caldeiras há mais de cinco anos. (Apêndice 3)

Em entrevista concedida à Nucada (2016, online), as trabalhadoras relataram:

Não é feita manutenção, não tem verba para nada. Constantemente são pedidas revisões, que não são feitas porque não tem dinheiro. E há pressão para que os RUs continuem abrindo, mesmo sem ter condições para isso. O RU do Botânico está caindo de tantas rachaduras, eles só maquiaram, tamparam por cima.

A colocação lança luz ao processo de negação da vida das trabalhadoras terceirizadas da cozinha promovido com os cortes nas verbas destinadas às Universidades Públicas Federais. Entre os efeitos do impacto da retração orçamentária no serviço dos RUs, um dos dados mais relevantes foi também discutido por Estudante Entrevistada 9: alguns anos após a explosão e os primeiros problemas com a greve de trabalhadoras (que será detalhada no texto) e ante a necessidade de reduzir ainda mais os custos com os restaurantes, a UFPR – à exemplo do que ocorreu na UFRGS e em outras instituições – mudou o serviço de alimentação e passou a servir as chamadas ‘marmitas’ entregues já prontas por empresa contratada por via de licitação. A UFPR se pronunciou em 2018, em nota sobre a mudança, utilizando o fato para se eximir da responsabilidade perante trabalhadoras responsáveis pelo preparo:

a atual gestão não compactua, como jamais compactuaria, uma vez devidamente apurados na forma juridicamente adequada, com quaisquer formas de tratamento

indigno ou discriminatório aos trabalhadores terceirizados. Sobre a terceirização realizada no RU, é importante enfatizar que ela não é de mão de obra, mas sim de serviços, ou seja, contratam-se as refeições e não mais o trabalho. Esta foi a mudança administrativa, que neste ano representou mais qualidade e o melhor preço para que a gestão conseguisse manter o espaço físico e as refeições no valor em que está para todos os estudantes. (UFPR, 2018a, online)

Além disso, no contexto de retração do orçamento para os restaurantes na UFPR e de péssimas condições nos equipamentos de cozinha e de alto volume de trabalho, a pressão de muitos estudantes e de atores sociais do movimento estudantil pela continuidade dos serviços e pela manutenção da qualidade e do preço das refeições, mesmo após o grave acidente ocorrido, recaía, dada a correlação de forças, sobre o volume de trabalho e sobre as condições de vida das trabalhadoras terceirizadas (FALTT, 2016b; NUCADA, 2016). Essa situação levou ao desgaste, por exemplo, da relação entre a gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) de 2016/17, que apoiava as iniciativas de luta das trabalhadoras terceirizadas pobres, e outros grupos de alunos que pressionavam pela reabertura dos RUs.

Sobre as condições de segurança e salubridade para a reabertura dos restaurantes, propriamente ditas, uma das trabalhadoras relatou:

Já abrimos sem arroz pra servir. Enquanto isso, a Reitoria divulga que, apesar da crise, está mantendo os RUs com o mesmo padrão de qualidade de sempre. Dizem que os RUs são a menina dos olhos da Universidade. Pois então é uma menina cega. (NUCADA, 2016, online)

Tais denúncias, de pronto, afastaram a hipótese que vinha sendo levantada pela empresa intermediária, SR Serviços, de que um erro na utilização do equipamento seria a causa do acidente (FALTT, 2016c). O Portal Banda B (2016, online), em notícia publicada no dia 29 de setembro de 2016, relata que “entrou em contato com a assessoria da UFPR, que informou que está[ria] avaliando se o acidente aconteceu por falha humana ou mecânica”, corroborando com denúncias de negligência e omissão por parte da reitoria, que ignorava os relatos de trabalhadoras (FALTT, 2016c).

Segundo apontaram Estudante Entrevistada 9 e Estudante Entrevistada 10, e conforme evidenciam os relatos do acidente em reportagens, aquele foi um momento no qual as denúncias e reivindicações por melhores condições de trabalho, que vinham sendo realizadas por trabalhadoras do RU há anos, repercutiram no meio acadêmico (LUCIANO, 2016; NUCADA, 2016; PORTAL BANDA B, 2016). A expectativa presente na fala de uma trabalhadora ilustra a situação: “isso é muito grave... quando acontece esse tipo de coisa não aparece ninguém da federal pra ajudar, mas [somente] para culpar e jogar nas costas dos terceirizados [...]” (FALTT, 2016d, online).

A repercussão inesperada pode ser em parte explicada pela atuação e militância da FALTT e pelo apoio de outros atores do movimento estudantil. Para além disso, outro fator

importante foi o de que, nesse período, assim como na UFRGS ao final de 2016, e em processo similar ao de 2015 na própria UFPR, a ‘normalidade’ da rotina havia sido rompida, uma vez que diversas unidades estavam sendo ocupadas pelo movimento estudantil.

A frente realizou uma oficina de panfletos no dia 5 de outubro de 2016, com o intuito de produzir material de divulgação dos problemas das trabalhadoras dos RUs. Os militantes produziram tais materiais a partir de denúncias realizadas por trabalhadoras terceirizadas. A ação buscava articular as denúncias de trabalhadoras terceirizadas e o conhecimento obtido no processo de investigação das normas trabalhistas à discussão sobre as causas do acidente. Por mediação de atos, panfletos e cartazes distribuídos pela universidade, e pelas páginas em redes sociais, os membros da frente buscavam expor a situação das trabalhadoras dos RUs e sua relação com o acidente. A Figura 6, produzida na oficina, exemplifica como a FALTT buscava explorar as infrações cometidas para angariar apoio entre trabalhadoras terceirizadas e entre estudantes, professores e TAEs, atacando a lógica de normalização da exclusão dessas trabalhadoras e fazendo repercutir algumas de suas reivindicações.

Figura 6 - Panfleto da FALTT denunciando a ausência de EPI e produtos de limpeza.



Fonte: FALTT, 2016e

Ao mesmo tempo, os militantes da frente buscavam aprofundar o debate promovendo materiais com reflexões sobre a dimensão social dos problemas setoriais que essas trabalhadoras enfrentavam, indicando um avanço do compromisso assumido para com a luta pela sobrevivência delas. As figuras 7 e 8 consistem em materiais produzidos ao final de 2016 que expressam o esforço nesse sentido.

Figura 7 – Panfleto da FALTT sobre o aumento da jornada de trabalho

Mais jornada e doenças de trabalho

A troca de empresas esconde a precarização do trabalho. Contratam menos trabalhadores e a quantidade de trabalho aumenta! Aumenta a jornada e a intensidade do trabalho!

Os trabalhadores ficam doentes e são descontados.

Tudo isso pra empresa aumentar o lucro!



O RU para o trabalhador deve ser gratuito ou custar o mesmo que para o estudante!

É um absurdo ter que trazer marmitta de casa!



Fonte: FALTT, 2016f

Figura 8 – Panfleto da FALTT sobre o desemprego e seu efeito no achatamento do salário.

O desemprego aumenta e o salário diminui

A contratação de menos funcionários reduz os salários. O desemprego aumenta e o trabalhador é obrigado a aceitar salários mais baixos para ter pão na mesa.

Para compensar, os contratados trabalham mais horas, fazem bicos, têm vários empregos.

Os trabalhadores **terceirizados trabalham em média 3h a mais por**

semana e ganham em média 25% a menos que os não-terceirizados!

Enquanto isso, o **contrato entre a "SR Serviços Terceirizados LTDA" e a UFPR é de R\$ 3.467.797,14!**

A empresa recebe mais de 3 milhões de reais e o trabalhador fica sem EPI, produto de limpeza e ganha uma mixaria!



Fonte: FALTT, 2016f.

A FALTT ainda acompanhou os efeitos do acidente e o risco de novas explosões em suas páginas nas redes sociais. Foram publicados vídeos e fotos das trabalhadoras feridas, informações sobre a internação daquela mais gravemente queimada e sobre os equipamentos e o estado de segurança dos restaurantes (FALTT, 2019). Nas semanas seguintes, a FALTT organizou atos em frente ao RU do Politécnico da UFPR para cobrar a ausência de explicações ou manifestações da administração da universidade, as devidas indenizações às trabalhadoras feridas, bem como a reabertura, em condições adequadas de segurança, do RU no qual houve a explosão (FALTT, 2019). Os atos foram realizados nos dias 4, 17 e 24 de novembro de 2016.

Tais atos expressam um estágio inicial do processo de construção da articulação entre o grupo de estudantes e as trabalhadoras terceirizadas dos RUs, que apoiaram as manifestações mesmo sob coação da supervisão da SR Serviços, paralisando suas atividades por alguns instantes (Apêndice 3). O grito entoado durante a manifestação – que repercutiu bastante na universidade, segundo os militantes entrevistados – põe em destaque a negação à vida humana: “estudante, te orienta, tem sangue no feijão que te alimenta” (Apêndice 3). A legitimidade de uma universidade que punha em risco iminente a vida de trabalhadoras pobres era questionada.

No entanto, as ações protagonizadas pela FALTT e apoiadas pelas terceirizadas, ao provocarem filas nos restaurantes e atrasarem alunos, TAEs e professores em suas atividades cotidianas, também contribuíram para aumentar a oposição ao movimento de trabalhadoras terceirizadas que emergia e à colaboração da frente de estudantes. Além disso, o movimento constituído pela aproximação entre estudantes e trabalhadoras terceirizadas passou a ser reprimido tanto pela empresa quanto pela administração da universidade. Após os atos realizados em frente ao RU do Politécnico no mês de novembro de 2016, as trabalhadoras foram proibidas de conversar com representantes do movimento estudantil - em especial, com membros da FALTT - sob ameaça de demissão (FALTT, 2016g). A medida é similar àquela adotada pela Multiágil como forma de repressão (ver item 3.1).

No dia 6 de dezembro, a FALTT realizou um novo ato no mesmo local, dessa vez, em repúdio ao assédio e às ameaças de demissão que trabalhadoras dos RUs que mantinham algum contato com o movimento estudantil vinham enfrentando.

O protesto foi realizado para demonstrar nosso repúdio à empresa SR Serviços Terceirizados, que após nosso último ato dentro do RU (no dia 24/11) assediou com ameaças de demissão os trabalhadores terceirizados que observavam a manifestação estudantil. Manifestamos também nosso repúdio em relação à reitoria da UFPR, que após mais de 2 meses não se manifestou publicamente a respeito e continua a agir como se nada tivesse acontecido. (FALTT, 2016g, online)

Conforme relata Estudante Entrevistada 9, esse ato, ao perturbar a ‘normalidade’ da instituição em um momento no qual as unidades estavam sendo desocupadas pelo movimento

estudantil na UFPR, enfrentou forte oposição de parte dos estudantes e professores. As estudantes e militantes da FALTT entrevistadas afirmaram que, mais ou menos nessa época, sentiram a necessidade de estreitar laços com outros grupos políticos e/ou do movimento estudantil. Nas entrevistas concedidas, foram destacados o movimento Unidade Popular e o Movimento Alvorada do Povo (PR).

No primeiro semestre do ano seguinte, a FALTT realizou algumas reuniões, divulgou denúncias diversas e apoiou a mobilização das trabalhadoras terceirizadas vinculadas à empresa PH Recursos Humanos, que protestavam contra a demissão de cerca de 100 trabalhadoras alocadas na UFPR, muitas das quais não puderam resgatar seu fundo de garantia devido a irregularidades no pagamento ao INSS por parte da empresa⁹ (FALTT, 2017a). Em março de 2017, as trabalhadoras terceirizadas do RU procuraram a FALTT para expor o fato de que algumas das trabalhadoras que haviam reclamado dos atrasos em vale-alimentação e vale-transporte por parte da SR Serviços seriam demitidas. Os militantes da frente publicaram a denúncia e receberam novas mensagens de trabalhadoras que relatavam as condições de trabalho nos restaurantes (Entrevistada 10).

Também durante esse período, a gestão 2016/2017 do DCE construía, em conjunto com outros alunos que não participavam da chapa anteriormente, a chapa ‘Quero me Livrar Dessa Situação Precária’ para a disputa eleitoral de 2017/2018. O nome da chapa, que faz uma menção às condições precárias de trabalho das trabalhadoras terceirizadas pobres e ao processo de ‘precarização’ do trabalho na UFPR e, de forma indissociável, da própria UFPR. Trata-se de um indicativo de que a participação e o apoio aos protestos de trabalhadoras terceirizadas pobres no ano anterior vinham construindo novas subjetividades, alertando os alunos para novos problemas e para a necessidade de articulações com o movimento de trabalhadoras.

No entanto, a chapa saiu derrotada, tendo assumido a gestão ‘O Rolê é Nosso’ para 2017/2018. O resultado pode ser em parte explicado pela forte oposição que tanto os movimentos de ocupação quanto as greves e protestos de trabalhadoras terceirizadas apoiados aberta e factualmente pela gestão anterior incitaram entre alunos da UFPR preocupados com seus interesses ‘setoriais’ ou particulares. A troca de gestão no DCE foi um dos primeiros

⁹ A FALTT recebeu a informação de que estava agendada uma reunião de conciliação entre trabalhadoras e a empresa mediada pelo sindicato da categoria (FALTT, 2017b). A frente foi até o local da reunião no dia e hora estabelecidos, junto com algumas trabalhadoras terceirizadas mobilizadas. Diante de suas manifestações, foi aprovada a participação de um estudante membro do movimento na negociação. Entrevistada 10 (Apêndice 3) relata o ocorrido: “a gente foi numa reunião, com o sindicato, com empresa, e a gente colocou os trabalhadores terceirizados lá e conseguimos colocar estudantes nossos [...] A gente conseguiu cobrar pra que eles pagassem o FGTS, pagassem o que era devido, então ali nós tivemos uma vitória. Pequena ainda, uma vitória econômica, mas uma vitória que vale mencionar”.

indícios do processo de isolamento da FALTT, que ficará mais bem evidenciado durante o relato dos acontecimentos a seguir.

Em outubro de 2017, a empresa Obra Prima, que substituiu a SR Serviços por contrato temporário com duração de três meses, cortou R\$ 150,00 do vale refeição das trabalhadoras do RU. Recebendo aproximadamente R\$ 1.000,00 entre salário e benefícios, as trabalhadoras encontravam-se em situação similar à das trabalhadoras de limpeza da UFRGS anteriormente analisadas: são impedidas de desenvolver diversos aspectos de suas vidas, estando excluídas do consumo necessário à produção e/ou ao desenvolvimento de suas vidas (NUCADA, 2016). Nessa medida, o impacto do corte que reduziria seu vale-alimentação de R\$ 330,00 para R\$ 180,00 tem efeitos imediatos sobre as condições de sobrevivência dessas trabalhadoras, especialmente por agravar uma situação de “sistemáticos descontos, atrasos e erros nos pagamentos do adicional de insalubridade” (FALTT, 2017c, online).

O corte, entretanto, foi justificado pela empresa com a anuência da administração da universidade, uma vez que: a) o valor anteriormente acordado, com a empresa SR Serviços, extrapolava o mínimo previsto em lei; e, b) no contrato assinado entre trabalhadoras e a nova empresa intermediária, Obra Prima, estava prevista a redução. Porém, na contramão de tais justificativas, a partir da articulação entre militantes do movimento estudantil e as trabalhadoras terceirizadas do RUs, foram realizadas ações voltadas a contrapor a medida e a construir alternativas.

Uma das trabalhadoras de limpeza da UFPR entrevistada durante a pesquisa de campo, que destacou não ter envolvimento com membros da FALTT e solicitou que a entrevista, realizada em frente à reitoria da UFPR no dia 24 de agosto de 2018, não fosse gravada, relatou a sua percepção dos efeitos do corte no vale-alimentação sobre a vida das vítimas:

Não está tendo [mobilização], agora está mais calmo, assim. Quando teve, foi para não cortar benefício do pessoal do RU. Porque quando corta é muito ruim. Nós, terceirizados, somos humildes. ‘Ah, mas são só 50 reais’, mas 50 reais fazem falta. [...] Não é nem no final do mês, eu digo que é no início mesmo, porque a gente é humilde e não tem de onde tirar.

Em oposição ao corte, no dia 16 de outubro, as trabalhadoras terceirizadas dos quatro RUs da UFPR realizaram uma assembleia, na qual foi acordada, por unanimidade, a paralização das atividades. A decisão consensual expressa um importante momento de participação democrática, em um espaço construído com o protagonismo das trabalhadoras terceirizadas e participação da FALTT. Conseqüentemente, o momento também expressa o avanço na articulação que vinha se consolidando. O piquete para a realização da assembleia e a estratégia de mobilização foram construídos pelas trabalhadoras terceirizadas em colaboração com a FALTT, cujos membros assumiram o importante papel de dispersar, deslegitimar e impedir as

iniciativas de desmobilização levadas à cabo por supervisores. Segundo o relato de militantes, os alunos ‘impediram’ que trabalhadoras entrassem no RU para bater seus pontos – uma exigência da supervisão que as trabalhadoras não queriam cumprir para que não fossem posteriormente identificadas como ‘líderes’ do movimento (Estudante Entrevistada 9; Estudante Entrevistada 10; TOZZI e SALVADOR, 2017).

Estudante Entrevistada 10 (Apêndice 3) procura descrever como essa articulação de atores, que vinha sendo aprofundada, pelo menos, desde a explosão da caldeira em 2016, contribuiu para o momento de definição da greve:

[As trabalhadoras] queriam se mexer, só não tinham muitos meios, não sabiam muito como. Falavam: ‘a gente vai ser demitida’. Aí, a gente pega e fala, ‘pô, pelo menos uns 20 estudantes a gente bota pra... pra ajudar no piquete, pra gritar palavra de ordem, pra trancar rua, cobrar reitor, cobrar empresa, pra ir lá na justiça, no tribunal do não sei o quê’. E elas pegaram e falaram: ‘então vamos’. Aí elas pegaram e fizeram uma assembleia e a gente estava só vendo. E daí uma trabalhadora tomou a dianteira e falou: “quem aqui acha que a gente tem que fazer greve?”. Todo mundo levantou a mão, unanimidade. Aí a gente pensou, ‘bom... se vocês querem greve, estamos junto’. Elas quem nos mostraram o caminho, como era possível ajudar eles. Disseram ‘vão lá e não deixem a gente entrar pra bater o ponto’. E foi assim que começou [a greve].

Uma das líderes do movimento de trabalhadoras, entrevistada pela FALTT, também descreve o processo que desencadeou a greve de outubro de 2016, protagonizada pelas terceirizadas dos RUs da UFPR:

O estopim mesmo foi o vale-refeição que foi cortado pela metade e queremos o valor integral que tínhamos antes. E sem contar outros problemas, como o vale-transporte, que acabou caindo errado pra algumas pessoas... e algumas pessoas nem tiveram vale transporte. E insalubridade também, eles não pagam insalubridade pra gente. São diversos problemas também, né. Que vêm envolvidos com isso: é EPI inadequado, é uniforme que não foi dado da forma correta pra gente. [...] Faz muito tempo já [que é assim], faz bastante tempo já, cara. Desde a outra empresa, e, agora, a que chegou também continua, entendeu? E a gente tá sempre querendo melhorar, sempre avisando o sindicato pra eles chegarem e juntar com a gente e... nada, eles nunca vêm pra ajudar e ninguém também resolve. [O sindicato] se abstêm né, ele não chega assim pra colar com a gente e chegar e meter as caras mesmo, entendeu? Eles sempre vêm, jogam uma conversinha e vão embora, não apoiam o trabalhador de fato, e isso é um erro da parte deles, que a gente acha isso aí super errado... eles não virem para apoiar mesmo a nossa causa. Não procuram nos ajudar em nada. (ENTREVISTA COM..., 2017, online)

A trabalhadora reconhece a contribuição dos militantes do movimento estudantil na organização da greve, no entanto, destaca que o apoio vem de “uma minoria dos estudantes”, sendo que a maioria dos estudantes estaria se abstendo ou “falando mal da gente pela greve” (ENTREVISTA COM..., 2017, online). O relato da trabalhadora faz ainda outras referências às dificuldades do processo de aproximação entre as vítimas e alunos, TAEs e professores da UFPR; e à opção da maioria dos membros da comunidade acadêmica em não assumir sua responsabilidade ante à situação. Essa posição é ilustrada pela atitude da gestão do DCE ‘O Rolé é Nosso’, abertamente criticada em um trecho na fala da trabalhadora.

Aos que não nos apoiam, que pelo menos tentem enxergar nossa causa e realmente... apoiar, e não ver com outros olhos... não chegar em redes sociais e falar que a gente tá errado, que terceirizado não tem direito a fazer greve. Estamos lutando pra melhorar o serviço pra vocês. Significa pra gente melhores condições de trabalho, mas pra vocês um serviço melhor. (ENTREVISTA COM..., 2017, online)

A greve das trabalhadoras terceirizadas interrompeu a rotina de mais de 10.000 refeições servidas diariamente nos RUs da UFPR à época (SARZI, 2017). A paralização ocorreu entre os dias 16 e 23 de outubro de 2017 (FALTT, 2017d). Durante o período, a luta das trabalhadoras terceirizadas constituída lado a lado com membros da FALTT e com militantes de outros movimentos sociais, confrontou tanto a repressão por parte da empresa intermediária e da reitoria, quanto a postura de membros do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Curitiba (SIEMACO). O SIEMACO não apoiou a realização da assembleia que decretou a greve das trabalhadoras e não esteve presente nos primeiros atos. Porém, aderiu posteriormente à paralização para participar das negociações realizadas no Tribunal Regional do Trabalho, reivindicando o papel de mediador (FALTT, 2017d; TOZZI e SALVADOR, 2017).

Diversos membros da comunidade acadêmica contestaram o próprio envolvimento da FALTT na greve. A acusação era de que a greve seria “uma greve de estudantes” e, nessa medida, ilegítima (FALTT, 2017d, online). O argumento foi explorado pela reitoria da UFPR. Conforme publicaram Tozzi e Salvador (2017, online), durante a audiência de dissídio no Tribunal Regional do Trabalho, realizada no dia 20 de outubro, entre representantes da empresa, das trabalhadoras e da UFPR, “representantes da UFPR afirmaram terem se surpreendido com a greve e que foi difícil identificar quem estava à frente do movimento, já que vários estudantes aderiram”. A alegação faz menção ao fato de que, no dia da audiência, a FALTT organizou uma manifestação que reuniu estudantes, professores e TAEs solidários às vítimas para marcharem lado a lado das terceirizadas até o local em que a audiência seria realizada (FALTT, 2017e). No dia anterior, representantes das trabalhadoras terceirizadas do RU protagonizaram um vídeo, publicado pela FALTT, convocando o apoio da comunidade acadêmica para a manifestação (FALTT, 2017f).

Para além dessas acusações, a demanda estudantil pela reabertura do serviço de alimentação nos RUs foi utilizada como forma de reprimir a luta. O Jornal Tribuna de Curitiba, por exemplo, reportou a luta das trabalhadoras com a seguinte manchete: “Paralisação no Restaurante Universitário da UFPR deixa estudantes sem almoço” (SARZI, 2017, online). Tozzi e Salvador (2017, online), por sua vez, destacaram tanto os prejuízos da paralização dos serviços como o fato de que, durante a semana de greve, “uma grande quantidade de carne e verduras teve de ser descartada” em reportagem para o Jornal Comunicação (Jornal Laboratório

da UFPR). Segundo Estudante Entrevistada 9 e Estudante Entrevistada 10, a legitimidade da greve das trabalhadoras foi ainda posta em questionamento por ‘prejudicar’ àqueles alunos que mais dependem dos serviços alimentação dos RUs. O DCE da UFPR (2017, online), então coordenado pela gestão ‘O Rolê é Nosso’, emitiu nota durante a greve de trabalhadoras declarando que via “com muita preocupação o fechamento do RU por dois dias, de forma a afetar estudantes mais fragilizados/as da UFPR” e que estaria buscando “uma solução junto a Reitoria, Empresa e Sindicato”.

Se, por um lado, a luta das trabalhadoras terceirizadas pobres vinha, ao realizar articulações com alunos da FALTT, acumulando experiências de construção de alternativas; por outro, a fragmentação dos atores do movimento estudantil se evidencia pelo isolamento da FALTT. A Figura 9 é de um material divulgado no período pela FALTT, alguns meses antes da greve ser decretada, que expressa as dificuldades que o movimento de trabalhadoras vinha enfrentando no âmbito do confronto com iniciativas de deslegitimação de suas ações.

Figura 9 – Panfleto em defesa da greve das trabalhadoras da RU

A greve dos terceirizados é justa!

No dia 26 de setembro, **uma válvula das caldeiras do Restaurante Universitário do Botânico explodiu**, ferindo quatro trabalhadores, levando a que fosse fechado. Desde 2012 já vinha sendo denunciada a possibilidade de explosão das caldeiras por falta de manutenção, o que foi abafado pela UFPR.

Depois da explosão, os trabalhadores foram ordenados a voltar ao trabalho utilizando a mesma caldeira que tinha explodido e que poderia ter matado não só os trabalhadores mas também os estudantes se a válvula estivesse aberta, colocando todos em risco novamente. Os terceirizados do Botânico rejeitaram a ordem e, de maneira correta, pararam o trabalho.

O que é mais revoltante é que pouco antes do acidente, foi cortado o adicional pago por conta da condição insalubre do trabalho no ambiente da cozinha do RU, **fazendo os trabalhadores passarem a receber 150 reais a menos, em um salário de menos de 900 reais limpos!**

Os quatro trabalhadores, que tiveram sérias lesões com o acidente (um deles teve queimaduras de terceiro grau, teve que fazer enxerto de pele e até hoje está incapacitado de trabalhar), **não receberam nenhuma indenização** ou compensação pela empresa SR Serviços Terceirizados. O que mais se machucou e não pode trabalhar **está sobrevivendo por meio de doações de colegas de trabalho para sustentar a família.**

Como se não bastasse, a situação das caldeiras no RU do Politécnico é a mesma: necessitam manutenção, pois podem estourar como as do Botânico a qualquer momento. Das 5 caldeiras velhas, apenas

Fonte: FALTT, 2016g

Nesse momento, já não se trata mais de denúncias fundamentadas a partir de direitos trabalhistas infringidos, ou da defesa do cumprimento de dispositivos legais que resguardem o direito à greve; mas da justificativa dos meios escolhidos pelo movimento de trabalhadoras em

sua práxis. Meios identificados por essas trabalhadoras e por atores sociais a elas articulados como necessários, uma vez revelada a contradição entre as necessidades postas pela práxis de luta das trabalhadoras e as mediações ‘possíveis’ e legítimas desde os marcos das relações de poder hegemônicas. A busca pelo diálogo e por instâncias de inclusão da ‘voz’ das trabalhadoras nas instâncias formais de discussão na universidade, que caracterizou os processos na UFRJ e na UFRGS, ia sendo articulada a reflexões críticas sobre os limites dessa ‘inclusão’ e a importância da articulação de atores à construção da luta.

Ilustrando o processo, uma das líderes do movimento de trabalhadoras defendeu a necessidade da greve como mediação para a conquista de melhores condições de vida. Em entrevista concedida à FALTT, afirmou:

já participei de várias greves, essa aqui não é a primeira e, também, não vai ser a última [...]. Tem que ter bagunça, tem que fazer barulho para o povo ouvir! Se você ficar quietinho, o povo não ouve, entendeu? Te vira as costas. Então você tem que mostrar para todo mundo que você está ali, que você está lutando. (ENTREVISTA COM..., 2017)

Um dos militantes entrevistados pelo Jornal Comunicação afirmou:

Às vezes, a gente tem que tomar meios não convencionais e não muito bem aceitos – como as greves e atos públicos – para conseguirmos o que queremos, mas perante todas as injustiças vistas diariamente, é mais que justo. (LEONARDI, 2017, online)

O movimento de greve das trabalhadoras do RU seguiu por 7 dias, ao fim dos quais conquistou, em acordo firmado sob a chancela do Tribunal Regional do Trabalho: a) a restituição do valor do vale-refeição para R\$ 335,00; b) o compromisso de não criminalização dos participantes do movimento grevista por parte da empresa e da universidade; c) a restituição de pagamentos atrasados de trabalhadoras da Obra Prima; d) o fim de abusos na cobrança de taxas bancárias em contas-salário; e) a garantia do pagamento das trabalhadoras sem desconto nos dias de greve (a exceção foi o desconto do vale-transporte); e, f) a promessa de que as trabalhadoras que lideraram o movimento não seriam demitidas. O acordo foi firmado mediante o compromisso da UFPR em compensar financeiramente a empresa com quantia equivalente àquela gasta na restituição do vale-refeição acordada.

O resultado expressa uma conquista inédita da luta das trabalhadoras terceirizadas da UFPR até então. A FALTT (2017d, online) publicou nota intitulada “Vitória dos Trabalhadores”, na qual faz menção ao esforço de luta das trabalhadoras terceirizadas:

Na audiência de hoje (segunda-feira dia 23/10), após 7 dias de greve e muita resistência da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, o acordo foi finalmente fechado! [...] Foi conquistado o aumento do Vale-Alimentação retornando ao valor de 330 reais, assim como o fim de descontos inventados nos salários aplicados de forma criminosa aos trabalhadores e a não demissão de nenhum trabalhador. Vitória! [...] As trabalhadoras e os trabalhadores terceirizados nessa greve mostraram para todos aqueles que ocupam o espaço da universidade a força que o povo tem. Os estudantes, os técnicos e os professores devem ter como exemplo os trabalhadores terceirizados. As trabalhadoras terceirizadas, particularmente, compuseram a maior força presente

nessa greve, demonstrando a fúria revolucionária e transformadora da mulher. A FALTT, por fim, colocou-se nessa greve intransigentemente ao lado dos trabalhadores terceirizados e continuará a se colocar frontalmente contra toda exploração nas lutas que virão.

Após a conquista, os militantes da FALTT realizaram duas reuniões no mês de novembro e outras duas no mês de dezembro¹⁰. Nesse período, a FALTT recolheu novas denúncias. Na segunda semana de dezembro de 2017, o RU do Campus Central da UFPR fechou as portas para reforma. Nesse período:

a mando da Reitoria, aproximadamente 1/4 de todas as trabalhadoras dos RUs estão sendo demitidas pela empresa Obra Prima, atual responsável pelo serviço de cozinha nos RUs da UFPR. A justificativa da Universidade é "realocação" de trabalhadoras do RU central para os RUs do Politécnico e do Botânico, já que com um RU a menos são necessários menos trabalhadoras. [...] As primeiras trabalhadoras a serem demitidas pela empresa Obra Prima foram as trabalhadoras mais participativas na legítima greve que conquistou o valor integral de R\$ 330,00 do Vale-Alimentação para todas as trabalhadoras da cozinha do RU. Essa retaliação, não apenas desonesta, é também o rompimento de um dos termos do Acordo Coletivo estabelecido na justiça, de não repressão política às trabalhadoras grevistas. As trabalhadoras demitidas não possuíam faltas, atrasos ou demais problemas que poderiam justificar suas demissões, e têm como seu único "crime" terem lutado pelos seus direitos. (FALTT, 2017i, online)

A demissão das principais representantes do movimento grevista de trabalhadoras terceirizadas consistiu em duro golpe, conforme aponta Estudante Entrevistada 10, para quem o ato deixou um recado claro às trabalhadoras de que suas ações seriam fiscalizadas e coibidas. Mesmo assim, as trabalhadoras envolvidas com a greve de 2017, em sua grande maioria já demitidas dos postos de trabalho na UFPR, seguiram protagonizando a luta das terceirizadas dos RUs. Mais do que isso, os efeitos concretos das demissões sobre a carga de trabalho das trabalhadoras remanescentes, que compunham um quadro reduzido de funcionários, revelou a

¹⁰ Ao longo desses dois meses, ainda sob os efeitos da recente conquista construída em conjunto com trabalhadoras dos RUs, buscaram reforçar a relação de proximidade com trabalhadoras terceirizadas de limpeza da UFPR. Em nota publicada no dia 19 de novembro, data de uma das reuniões realizadas, a FALTT publica denúncias recolhidas de conversas com trabalhadoras nos meses anteriores. As vítimas vinham sofrendo com atrasos nos pagamentos, faltas forjadas, não pagamento do adicional de insalubridade e do salário-família, assédio moral e trabalho em feriados (FALTT, 2017g). Após recolher as denúncias, a frente comunicou “a empresa Orbenk, o sindicato e a administração da universidade sobre as pautas e o apoio que a FALTT daria à possível paralisação das trabalhadoras, exigindo que a empresa se pronunciasse” (FALTT, 2017h, online). A frente publicou um relato buscando interpretar os desdobramentos dessa ação alguns dias mais tarde: “no dia 6, às 06:00 da manhã, a FALTT se espalhou por 11 postos de trabalho para dar suporte às trabalhadoras mobilizadas. Contudo, o comunicado da empresa deu um duro golpe na disposição das trabalhadoras, desmobilizando qualquer chance de paralisação. Ao mesmo tempo, com medo da força da unidade das trabalhadoras, a empresa também se espalhou pelos postos para resolver os por ela chamados “problemas pontuais” - e que até agora não foram todos resolvidos. Mas por que a Orbenk se espalhou pelos postos de trabalho para “resolver os problemas”? Se há muito tempo as encarregadas e supervisoras sabem das situações abusivas, por que apenas quando se fala em “greve” ou “paralisação” é que a empresa aparece para conversar com as trabalhadoras? Isso é medo da luta dos trabalhadores, medo de reivindicações justas, medo de enfrentar toda uma categoria organizada” (FALTT, 2017h, online). Segundo relato de Entrevistada 9 (Apêndice 3), a medida repressiva surtiu o efeito desejado pela empresa intermediária, e a mobilização das trabalhadoras arrefeceu. A estratégia de notificar a Orbenk, o sindicato e a administração da UFPR foi, posteriormente, revista como um equívoco por Entrevistada 9.

necessidade de novas lutas, e a possibilidade de articulação entre trabalhadoras demitidas e trabalhadoras ‘entrantes’.

No início de 2018, com o vencimento do contrato de três meses com a empresa Obra Prima, a empresa Blumenauense assumiu contrato de prestação de serviços de manutenção dos RUs. Após a reabertura dos 4 RUs da universidade no dia 19 de fevereiro de 2018, houve uma redução de mais da metade do quadro de funcionários – de 209 para 96 trabalhadoras.

Para exemplificar, o que antes faziam quatro açougueiros, agora faz um. Para servir a comida, a mesma coisa. O trabalhador da cozinha passa a fazer trabalho de limpeza, num manifesto desvio de função. Não dá tempo de lavar os EPI: os trabalhadores são obrigados a levarem para lavar em casa! Ritmo de trabalho frenético, aumento dos acidentes de trabalho: 4 queimaduras em 3 dias. Se isso não bastasse, os RU estão sem cozinheiros, apenas auxiliares de cozinha. Foi cortado o benefício de insalubridade do RU Central e o salário base diminuiu. Mais trabalho, menos salário. E menos vale alimentação: reduziram o vale novamente, de 330 a 191 reais. (FALTT, 2018a, online)

Uma das trabalhadoras relata as condições de assédio e volume de trabalho à época:

Trabalhamos porque temos nossos filhos para criar... Mas as ameaças são constantes.... Não estávamos aguentando mais tanta pressão...Desconto em folha de pagamentos sem ao menos saber do quê. Digital que não consta na folha ponto se tínhamos os comprovantes.... Advertências por irmos ao médico buscar remédio ou levar um filho ao médico.... Tem muitas funcionárias trabalhando doentes porque são ameaçadas de ser mandadas embora se faltarem ou trouxerem atestado. (FALTT, 2018b, online)

Ao mesmo tempo, a redução expressiva no quadro de funcionários provocou efeitos previsíveis no aumento das filas, no volume de atendimento e no serviço dos RUs. No dia 9 de março, foi realizada uma reunião de negociação entre a Executiva e os Conselhos do DCE, a pró-reitora de Assuntos Estudantis, o pró-reitor de Administração, e a servidora fiscal do contrato com a Blumenauense. Segundo divulgou a Superintendência de Comunicação Social da UFPR:

Os quatro restaurantes da UFPR voltaram a operar no dia 19 de fevereiro, mas apresentaram problemas no seu funcionamento devido à insuficiência de colaboradores. Porém, apenas uma semana depois de constatar o problema, a fiscal do contrato percorreu todos os RUs (Central, Politécnico, Agrárias e Botânico) para levantar a demanda e determinou imediatamente, com o apoio da Reitoria e do DCE, a contratação de novos trabalhadores o mais rapidamente possível. Serão 35 auxiliares de cozinha e cozinheiros. (UFPR, 2018b, online)

A pró-reitora reforçou o diálogo como “uma ferramenta indispensável utilizada pela gestão da UFPR para administrar a Universidade com qualidade”, que teria sido “fundamental para garantir a solução de um problema que estava causando filas e alguns transtornos aos estudantes e à comunidade universitária” (UFPR, 2018b, online). A fala reitera a exclusão das trabalhadoras terceirizadas nas Universidades Públicas Federais, na medida em que as terceirizadas foram parte excluída do acordo. Sua inclusão apenas como mediação é reforçada por representantes da empresa: a “preocupação também é que a refeição tenha qualidade, incluindo a higiene e a segurança dos funcionários”. Nesse contexto, um representante da gestão

do DCE ‘O Rolê é Nosso’ que participou da reunião também reforça a exclusão das trabalhadoras: “a reunião foi produtiva no sentido de fazer com que todos os problemas do RU sejam resolvidos em função da mudança de empresa” (UFPR, 2018b, online).

Por outro lado, a mobilização da FALTT e do movimento de trabalhadoras do RU contra o volume abusivo de trabalho e as condições de segurança e higiene, levou trabalhadoras, estudantes e demais colaboradores a programar uma assembleia para o dia 12 de março de 2018. Segundo relato da FALTT (2018c, online): “dezenas de estudantes se colocaram a postos nos RUs às 5h da manhã, para apoiar a paralisação que a maioria dos terceirizados do RU pretendia realizar com o objetivo de se reunir para fazer uma assembleia”. Na data, representantes da reitoria da UFPR e da empresa intermediária chegaram nos RUs mais cedo do que o habitual. Além disso, a entrada no Politécnico foi adiada para impedir a presença de estudantes. Há ainda denúncias de que foram feitas filmagens e fotografias das trabalhadoras e dos alunos que se manifestavam em solidariedade (FALTT, 2018c; FALTT, 2018d).

Defendendo a medida, a reitoria da UFPR buscou isolar a ação dos militantes do movimento estudantil. Ignorando o protagonismo das trabalhadoras terceirizadas, alegou que os estudantes da FALTT não teriam buscado “resolver o diálogo numa mesa de negociação” – fazendo referência à reunião realizada no dia 9 de março (Apêndice 3; FALTT, 2018d). Estudante Entrevistada 9 (Apêndice 3) relata ainda outra faceta do esforço realizado pela empresa intermediária naquele momento para afastar trabalhadoras terceirizadas e colaboradores cossolidários: “foi daí que entrou aquela questão assim, que eu tinha falado. A empresa... começou a dizer: vocês não receberam férias por causa desses caras aí”, referindo-se a denúncias de trabalhadoras que seguiram atendendo em postos de trabalho nos RUs entre o final de 2017 e o início de 2018. “E por que eles não receberam férias? Porque o contrato acabou de entrar, tem que cumprir um ano do contrato para tirar férias”.

A frente questionou justamente a validade do acordo alcançado pela ‘comunidade acadêmica’ para a solução dos problemas nos RUs desde a exclusão das trabalhadoras terceirizadas: “que ‘diálogo’ é esse da Reitoria, que faz reuniões para decidir sobre o destino dos trabalhadores, sem sequer um trabalhador terceirizado presente [...]?” (FALTT, 2018d, online). Ao mesmo tempo, utilizando dados coletados em proximidade com as trabalhadoras pobres, a frente produziu um panfleto que demonstrava a insuficiência das medidas que seriam adotadas mesmo no âmbito dos problemas priorizados pela administração e pela comunidade acadêmica. O material foi distribuído nos diversos campi da UFPR (Figura 10).

Figura 10 – Fotografia de panfleto que denuncia a redução dos postos de trabalho nas cozinhas dos RUs.

**UFPR E BLUMENAUENSE:
UM MASSACRE DE
TRABALHADORES**

Não é de hoje que as empresas de terceirização, com o apoio da UFPR, exploram os trabalhos dos RU. Mas com a atual empresa, Blumenauense, a situação atingiu pontos escabrosos. Desde o dia 19 que os trabalhadores do RU sentem o peso que é trabalhar para ela. A lista de problemas tem início, mas o seu fim é difícil de enxergar.

----- DEMISSÕES EM MASSA -----

Desde que assumiu, a Blumenauense reduziu de forma drástica o número de trabalhadores por RU, se livrando dos quadros mais antigos de trabalhadores, pois estes conhecem as condições absurdas de trabalho e se opõem a isso. E a UFPR, aliada prática da empresa, não exige um número mínimo de postos por RU, permitindo que a empresa decida através de sua *busca incessante por lucro* quantos trabalhadores são necessários para o funcionamento dos restaurantes.

	CENTRAL	POLITÉCNICO	BOTÂNICO
EMPRESA ANTERIOR	74	79	56
BLUMENAUENSE	31	35	30

Fonte: contrato da Obra-prima.

----- FALTA DE HIGIENE -----

Panos de chão e de prato têm sido lavados juntos, há sujeira encrostada nas máquinas e panelas e em vários dias as bandejas de comida ficam sujas, espalhadas pelo chão, pois eles não dão conta de limpar tudo. Com essa carga de trabalho absurda, os trabalhadores têm que lavar seus EPIs em casa, o que vai contra a Lei!

TUDO ISSO CONTRA A VONTADE DOS TRABALHADORES.

Fonte: FALTT, 2018c

No dia 10 de abril de 2018, foi realizado um novo ato contra a perseguição política em frente à reitoria da UFPR (FALTT, 2018e). O ato foi marcado após a assembleia convocada pelo SIEMACO para tratar das reivindicações das trabalhadoras ter sido esvaziada graças à repressão de encarregados da empresa intermediária. Conforme denúncias de trabalhadoras, as encarregadas “buscavam saber quem pretendia participar das assembleias” e proferiam frases como: “pode ir, mas quem for vai sofrer consequências” (FALTT, 2018b, online).

Após realizarem reivindicações junto à reitoria e ao RU do Campus Central, estudantes e trabalhadoras vítimas de repressão política nos meses anteriores tomaram a decisão de ocupar o prédio do Departamento de Serviços Gerais (DSG). A ocupação, cujo calendário aparece na Figura 11, durou dos dias 10 a 16 de abril de 2018.

Figura 11 – Calendário da ocupação do DSG

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES DA OCUPAÇÃO



SEXTA-FEIRA 13/04
 - AULA PÚBLICA + ATO EM DEFESA DA OCUPAÇÃO
 - LOCAL: ESCADARIA DA SANTOS ANDRADE
 - INÍCIO: 18:00

SÁBADO 14/04
 - RODA CULTURAL
 - LOCAL: PÁTIO DA REITORIA
 - INÍCIO: 13:30

SEGUNDA-FEIRA 16/04
 - SHOW DE RAP COMBATIVO
 - LOCAL: PÁTIO DA REITORIA
 - INÍCIO: HORÁRIO A DEFINIR

OCUPAR E RESISTIR!
 No dia 10/04 estudantes e trabalhadores ocuparam o Departamento de Serviços Gerais - DSG em ato contra a perseguição política dos trabalhadores combativos!

OCUPAREMOS ATÉ A REINTEGRAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES DEMITIDOS POR PERSEGUIÇÃO POLÍTICA!

FALTT

Fonte: FALTT (2018f, online)

Conforme interpretação do próprio movimento de ocupação, a medida consistiu em um momento de radicalização na luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas do RU (FALTT, 2018g). A proposta de reverter as demissões de trabalhadoras por retaliação política teve adesão das trabalhadoras demitidas, mas não foi capaz de articular a participação das trabalhadoras ainda alocadas na UFPR. Em parte, isso se explica pela iminente possibilidade de que essas trabalhadoras também fossem demitidas. Mas é preciso considerar também o caráter setorial e particular da reivindicação central da ocupação e seu efeito sobre a articulação das próprias trabalhadoras pobres. O processo expressa o esgotamento das soluções propostas pela reitoria, pelo sindicato, ou pelas empresas:

Após muitas reuniões dos estudantes da FALTT, muitas conversas com trabalhadores, muitas reuniões com o sindicato, muita investigação, atos em apoio, tentativas de assembleia puxadas por meios legais (sabotadas por reacionários) e infundáveis tentativas de resolução através dos meios “comuns”, se deu o processo de ocupação como esforço máximo empreendido até então na luta contra a exploração de trabalhadores, que foram demitidos por perseguição política. (FALTT, 2018g, online)

Logo após a ocupação, a Polícia Militar invadiu e isolou o local sob a justificativa de que os militantes estavam mantendo funcionários da UFPR como reféns. A crise foi contornada na medida em que nenhum dos responsáveis pela ocupação manifestava interesse em manter os trabalhadores alocados no DSG como reféns. Já no primeiro dia de ocupação (10 de abril de 2018), a reitoria da UFPR (2018b, online) emitiu nota oficial buscando criminalizar o movimento:

1) Um grupo formado por 15 a 20 estudantes ingressou à força, no fim da manhã desta terça-feira (10), num prédio administrativo da UFPR, o Departamento de Licitações e Contratos (DLIC), situado no Edifício Dom Pedro II, no complexo da Reitoria, na Rua

XV de Novembro. 2) A ação do grupo – que não tem relação com a representação estudantil eleita para o Diretório Central dos Estudantes e se identifica como integrante da chamada Frente de Apoio à Luta dos Trabalhadores Terceirizados (FALTT) – provocou tumulto e confrontos com servidores da UFPR que trabalham nessa unidade. Alguns servidores foram impedidos pelos estudantes de sair do prédio. 3) Em vista dessa situação, alguns desses servidores mantidos à força no prédio chamaram a Polícia Militar, que compareceu no local e isolou a quadra. 4) Os servidores foram mantidos reféns por mais de uma hora. Assim que eles foram liberados, pró-reitores da UFPR presentes no local imediatamente negociaram a retirada da Polícia Militar do campus, o que ocorreu em seguida, com a liberação do tráfego das ruas do entorno. 5) Os estudantes, alguns deles mascarados, continuam no interior do Departamento de Licitações e Contratos da UFPR. 6) A Reitoria da UFPR lamenta que a ocupação tenha ocorrido em pleno processo de diálogo com a comunidade universitária sobre os restaurantes universitários da instituição. 7) A chamada FALTT tem feito nas últimas semanas ações em nome do que considera “defesa dos trabalhadores terceirizados da UFPR” contra supostas arbitrariedades. 8) O tema envolve uma relação trabalhista entre os empregados e a empresa terceirizada contratada há dois meses para operar os restaurantes universitários da UFPR em Curitiba. À UFPR, como contratante, cabe fiscalizar os contratos mantidos entre a empresa contratada e seus empregados, o que tem sido feito com absoluto rigor. 9) Paralelamente, a UFPR vem promovendo rodas de conversas com estudantes em todos os setores, para informar a real situação dos trabalhadores e as providências que vem tomando como fiscal do contrato. A FALTT está informada sobre esse acompanhamento.

A despeito da tentativa de criminalização do movimento, a ocupação foi mantida nos dias seguintes, tendo logrado conquistas parciais possíveis àquele momento. A Nota de Desocupação do DSG, emitida pelo movimento em 17 de abril de 2018, relata:

o acordo [de desocupação] foi firmado a partir do compromisso da Reitoria da UFPR de constituir um processo administrativo interno da Universidade, que culminará em uma comissão permanente cujo objetivo é avaliar a procedência da pauta da ocupação, dentre os diversos outros problemas das categorias dos trabalhadores terceirizados. A composição dessa comissão contará com estudantes da FALTT e outras entidades da comunidade acadêmica. A luta contra a terceirização, tantas vezes repetida da boca pra fora e de forma abstrata por muitos nessa universidade, se manifestou um enfrentamento concreto aos males reais da terceirização. Podemos todos ter certeza que não mais combatemos apenas um “fantasma” da terceirização, mas combatemos diretamente e a fundo o que há de mais desgraçado na precarização da universidade pública. (FALTT, 2018g, online)

Estudante Entrevistada 9 fez uma longa reflexão sobre a importância da conquista da portaria na luta das trabalhadoras terceirizadas. Afirmou que a portaria tem sido utilizada como uma forma de levar problemas pontuais de irregularidades ou abusos das empresas intermediárias ao espaço da comunidade discursiva da UFPR, mas que nesse âmbito não será possível encontrar uma solução nem mesmo para os problemas setoriais que enfrentam essas trabalhadoras. A reflexão se assemelha àquele realizada por Estudante Entrevistada 10, para quem a instância apresenta ‘limites claros’. Contudo, sobre a importância relativa da conquista, ela afirma (Apêndice 3):

uma portaria de estudantes que sentam com a reitoria e denunciam todos os problemas, os trabalhadores então têm um canal de comunicação, então... a gente consegue documentos da universidade, das empresas, então é uma vitória, porque, apesar da pauta ter sido a recontração dos trabalhadores, a gente consegue mostrar que com a ocupação a gente conquista coisas.

Principal reivindicação, a recontração das antigas funcionárias demitidas por retaliação política (algumas das quais participaram da ocupação) não foi conquistada. Com isso, as trabalhadoras terceirizadas dos 4 RUs da UFPR que vinham construindo uma relação de proximidade com estudantes e militantes do movimento estudantil foram afastadas da UFPR.

A FALTT enfrentou problemas em manter suas atividades após as tentativas de criminalização do movimento e em consequência de seu isolamento com relação a outros atores do movimento estudantil. No primeiro semestre do ano de 2019, por exemplo, não foram realizadas reuniões da frente. Com o silenciar da ‘voz’ das trabalhadoras e o arrefecimento das atividades da frente, os processos de desarticulação e fragmentação dos atores sociais envolvidos com as lutas pela sobrevivência de trabalhadoras terceirizadas pobres foram novamente aprofundados. Em especial, um problema que tem sido, há alguns anos, denunciado pela frente:

Por mais que os trabalhadores garantam diariamente a permanência integral de muitos estudantes na universidade, são ignorados em grande unísono pelo corpo estudantil. Essa abstenção é sintomática e uma negligência geral com a situação financeira e estrutural da própria UFPR, mas o que é muito pior é o fato dela ser justificada por estudantes com discursos demagógicos e abstratos “contra a terceirização”, na prática, pouco se importando e pouco fazendo pelos trabalhadores, pessoas reais e de carne e osso. (FALTT, 2017a, online)

A Nota de Desocupação do DSG também fez críticas ao que se refere como o combate “apenas ao ‘fantasma’ da terceirização” (FALTT, 2018h, online). Assim como na UFRGS, o reestabelecimento do equilíbrio hegemônico se dá explorando o caráter setorial e isolado das pautas dos diferentes atores sociais, o que, por sua vez, possibilita a construção de justificativas que atribuem o problema às transformações nas relações de trabalho, ou à pressão orçamentária, alçando-o à condição de ‘fatalidade’ diante da qual os interesses e reivindicações dos atores sociais são expostos como conflitantes. Uma semana após o fim da ocupação, a reitoria da UFPR divulgou nota na qual justifica-se:

O que ocorre, porém, é um processo de ataque às universidades públicas, que entre outros efeitos vem provocando a extinção dos planos de carreira por parte do Governo Federal há mais de uma década, o que deixa para o administrador público sem saída, restando por vezes, a terceirização das atividades-meio como única alternativa para manter atividades iminentes à gestão. Isto tem acontecido progressivamente, mas de modo mais acelerado nos últimos anos, inclusive com a flexibilização progressiva de direitos trabalhistas. Importante enfatizar que, no atual momento, e em vista desses processos, a suspensão dos contratos terceirizados implicaria na ausência de serviços de limpeza, de vigilância e de os restaurantes universitários, por exemplo. Repetimos: não há concurso para estes postos, e por isso, a universidade é obrigada a licitar para empresas fornecerem tais serviços. Portanto se é uma determinação do Governo Federal, está acima da alçada de gestão de todas as IFES. Novamente, queremos reiterar nosso compromisso com a lisura e o acompanhamento de todos os processos. A atual gestão tem sido implacável na fiscalização, dentro das especificidades de cada contrato, e principalmente dos contratos novos. E obviamente que não compactua, como jamais compactuaria, uma vez devidamente apurados na forma juridicamente adequada, com quaisquer formas de tratamento indigno ou discriminatório aos

trabalhadores terceirizados. Sobre a terceirização realizada no RU, é importante enfatizar que ela não é de mão de obra, mas sim de serviços, ou seja, contratam-se as refeições e não mais o trabalho. Esta foi a mudança administrativa, que neste ano representou mais qualidade e o melhor preço para que a gestão conseguisse manter o espaço físico e as refeições no valor em que está para todos os estudantes. Portanto, nosso principal programa de assistência estudantil está mantido. Sem esse programa, milhares de estudantes teriam que abandonar a Universidade. (UFPR, 2018c).

Independentemente das dificuldades encontradas em sua trajetória, a luta pela sobrevivência das trabalhadoras dos RUs da UFPR, em contrário, proporciona ensinamentos e evidências que demonstram que a necessária superação dessa realidade pode ser construída desde baixo, a partir da articulação dos diferentes e diversos atores sociais que expressam a luta do povo contra o sistema de opressão do capital. Nesse âmbito, o aparente conflito entre as pautas reivindicativas dos atores sociais presentes na UFPR (DCE, FALTT, trabalhadoras terceirizadas, movimentos sindicais etc.) tende a ser desmistificado a partir de elementos que emergem dos processos de lutas reivindicativas protagonizados por esses atores.

Conforme mesmo os exemplos de greves e ocupações citados durante o presente trabalho ajudam a evidenciar, as lutas em defesa das Universidades Públicas Federais são comumente protagonizadas por atores sociais em articulação – atores do movimento estudantil, sindicatos de técnicos, de professores e associações de demais membros das comunidades acadêmicas. Diante das recentes transformações nesses espaços e do atual contexto de retração orçamentária das Universidades Públicas Federais, cabe questionar o papel das trabalhadoras terceirizadas pobres nesses processos. Na medida em que se reconhece a importância de que essas trabalhadoras participem como protagonistas na construção dessas lutas¹¹, cabe então buscar aprofundar a articulação entre atores sociais que historicamente protagonizaram tais lutas e movimentos emergentes protagonizados por terceirizadas - o que, por sua vez, requer o resgate da dimensão social e política dos problemas setoriais enfrentados.

¹¹ Nessa direção, por exemplo, reconhece o Caderno de Teses do XXIII CONFASUBRA (FASUBRA, 2018) que a participação das trabalhadoras terceirizadas atualmente se faz fundamental para as aspirações e reivindicações da categoria de TAEs e para a manutenção de direitos.

4 AVANÇOS E RETROCESSOS NAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA ANALISADAS E SUAS RELAÇÕES COM OS PROCESSOS ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Conforme foi exposto no item 3.2, a necessidade de articulações mais profundas e duradouras entre estudantes e trabalhadoras terceirizadas é identificada pelos militantes da FALTT como um dos principais motivos para a criação da frente. Necessidade que não foi identificada *a priori*, como destacam os membros da frente, mas que foi sendo apreendida a partir da práxis de luta ao lado das trabalhadoras terceirizadas. O envolvimento dos fundadores do movimento com as pautas de trabalhadoras pobres da UFPR data desde, pelo menos, 2013 – somente dois anos após os primeiros contatos começou a ser organizada a FALTT como uma instância de apoio. Conforme relatou Estudante Entrevistada 9, os militantes perceberam que algumas das dificuldades iniciais que as trabalhadoras terceirizadas pobres da UFPR enfrentavam na construção de suas lutas poderiam ser superadas a partir da articulação de ações conjuntas entre estudantes e trabalhadoras. Daí provém a escolha em compor uma frente somente com alunos da UFPR, mesmo que tendo como finalidade o apoio à luta das terceirizadas.

De forma semelhante, na UFRGS a necessidade de articulação com representantes do ANDES-SN e da ASSUFRGS, bem como com os movimentos de ocupação de 2016, emergiu e foi identificada a partir da práxis de luta das trabalhadoras terceirizadas e, em especial, das trabalhadoras de limpeza. Representante Sindical Entrevistada 11 faz um relato das primeiras aproximações entre as reivindicações das trabalhadoras terceirizadas da UFRGS e os membros da ASSUFRGS.

Por exemplo assim, nos últimos 5, 6 anos, que começou a aumentar o número de terceirizados, eles começaram a ser... ficou mais difícil de tu não notar eles né.... Eu já vi várias atividades, que talvez nem estejam registrados nos estudos que tu fez, eu vi vários atos assim, lá no campus do vale e aqui também, mas atos que não tiveram grande repercussão. Tu via o pessoal se mobilizando, se movimentando, as vezes fazem lá uma gritaria na frente do RU e vão embora. Paralisam as atividades por alguns minutos ou hora, e depois acaba. Então é uma coisa bem assim... Que talvez a chefia, os responsáveis, nem fiquem sabendo – e até por isso talvez que se consiga fazer. Então se percebe que é uma coisa muito desorganizada, em certo sentido, muito amadora, no improviso... junta um, junta outro aqui e ali e, muitas vezes, a gente nem fica sabendo. Só sabe depois que os caras tão fazendo alguma coisa lá. Então o que a gente faz, a ASSUFRGS, como tem uma estrutura boa até, tem carro de som, tem sede, tem aparelhagem de som toda, tem material de cartaz, de faixa, tem dinheiro pra contratar a serigrafia, tem um latão lá de churrasco que a gente empresta pra galera. Porque tem muito ato que é salchipão com ato. Então tu coloca lá um microfone, cartazes, deixa a galera falando e faz um salsichão com pão ali e distribuí pra galera. Eu lembro que lá no vale tiveram atos assim, porque estava sem RU, deu problema no RU que estourou uma caldeira, se não me engano... Aí juntava os terceirizados que, naquela época dependiam do RU – hoje eles nem tem mais direito ao RU – e eu lembro que a gente fez lá salsichão pros terceirizados. Aí a gente fez lá, e a galera terceirizada que era quem mais sofria, né, iam lá comer conosco. (Apêndice 4)

Conforme Rauber (2001, 2003, 2005) aponta repetidas vezes, é importante que se parta dos problemas concretos enfrentados por cada grupo, segmento ou parcela do povo para, a partir desses elementos, avançar no processo de articulação dos diferentes atores sociais que lhes correspondem.

Não há possibilidades de lutar por necessidades, interesses e aspirações coletivas se elas não estiverem articuladas - conjugadas - com os interesses, necessidades e aspirações específicas de cada setor popular. Sem objetivos particulares, não há objetivos gerais, exceto como objetivos abstratos, necessidades e aspirações. (RAUBER, 2001, p. 8)

Nesse sentido, é interessante notar que essa primeira aproximação relatada por Representante Sindical Entrevistada 11 parte de um problema prático vivido por diferentes ‘estratos’ ou setores da universidade e que, no entanto, afetou de forma mais aguda a vida das trabalhadoras pobres. Outro aspecto importante é o fato de que essa articulação produziu alternativas para a superação de algumas das dificuldades encontradas no processo de organização da luta das trabalhadoras terceirizadas pobres: espaços de discussão e troca de informações que anteriormente não existiam, possibilidades para o compartilhamento de alguns recursos e materiais disponibilizados pela ASSUFRGS e pelo ANDES-SN, proteção jurídica mínima às protagonistas de movimentos e protestos de trabalhadoras pobres.

A pobreza, expressão da impossibilidade de acesso ao consumo que é imediatamente a reprodução da vida humana, é a determinação fundamental a partir da qual essas trabalhadoras estão sujeitas a condições de trabalho mais degradantes; seja no mercado informal, seja como trabalhadoras terceirizadas por contrato temporário, como trabalhadoras domésticas etc. (ver Apêndice 2). O próprio fato de que as trabalhadoras terceirizadas pobres da UFRGS e da UFPR, mesmo diante da impossibilidade de produzirem ou desenvolverem suas vidas, sigam atendendo em seus postos de trabalho só se torna compreensível ante o imperativo da venda de sua força de trabalho em um contexto de ameaça de desemprego, ante à vulnerabilidade de sua situação e às inúmeras frentes de opressão que lhes incidem.

É possível, nesse sentido, afirmar que as principais dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras na organização de suas lutas precedem e sucedem sua condição de trabalhadoras terceirizadas, correspondendo em maior grau, conforme argumento, à sua condição de trabalhadoras pobres e à sua correspondente exclusão política¹².

¹² Entrevistas realizadas com trabalhadoras de limpeza também ilustram o fato de que, para muitas das trabalhadoras em situação de pobreza, o contrato com empresas intermediárias representa uma garantia (ainda que temporária) à reprodução da vida de suas famílias. O relato abaixo é da trabalhadora que realizava o serviço de diarista antes do contrato com a SR Serviços, a Trabalhadora Entrevistada 2 (Apêndice 2), que à época tinha recém sido iniciado, sobre as diferenças entre os dois empregos: “tem bastante diferença né? Tem umas garantias a mais, e assim... Serviços de casa com o tipo da faculdade é diferente. A faculdade é mais tranquilo e diarista não, já é

As experiências analisadas lograram superar algumas dessas dificuldades através de articulações entre movimentos de terceirizadas e outros atores sociais que foram aprofundadas em circunstâncias específicas. É importante destacar tais condições porque, dentro da ‘normalidade’ da vida cotidiana na UFRGS e na UFPR, a maioria dos atores sociais aparecem distantes das pautas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres e dos movimentos por elas protagonizados. Alguns trechos da fala de Trabalhadora Entrevistada 1 expostos no item 3.1 remetem à invisibilidade das pautas dessas trabalhadoras na UFRGS, ‘as invisíveis da universidade’, segundo ela. Outra indicação desse afastamento é o fato de que, tanto na UFRGS quanto na UFPR, as primeiras mobilizações e protestos de trabalhadoras pobres tenham ocorrido anos antes da fundação da Unidos Terceirizados e da FALTT, respectivamente, tendo sido ‘notadas’ por outros atores sociais apenas após sucessivas ocorrências e após seus desdobramentos levarem a ações repressivas por parte de empresas intermediárias.

Para além disso, o trecho da fala de Trabalhadora Entrevistada 1 abaixo indica que a solidariedade para com as trabalhadoras pobres da universidade não se dá de antemão ou sem apresentar suas contradições e conflitos:

Porque eu limpo um chão, eu sou menos do que qualquer outra pessoa aqui dentro. É incrível isso, sabe? [...] cara, dentro da universidade tu é menos do que um cachorro. Porque tu não pode xingar um cachorro na universidade, pelo menos lá no Vale não pode. Não pode, deus o livre. A coisa é escrachada, é gritante, as pessoas pedem socorro dentro da universidade e ninguém vê. Um grito que ninguém escuta. Enquanto estão preocupados com graduação, com isso e com aquilo, e não escutam os gritos de socorro. Porque... porque tu vê assim, eu me perguntava, pô, dentro da universidade, eu achava uma coisa tão legal. Universidade do Rio Grande do Sul, referência né, excelência... pô, eu nunca ia imaginar que dentro de uma universidade existia assim, uma escravidão. (Apêndice 1)

Tanto na UFRGS como na UFPR, essa relação de solidariedade ‘desperta’ - se ativa, nas palavras de Atzeni (2010) – como um elemento aglutinante da luta apenas em momentos específicos e similares em ambas experiências em questão. Em primeiro lugar, a despeito das condições de exclusão política e de incapacidade de reprodução da própria vida apresentarem-se como uma constante na vida das trabalhadoras terceirizadas pobres, as articulações entre os movimentos protagonizados por elas e outros atores sociais aparecem, em sua grande maioria, circunscritas a momentos nos quais os abusos trabalhistas promovidos por empresas intermediárias levam a uma situação de ameaça iminente à sua sobrevivência.

Se partirmos do princípio metodológico adotado por Rauber (2005), é preciso considerar que as dificuldades de articulação se impõem, antes de tudo, no interior de cada setor. Assim, essa restrição se relaciona ao caráter extremamente defensivo das lutas analisadas, na medida

bem mais puxado. Pega umas casas grandes, daí te exigem tal coisa. Pra ti fazer é bem mais puxado do que... trabalhar digamos com firma né”.

em que os principais avanços observados nas lutas pesquisadas se tornaram viáveis e factíveis apenas por mediação das articulações das trabalhadoras terceirizadas enquanto grupos, coletivos etc.; e entre as trabalhadoras terceirizadas articuladas e outros e distintos atores sociais.

Em segundo lugar, a relação de solidariedade parece se conformar como um elemento-chave para a articulação de atores sociais às lutas analisadas somente em períodos durante os quais outros atores sociais mais bem consolidados e atuantes nas Universidades Públicas Federais encontram-se mobilizados em suas próprias atividades e na construção de seus espaços de luta. Sendo assim, na UFPR a origem da FALTT remete ao momento da greve de 2015 que se opunha às restrições orçamentárias impostas à universidade. Aproximadamente um ano mais tarde, ao final de 2016, a construção da Unidos Terceirizados e da greve das trabalhadoras de limpeza da UFRGS se daria durante o período de ocupações estudantis e de greves de TAEs e professores em oposição à PEC do ‘fim do mundo’. Em certa medida, ambos os momentos são construídos como resposta ao processo de sucateamento do ensino público superior levado à cabo em diferentes instâncias normativas através de atos e decisões que impõem progressivas restrições aos orçamentos das Universidades Públicas Federais desde 2015 até os dias de hoje.

Em suma, as experiências de articulação pesquisadas têm origem, ou pelo menos apresentam avanços mais significativos¹³, em momentos de maior mobilização dos movimentos sindicais e estudantis, nos quais a ‘normalidade’ das instituições já está sendo afetada (Apêndice 1; Apêndice 3; FOGLIATTO, 2015; MORTARI e MIZOCZKY, 2017; ZIMMERMANN, 2017). Greves e ocupações estudantis, por exemplo, proporcionam espaços para debates sobre o papel da universidade e do ensino público em seminários, palestras e aulas-públicas; espaços nos quais se podem identificar as proximidades e as dimensões políticas comuns das pautas setoriais (RAUBER, 2005).

Levando esses dois aspectos em conta, é possível afirmar que a relação de solidariedade para com a luta das trabalhadoras terceirizadas pobres cumpriu o papel de elemento aglutinante inicial dos atores que constituíram ambas as experiências analisadas. Para Rauber (2005) a articulação de atores sociais requer, em um primeiro momento, que se identifique quais são os nexos ou elementos aglutinantes a partir dos quais atores sociais podem construir articulações. Segundo a autora (2005, p. 82), no âmbito das pautas reivindicativas setoriais, “as propostas concretas contêm *elementos aglutinantes* que podem constituir-se na base de uma articulação

¹³ É importante ressaltar que, na UFPR, conforme exposto no item 3.2, as atividades da FALTT também se intensificaram durante as greves e ocupações estudantis ao final de 2016, que tiveram dimensão nacional (ver nota de rodapé número 2).

entre dois ou mais atores sociais porque sua materialização pode resultar em interesse comum”. Interesse em comum que, no entanto, não indica unidade, projeto em comum, ou mesmo o reconhecimento claro das relações existentes entre as propostas. As formas de articulação, nesse âmbito, são tão variadas e distintas quanto variados e distintos são os atores sociais em luta, suas propostas e problemas (RAUBER, 2005). Diante dessa diversidade, e conforme já mencionado, a autora reconhece que a relação de solidariedade pode funcionar como base para a construção de nós de articulação:

por exemplo, fornecendo apoio material e moral a um bloqueio de estrada feito por pessoas socialmente desamparadas; participando da realização de tarefas que contribuem para resolver problemas concretos de outro; contribuindo para a construção coletiva de casas, aquedutos, hortas comunitárias etc., solidarizando-se com outros povos em luta, como Cuba e Venezuela, ou com regiões atingidas por desastres naturais, como furacões, terremotos, etc. (RAUBER, 2005, p. 82-83)

A compreensão de que a relação de solidariedade mediou a aproximação inicial em ambas as experiências é respaldada tanto a partir de alguns dados expostos nos itens 3.2 e 3.1, quanto por posições assumidas por atores sociais nas lutas em questão. Por exemplo: a posição do movimento ‘Ocupa IA’ expressa em carta lida no CONSUN na UFRGS, que destaca a responsabilidade da comunidade acadêmica da UFRGS para com as pautas de trabalhadoras terceirizadas (UFRGS, 2016); a carta de apresentação da FALTT que introduz a frente como um movimento solidário às lutas dessas trabalhadoras na UFPR (FALTT, 2016a, online); a posição adotada pela Representante Sindical Entrevistada 11 (Apêndice 4).

Conforme já mencionado, os dados recolhidos pela presente pesquisa indicam que tais articulações possibilitaram avanços iniciais na construção das lutas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres tanto na UFRGS como na UFPR. A exemplo do que ocorreu na UFRJ, as trabalhadoras terceirizadas pobres da UFRGS foram auxiliadas e incentivadas por representantes do sindicato de TAEs da universidade para a construção da Unidos Terceirizados. A particularidade da experiência pesquisada, no entanto, foi que, com a insuficiente articulação interna das trabalhadoras terceirizadas pobres e a incipiência dos processos organizacionais estabelecidos àquele período de fim das greves e ocupações de 2016, a associação das trabalhadoras da UFRGS não se manteve. Com a impossibilidade de manutenção do apoio prestado por outros atores sociais e após o conflito entre a Multiágil e as trabalhadoras de limpeza, a Unidos Terceirizados foi considerada extinta por suas fundadoras apenas alguns meses mais tarde.

Já na UFPR, a estratégia escolhida levou à composição de uma frente de estudantes atuando em apoio e solidariedade às lutas dessas trabalhadoras. Conforme já mencionado, a opção visou atender à necessidade de continuidade nos processos organizacionais na luta pela

sobrevivência das trabalhadoras pobres. Ainda que as diferentes estratégias ponham em destaque ou os processos de articulação interna das trabalhadoras terceirizadas pobres (Unidos Terceirizados), ou os processos de articulação entre os movimentos protagonizados por essas trabalhadoras e outros atores sociais (FALTT); em ambas as experiências, os avanços nesses processos aparecem inicialmente correlacionados.

Segundo Rauber (2001), a construção de instâncias organizacionais é um indicativo importante de avanços na construção das lutas reivindicativas e um momento no qual já podem ser identificadas as primeiras vinculações entre os problemas setoriais imediatos identificados e a necessidade de processos continuados de articulação e construção no longo prazo.

um elemento importante a ter em conta reside na própria disposição em construir alguma forma de organização, uma vez que já indica uma intencionalidade e uma consciência por parte de seus criadores, sobre a necessidade de superar a situação ou restrições urgentes do imediatismo da sobrevivência. A partir daí, o conteúdo que dá sentido à sua permanência e desenvolvimento terá de ser considerado. (RAUBER, 2003, p. 70)

A partir de processos de construção e articulação de tal conteúdo, que ultrapassam em alguma medida as demandas urgentes das trabalhadoras terceirizadas pobres, aumenta a possibilidade de que as lutas reivindicativas por elas protagonizadas se constituam como processos práticos-pedagógicos capazes de orientar e promover a crescente vinculação dos problemas setoriais por elas enfrentados à sua dimensão política – vinculação que se faz necessária para a construção de alternativas para sua sobrevivência. Segundo Rauber (2000), trata-se de uma tarefa de vinculação entre o social reivindicativo e o político. Nessa interpretação, o termo ultrapassar não indica uma superação do âmbito dos problemas práticos vividos por terceirizadas pobres para um âmbito superior; mas, ao contrário, a vinculação desses problemas e necessidades aos problemas e necessidades enfrentados por outros atores ou setores a partir de sua dimensão política comum.

De baixo, a partir das próprias fundações, a articulação mais elementar já é, por si só, uma rede, e está em processo de articulação com outra rede e, portanto, forma os nós intermediários em torno de certos nós iniciais [elementos aglutinantes]. É muito importante identificar em todos os casos, a qualquer momento, quais são esses nós intermediários. E este é um labor, uma tarefa, com um perfil e projeção eminentemente políticos. (RAUBER, 2000, p. 9)

Identificar os nós intermediários de articulação (ou, simplesmente, nós de articulação) significa “esclarecer e relacionar os problemas comuns a vários setores ou atores sociais” (RAUBER, 2005, p. 87). É uma tarefa que corresponde às necessidades práticas de recomposição do todo social fragmentado. Se inicia no interior de cada setor, desde onde se projeta até os demais, sendo de caráter essencialmente político. Foram observadas dificuldades importantes nessa etapa do processo de articulação em ambas as experiências estudadas. De forma preliminar, alguns elementos que podem contribuir para explicar essas dificuldades são

a heterogeneidade dos atores sociais em processo de articulação e os diferentes níveis de construção e consolidação de seus processos organizacionais, saberes e identidades.

No que diz respeito à experiência de luta da UFRGS, as entrevistas e conversas com militantes do movimento estudantil, dos movimentos grevistas de TAEs e de professores, do movimento de trabalhadoras terceirizadas de limpeza e dos movimentos de ocupação de 2016, bem como os dados secundários coletados pela presente pesquisa, indicam poucos avanços no esclarecimento dos problemas comuns vividos pelos atores sociais em processo de articulação. O apoio às pautas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres, a defesa de sua legitimidade, a conquista de espaços para a discussão de tais pautas nas instâncias formais da universidade e mesmo a incorporação dessas pautas à própria agenda de lutas por parte de outros atores; são fenômenos que aparecem dissociados, em grande parte, de reflexões sobre a dimensão política comum entre as pautas reivindicativas das trabalhadoras pobres e as de outros atores sociais envolvidos; o que ajuda a explicar a descontinuidade desses momentos.

Quando encontrada, essa reflexão é estabelecida, por um lado, a partir da importância do papel cumprido pelas trabalhadoras terceirizadas pobres no cotidiano das Universidades Públicas Federais. Na carta lida no CONSUN e no protesto que resultou em reunião com representantes da reitoria, por exemplo, foram destacadas a importância das atividades de limpeza, portaria, manutenção, copa etc., para o funcionamento da universidade e para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (TERCEIRIZADOS UNIDOS, 2016; UFRGS, 2016). Nesse sentido, há o reconhecimento (que pode ser apenas parcial) por parte alguns dos atores sociais envolvidos na articulação de que a luta em defesa das Universidades Públicas Federais passa por garantir as condições mínimas a todos os trabalhadores envolvidos em seus processos.

Por outro, também é possível identificar menções à importância do apoio prestado pelos atores sociais que se mobilizavam contra a PEC 241 para a continuidade e avanço das lutas por demandas setoriais das trabalhadoras terceirizadas pobres. A postagem nas redes sociais intitulada “Unificou: é estudante junto com trabalhador”, realizada logo após a já citada reunião de militantes dos movimentos de ocupação do dia 8 de dezembro de 2016 pelo movimento ‘Ocupa FABICO’ (2016, online), contribuiu para ilustrar essa afirmação:

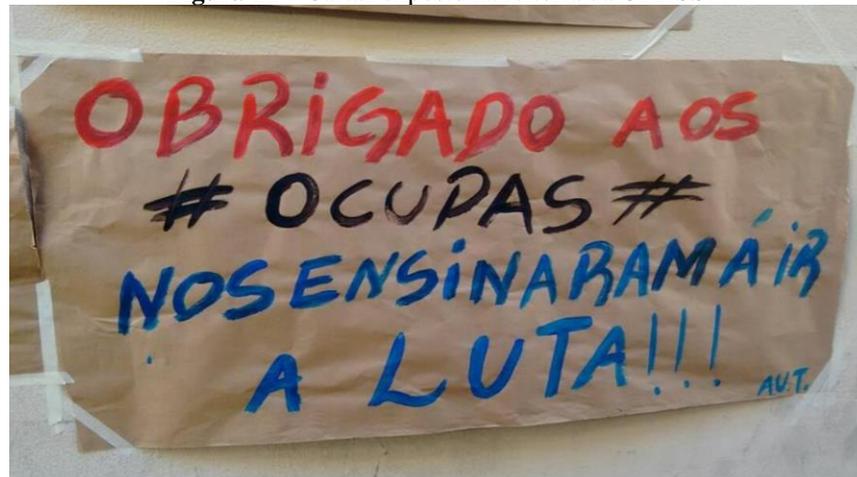
Tempos de reflexão, tempos de fazer o mínimo, o que já deveríamos ter feito há tanto tempo: olhar para os lados e ver as condições de trabalho a que estão submetidos esses e essas trabalhadoras que, na maioria das vezes, sofrem caladas com medo da retaliação. Não temos a intenção de protagonizar uma luta que não é nossa nem achamos que eles não sabem o que sofrem. Eles estão cientes, e transparecem essa ciência todos os dias, sentem na pele. Triste é ver que naturalizaram o sofrimento e pensam ter que agradecer por pelo menos ter um emprego. Os trabalhadores são (e sempre foram) colocados nessa posição de inferioridade e impotência perante a hierarquia do sistema. É nosso dever, enquanto estudantes, professores e técnicos, não se calar diante de tanta injustiça social. A mobilização é conjunta, e, em meio a tantas

retiradas de direitos, é necessário olharmos para aqueles que sustentam nossa Universidade nas costas e não ganham reconhecimento algum. Juntos na luta, todo apoio aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas!

A despeito desse reconhecimento, mesmo em um contexto de lutas que se opunham às restrições orçamentárias que seriam impostas com a aprovação da PEC do ‘fim do mundo’ e de discussões sobre os rumos das Universidades Públicas Federais, contexto no qual ocorreram inúmeras articulações entre distintos atores sociais a nível nacional, as evidências levantadas apontam que a discussão sobre o protagonismo ou papel das trabalhadoras terceirizadas pobres nesse processo mais amplo foi relegada ao segundo plano¹⁴. Em detrimento disso, as falas de Trabalhadora Entrevistada 1, Representante Sindical Entrevistada 11, os documentos escritos pelos militantes da maioria dos movimentos de ocupação e a fala da representante do ANDES-SN com quem conversei indicam o apoio e a solidariedade prestados à causa das trabalhadoras terceirizadas pobres por parte de outros atores sociais sendo compreendidos como uma relação unilateral.

Em contrapartida, o movimento de trabalhadoras terceirizadas de limpeza da UFRGS superdimensionou o apoio e a solidariedade prestados por outros atores sociais em detrimento da valorização dos processos organizacionais e da práxis de luta que levaram à sua autoconstituição como ator social na universidade por um determinado período.

Figura 12 – Cartaz exposto na reitoria da UFRGS.



Fonte: ZIMMERMANN, 2017

Cabe questionar, nesse sentido, até que ponto e em que condições a solidariedade para com a luta das trabalhadoras terceirizadas, ao se constituir como o elemento aglutinante da

¹⁴ Como exceção, é preciso destacar o movimento de ocupação do IFCH da UFRGS que destacou, em algumas oportunidades, a importância da participação de trabalhadoras terceirizadas de limpeza, portaria e segurança em seus processos decisórios, assembleias e reuniões (OCUPA IFCH, 2016b).

articulação entre atores de forma a viabilizar avanços na produção da luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas de limpeza da UFRGS, esteve contraditoriamente relacionada a dificuldades encontradas nesta etapa posterior do processo. A ausência da discussão sobre o papel ou o protagonismo das trabalhadoras terceirizadas pobres, que compõem pouco menos de um terço da força de trabalho da UFRGS, indica a dificuldade que os atores sociais articulados encontraram em estabelecer os nexos entre as lutas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas e sua dimensão política.

Independentemente da relação entre o fato e a incipiência dos processos de articulação e de organização coletiva das trabalhadoras terceirizadas pobres, que ajuda a explicá-lo, essa dificuldade prejudica a construção dos nodos intermediários da articulação (RAUBER, 2005). Na medida em que a dimensão política das pautas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres não foi devidamente explorada (nos processos organizacionais, deliberativos, de construção de identidade etc.) na articulação dos atores sociais envolvidos, as relações entre os problemas cotidianos de uns e de outros não podem ter sido devidamente estabelecidos e aprofundados.

Dessa maneira, a partir do arcabouço fornecido por Rauber, é possível afirmar que a articulação de atores que construiu a luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres da UFRGS se deu, pelo menos em boa medida, como uma somatória de pautas reivindicativas. Somatória construída a partir da relação de solidariedade para com as trabalhadoras pobres cuja sobrevivência se encontrava ameaçada e do reconhecimento da importância política da luta pelo ensino público superior e contra a PEC do ‘fim do mundo’ para que, no mínimo, esses problemas não se agravassem nos anos seguintes.

Um indicativo disso é que a já mencionada inclusão de pautas das trabalhadoras terceirizadas na negociação de encerramento da greve de professores em 2016 se deu claramente como um somatório de reivindicações. A representante sindical entrevistada durante a pesquisa de campo que participou da negociação afirmou que as demandas setoriais de trabalhadoras terceirizadas foram incluídas na negociação por intermédio dos estudantes, indicando o nível incipiente de articulação entre os protagonistas da greve de professores e o movimento de trabalhadoras terceirizadas. Isso contribuiu para explicar o fato de que, com o avançar das negociações durante o final daquele ano, o acordo de encerramento de greve tenha privilegiado a proteção salarial e a não criminalização dos docentes mobilizados em detrimento das demandas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas pobres.

Outros indicativos importantes são: a posição da maioria dos membros da ASSUFRGS em decisão de não permitir a vinculação de trabalhadoras terceirizadas, contrariando

recomendação da FASUBRA; e a discussão sobre as dificuldades do GTT e o protagonismo das trabalhadoras pobres em suas lutas reivindicativas encontrada em Zimmermann (2017), que indica a dificuldade de professores, TAEs e estudantes em se reconhecerem lado a lado nas lutas dessas trabalhadoras.

O desfecho do processo relatado no item 3.1 remete a essas dificuldades, assim como ao retrocesso que sucedeu o fim das greves e dos movimentos de ocupação na construção da articulação de atores analisada. A partir de 2017, com o fim do movimento nacional de greves e ocupações, com a medida de substituição da empresa Multiágil por parte da reitoria, e a demissão ou realocação das trabalhadoras envolvidas com a greve, a articulação interna do movimento de trabalhadoras terceirizadas pobres da UFRGS retrocedeu. Na ausência de conflitos aparentes, iniciativas como o GTT buscaram reestabelecer a articulação com trabalhadoras terceirizadas pobres partindo da crítica ao trabalho terceirizado e às transformações das relações de trabalho no país. Com isso, distanciaram-se ainda mais dos problemas cotidianos vividos por trabalhadoras pobres, ou, ao menos, negaram o protagonismo dessas trabalhadoras na descoberta e construção dos nexos políticos de seus próprios problemas.

Na UFPR, a trajetória da FALTT e dos movimentos de greve e ocupação das trabalhadoras terceirizadas dos RUs revela dificuldades e avanços distintos no âmbito da construção dos nós intermediários de articulação. Repetidas vezes, Estudante Entrevistada 9 e Estudante Entrevistada 10 indicam a compreensão das lutas construídas lado a lado com trabalhadoras terceirizadas como processos prático-pedagógicos valiosos. Além disso, as estratégias de investigação e recolhimento e divulgação anônima de denúncias e reivindicações de trabalhadoras terceirizadas possibilitaram que os militantes da FALTT mantivessem contato com os problemas práticos das trabalhadoras, mesmo em períodos de baixa mobilização e na ausência de greves ou protestos protagonizados por essas trabalhadoras.

As entrevistas com Estudante Entrevistada 9 e Estudante Entrevistada 10, bem como os materiais produzidos e divulgados pela frente indicam maior inclinação a exercícios de reflexão sobre a dimensão política dos problemas setoriais das trabalhadoras terceirizadas pobres da UFPR. As entrevistas expressam processos de reflexão crítica sobre: a) as ‘causas’ fundamentais ou essenciais dos problemas vividos por essas trabalhadoras para além de suas relações com o fenômeno da terceirização; b) os nexos e relações entre problemas que trabalhadoras e estudantes enfrentam; c) o papel de protagonismo que potencialmente pertence às primeiras no amplo espectro das lutas populares que almejam a transformação social; e, d) a importância das conquistas setoriais e parciais para os processos de articulação e autoconstituição dos movimentos dessas trabalhadoras (Apêndice 3).

Em entrevista concedida a Leonardi (2017, online), um militante da FALTT, por exemplo, afirmou:

A realidade do país explica por que os trabalhadores se sujeitam a isso. O índice de desemprego é o número mais assustador para o trabalhador que precisa colocar comida na mesa. Mas as condições do trabalhador terceirizado serão a nossa situação do futuro. (LEONARDI, 2017, online)

Também as menções de Estudante Entrevistada 10 ao poema de Bertold Brecht e à convergência de interesses de estudantes e trabalhadoras terceirizadas após a explosão da caldeira do RU do Botânico indicam percepção parecida.

Com relação ao reconhecimento da capacidade criativa dos movimentos de trabalhadoras terceirizadas pobres e de seu potencial protagonismo na autoconstituição do sujeito popular da transformação social, o seguinte trecho da fala de Estudante Entrevistada 10 é ilustrativo:

materialmente falando – mesmo que a gente vá abstrair a moral – se a gente busca um novo mundo, uma superação desses problemas, a gente vê que esses trabalhadores têm um grande potencial por terem essas condições materiais de... não terem nada a perder se não os seus grilhões. (Apêndice 3)

No que tange à importância das conquistas setoriais, Estudante Entrevistada 9 relatou o papel de tais conquistas na construção de laços de confiança mais profundos com as trabalhadoras terceirizadas e para os processos organizacionais que constroem suas lutas de maneira geral, reconhecendo, no entanto, os limites dos avanços setoriais esporádicos isolados e os efeitos negativos que o caráter efêmero desses avanços pode representar à construção de ações futuras.

A partir desses elementos, que se imbricam de forma progrediente à práxis de luta dos militantes da FALTT lado a lado com as trabalhadoras terceirizadas pobres do RU, a frente passa por um processo compreendido como de radicalização por seus membros. Os fatos apontam que as conquistas setoriais promovidas por esse processo, no entanto, se deram às custas do isolamento da frente e do movimento de trabalhadoras junto a outros atores sociais presentes na UFPR. Esse isolamento pode ser explicado, em parte, pelo caráter conflitivo entre alguns dos métodos utilizados na luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas e os interesses imediatos de alguns grupos de estudantes associado ao contexto de desarticulação interna dos estudantes na UFPR.

O discurso da reitoria se valeu dessa desarticulação, reforçando os aspectos conflitivos das pautas reivindicativas de trabalhadoras terceirizadas do RU e de estudantes. Dada a correlação de forças, a luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres foi deslegitimada junto à comunidade a partir da naturalização da restrição orçamentária e da suposta priorização dos interesses setoriais de estudantes nesse contexto. A participação de

membros da gestão do DCE “O Rolê é Nosso” nas instâncias formais de discussão dos problemas nos RUs promovidas pela reitoria e que excluía a participação de trabalhadoras é uma evidência importante desse processo de deslegitimação e de sua relação com o isolamento da frente e do movimento de trabalhadoras terceirizadas dos RUs.

A estratégia de ocupação do DSG e a pauta de recontração das trabalhadoras demitidas (aquelas que se mantinham em articulação com militantes da FALTT) também produziram problemas para articulação interna das trabalhadoras terceirizadas. A ocupação acabou sendo acompanhada da desarticulação e desvinculação dos interesses das trabalhadoras terceirizadas ‘entrantes’ e das trabalhadoras terceirizadas demitidas, colocando a FALTT no que Estudante Entrevistada 9 caracterizou como uma ‘sinuca de bico’.

As tentativas de criminalização da FALTT seguem na esteira desses acontecimentos. Após a ocupação, não há evidências de que tenham ocorrido novas ações realizadas pelos militantes da frente em conjunto com trabalhadoras terceirizadas pobres. O desfecho remete à importância dos processos de articulação dos diferentes atores sociais que compõem o campo popular para sua autoconstituição enquanto sujeito popular da transformação social apontada por Rauber (2005).

Por fim, cabe destacar que a FALTT enfrentou questionamentos sobre o caráter defensivo e transitório das conquistas construídas junto as trabalhadoras terceirizadas, segundo Entrevistada 9 (Apêndice 3). Esses questionamentos também estão expressos em comentários nas páginas nas redes sociais da frente (FALTT, 2019). Para uma parcela da comunidade acadêmica da UFPR, a luta ao lado das trabalhadoras terceirizadas teria de estar subordinada a ‘pautas mais amplas’ como a defesa da educação pública e a contraposição à terceirização. Posição parecida está expressa no Caderno de Teses do XXIII CONFASUBRA, na medida em que a inclusão das trabalhadoras terceirizadas é defendida a partir dos fins próprios da categoria de TAEs (FASUBRA, 2018). Essas posições remetem novamente à discussão sobre a importância da vinculação entre as lutas reivindicativas das trabalhadoras pobres e sua dimensão política, contribuindo para destacar, por contraste, os avanços produzidos pela articulação de estudantes e trabalhadoras na UFPR na subjetividade dos militantes e lutadores envolvidos.

5 CONCLUSÕES

Os ensinamentos produzidos pelas experiências de luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres na UFRGS e na UFPR revelam a defesa da autonomia, manutenção e ampliação do orçamento das Universidades Públicas Federais como um elemento comum importante e insuficiente para a articulação entre os atores sociais envolvidos. Importante por consistir em uma dimensão na qual os problemas imediatos enfrentados por trabalhadoras terceirizadas, estudantes, professores e TAEs da UFRGS e da UFPR foram postos em relação por militantes e trabalhadoras. Especialmente na experiência de luta na UFPR, através do processo de articulação da FALTT com o movimento de trabalhadoras terceirizadas do RU, essa dimensão contribuiu para a superação de alguns problemas relacionados à heterogeneidade dos atores sociais envolvidos, aos diferentes estágios em que se encontravam seus processos organizacionais e de construção de identidade, e, conforme argumento, ao papel da solidariedade como elemento aglutinante inicial.

Insuficiente porque o estabelecimento de nós intermediários de articulação consiste em apenas uma das etapas dos processos de articulação dos atores sociais que representam o campo popular e de (re)vinculação teórico-prática de suas pautas setoriais reivindicativas à sua dimensão política comum (RAUBER, 2005). O caráter efêmero e transitório das conquistas setoriais alcançadas é indicativo prático da necessidade de aprofundamentos nesse sentido. Conforme explica Rauber (2005), o processo de autoconstituição dos atores em sujeito popular da transformação não pode prescindir da construção de uma ‘posição a partir da oposição’, o que indica a necessidade de articulação dos atores a nível de proposição de um projeto comum. Para tanto, não basta apontar o interesse compartilhado em combater as políticas que impõem restrições ao orçamento das Universidades Públicas Federais, é necessária, ainda, a participação de todos atores sociais em articulação como protagonistas na construção de um projeto alternativo.

A construção de um projeto alternativo resulta um passo fundamental para articular os protestos e reivindicações (oposição) a propostas concretas e factíveis que sejam capazes de orientar a luta dos atores sociais articulados (posição). A tarefa requer que se identifique, entre as propostas reivindicativas concretas, aquelas cuja realização traria maiores repercussões políticas, sendo essas propostas aquelas capazes de articular pautas do maior número possível de atores sociais interessados na transformação social. Segundo Rauber (2003, p. 52), “construção de projeto, de poder e constituição de sujeitos resultam em elementos estruturalmente interdependentes e interconstituintes, cujo eixo vital se concentra sem dúvida

nos atores-sujeitos” em processo de autoconstituição, ou seja, na capacidade e possibilidade de que os atores sociais se constituam em sujeito e, portanto, de que construam alternativas populares para a transformação social.

Claro está que as experiências observadas estiveram longe de atingir o nível de articulação e de dispor das condições materiais, políticas e organizacionais necessárias à constituição de um projeto dessa natureza. Para caminhar nessa direção, a articulação que constitui a luta pela sobrevivência de terceirizadas teria de extrapolar o âmbito de cada uma das instituições de ensino superior nas quais foi travada. O processo parte sempre das pautas reivindicativas em cada situação concreta para estabelecer os elementos em comum entre essas pautas e as pautas de outros atores sociais, as relações estruturais entre uns e outros e, a partir delas, aquelas reivindicações com maior alcance popular para a construção de um projeto alternativo capaz de vincular a articulação de atores sociais diversos a um problema central.

Nos casos analisados, a articulação parte das pautas reivindicativas das trabalhadoras terceirizadas e da relação de solidariedade. Se buscou então estabelecer, a partir da reflexão sobre a dimensão política de cada problema setorial, as conexões entre esses problemas os problemas de outros atores sociais. Na experiência da UFRGS, a reflexão sobre a dimensão política das pautas setoriais de trabalhadoras pobres pode ser considerada como tendo sido incipiente. Na UFPR, o processo chega a avançar para a discussão sobre o papel das trabalhadoras pobres na luta em defesa das Universidades Públicas Federais. No entanto, ambos os processos apontam para a necessária construção de um projeto alternativo de universidade desde a participação e o protagonismo de seus setores populares e dos atores sociais que lutam por sua transformação. Projeto que, por sua vez, não é um fim em si, mas um ponto de partida para que se contemple, retome e engendre a discussão sobre o papel social e político das Universidades Públicas Federais presente na tradição do pensamento social brasileiro (PINTO, 2004; RIBEIRO, 1969).

É preciso ter claro que a transformação da sociedade, como defende Rauber (2003, p. 52), é um “processo objetivo-subjetivo coletivo e múltiplo”. Se o problema não radica em tomar o poder, mas em construir soluções desde baixo para atender aos interesses populares, isso só se faz possível se “os homens e mulheres desejam, em primeiro lugar, mudar a si mesmos transformando-se através de sua participação plena, consciente e crítica no processo de transformação social” (RAUBER, 2003, p. 52). É interessante enfatizar que o sujeito popular é heterogêneo não apenas por pressupor a articulação de uma diversidade de grupos, setores e estratos, mas também enquanto reconhece as diferenças existentes na composição de cada um

desses setores, grupos, movimentos etc., e a complexa composição da subjetividade dos diversos atores sociais.

Os atores estão intimamente ligados às suas lutas; é nas lutas que os atores sociais são constituídos, desfeitos e feitos, tanto no nível de sua existência setorial, quanto em sua relação com todo o movimento popular. Estes processos se desdobram em relações de conflito internas e com os outros atores, onde cada um desencadeia um processo de negação afirmando sua identidade como tal. Conceitualmente, o sujeito popular é um, mas em sua existência real é múltiplo, diferenciado, irredutível e insubordinado em suas diferenças. Há uma diferenciação lógica prática entre setores, atores e sujeito popular (articulação de atores-sujeitos). (RAUBER, 2001, p. 14)

A condição das trabalhadoras terceirizadas pobres da UFRGS e da UFPR impõe uma urgência e um tempo próprio necessários à construção de alternativas que não encontram correspondência na atividade dos movimentos sindicais de TAEs e professores ou de atores do movimento estudantil atualmente. Urgência que se relaciona às suas necessidades de sobrevivência imediatas. Tempo próprio que se relaciona ao atual estágio em que se encontram as construções de seus processos organizacionais, de formação de sua identidade coletiva, e de articulação interna e com outros atores sociais. Se assumimos que o protagonismo dessas trabalhadoras é fundamental para a composição das lutas em defesa do ensino público superior, esses elementos têm de ser também considerados.

Nos últimos anos, a estratégia aplicada para a redução no orçamento das Universidades Públicas Federais - processo compreendido por Estudante Entrevistada 10 e pelos membros da FALTT como de privatização das instituições públicas de ensino superior -, tem privilegiado cortes nos valores destinados ao custeio de despesas correntes e investimentos. Segundo documento elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFRGS, em 2019, o orçamento para custeio de despesas correntes e investimentos representou menos de 10% do orçamento total da instituição, o que fica próximo de inviabilizar suas atividades – a título de comparação, em 2015, essa parcela representava aproximadamente 15% da soma orçamentária. Nesse contexto, uma das medidas adotadas pela administração da universidade foi a redução de mais de 30% no número de trabalhadoras terceirizadas alocadas na instituição (UFRGS, 2019).

Esses eventos indicam que os efeitos do avanço do estágio neoliberal do capitalismo, ao menos no âmbito dos ataques conferidos às Universidades Públicas Federais que lhe correspondem, serão sentidos antes e em maior profundidade por trabalhadoras terceirizadas pobres. Nesse contexto, mais do que nunca, são valiosos os ensinamentos produzidos pelas experiências pesquisadas que apontam para a indissociabilidade entre a luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres que se dá nesses espaços e as demais lutas travadas em defesa dessas instituições. Ao contribuir para desvelar as relações entre uma e outras, as experiências analisadas contribuem com uma herança a ser retomada para a produção de lutas

vindouras cujo objetivo seja a realização de transformações sociais ou mesmo a superação das relações capitalistas de produção.

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho remete ao final de 2016, quando tive o primeiro contato com a luta das trabalhadoras terceirizadas da UFRGS. A intenção de apreender os ensinamentos do processo e contribuir de alguma forma para uma luta tão justa e necessária é o desejo que impulsionou a presente pesquisa desde então, por mais modestas que sejam as possibilidades de contribuição de pesquisas acadêmicas nesse sentido. De lá para cá, me defrontei com inúmeras dificuldades que lançam luz a algumas das principais limitações do trabalho. Em um primeiro momento, a pesquisa de campo exigiu o esforço de reconstituir eventos passados, o que consiste em uma limitação por si só.

Uma segunda limitação foi a dificuldade de contato com trabalhadoras terceirizadas pobres protagonistas dos processos de luta que, em sua maioria, haviam sido demitidas e/ou realocadas dos espaços da UFRGS e da UFPR. Além disso, as primeiras entrevistas realizadas nos diversos campi da UFRGS durante o expediente das trabalhadoras de limpeza, foram, em sua maioria, supervisionadas – algumas vezes, de longe; outras por um membro da supervisão que se colocava ao nosso lado em silêncio (Apêndice 2). Mesmo as que não foram supervisionadas, expressaram o desconforto que as trabalhadoras sentiam em ser entrevistadas em seu local de trabalho.

Nesse sentido, a conversa com Entrevistada 1 foi de extrema importância para a constituição do objeto de pesquisa, não apenas por seu conteúdo e extensão ou pela profundidade das respostas da trabalhadora, mas também por ter sido um momento de indicação de novas fontes e caminhos a serem percorridos. Também foram extremamente importantes, em um segundo momento, as contribuições das conversas com membros da FALTT e com trabalhadoras terceirizadas da UFPR realizadas em Curitiba, as conversas com estudantes da UFRGS e com representantes da ASSUFRGS e do ANDES-SN (Apêndice 1; Apêndice 2; Apêndice 3; Apêndice 4).

Outra limitação diz respeito às dificuldades em superar a perspectiva das relações de trabalho, a partir da qual, inicialmente, me aproximei das discussões teóricas sobre o objeto em questão. As discussões sobre as transformações nas relações de trabalho, acirradas no estágio neoliberal do capitalismo, muitas vezes, recaem sobre a organização de trabalhadoras terceirizadas, temporárias, ‘pejotizadas’ etc. (MARCELINO, 2006, 2008; SANTOS e SOUZA, 2017, STANDING, 2013). No entanto, o fazem, quase sempre, partindo dos efeitos que as novas e velhas formas que assumem as relações do trabalho têm sobre os meios mais tradicionais de organização, em especial a representação sindical.

Por fim, é importante destacar a necessidade de novos estudos ante a probabilidade de que articulações semelhantes entre movimentos de trabalhadoras terceirizadas pobres e outros atores sociais sejam encontradas fora do âmbito das universidades. O contexto atual apresenta inúmeros desafios a serem enfrentados, o que demanda respostas ainda não encontradas nos ensinamentos produzidos pela práxis de luta pela sobrevivência das trabalhadoras terceirizadas pobres nas universidades federais.

REFERÊNCIAS

ADUFAL. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas [online]. **Terceirizados da UFRJ paralisam atividades por falta de pagamento.** Maceió, 30 out. 2015. Disponível em: <<http://adufal.org.br/site/mostranoticia.aspx?cod=12738>>. Acesso em 12 mai. 2018.

ADUFES. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo [online]. **Trabalhadores terceirizados entram em greve na UFPR.** Vitória, 10 dez. 2015. Disponível em: <<https://adufes.org.br/portal/noticias/37-adufes/1216-trabalhadores-terceirizados-entram-em-greve-na-ufpr.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ADUFRJ. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro [online]. **Fundada a associação de trabalhadores terceirizados da UFRJ.** Rio de Janeiro, 4 mai. 2015. Disponível em: <<https://adufRJ.org.br/noticia/fundada-a-associacao-de-trabalhadores-terceirizados-da-ufRJ/>>. Acesso em: 8 out. 2018.

_____. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro [online]. **Terceirizados da UFRJ lutam por sobrevivência.** Disponível em: <<https://adufRJ.org.br/noticia/terceirizados-da-ufRJ-lutam-por-sobrevivencia/>>. Acesso em: 1 mai. 2018

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [online]. **Unidades da UFRJ fecham as portas por falta de pagamento a terceirizados.** Rio de Janeiro, 12 mai. 2015a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7488>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

_____. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [online]. **Trabalhadores da limpeza entram em greve na UFPel.** Pelotas, 6 mai. 2015b. Disponível em: <<http://andes-ufsc.org.br/trabalhadores-da-limpeza-entram-em-greve-na-ufpel/>>. Acesso em: 1 mai. 2018.

_____. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [online]. **Nota de repúdio contra as retaliações, perseguições e demissões levadas à cabo pela empresa Multiágil contra funcionárias terceirizadas que fizeram greve.** Porto Alegre, 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://andesufrgs.wordpress.com/tag/terceirizados-ufrgs/>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [online]. **Trabalhadores terceirizados entram em greve na UFPR.** Curitiba, 10 dez. 2015d. Disponível em: <<http://andes-ufsc.org.br/trabalhadores-terceirizados-entram-em-greve-na-ufpr/>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

ANTUNES, R. **O Novo Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A nova morfologia do trabalho. **Revista Jurídica**, Ribeirão Preto, a. 3, n. 3, p. 93-102, outubro 2013. Disponível em:
<<http://estacioribeirao.com.br/arquivos/revistaJuridica2013.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

_____. A sociedade da terceirização total. **Revista ABET**, 2015.

ASSUFRGS. Associação Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. **Todo apoio ao movimento em defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados da UFRGS**. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2015/12/19/todo-apoio-ao-movimento-em-defesa-dos-direitos-dos-trabalhadores-terceirizados-da-ufrgs/>>. Acesso em: 14 jul. 2018

_____. Associação Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS. **Terceirizados da Multiágil na UFRGS correm o risco de não receber rescisão**. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/2017/02/17/terceirizados-da-multiagil-na-ufrgs-correm-risco-de-nao-receber-valor-da-rescisao/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

ATTUFRJ. Associação dos Trabalhadores Terceirizados da Universidade Federal do Rio de Janeiro [online]. Sem Título. Disponível em: <<https://www.facebook.com/attufrj10/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

ATTUFRJ EM campanha pelos trabalhadores terceirizados da UFRJ. Produção de Associação dos Trabalhadores Terceirizados da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 nov. 2015 (4 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Vgvk7ZjfZY>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ATZENI, M. Workplace Conflict: **Mobilization and Solidarity in Argentina**. Hampshire: Palgrave Mcmillan, 2010.

AUDI, A. Protesto de Funcionários fecha restaurantes universitários da UFPR. **Gazeto do Povo online**. Curitiba, 16 dez. 2013. Disponível em:
<<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/protesto-de-funcionarios-fecha-restaurantes-universitarios-da-ufpr-52mzs2qnf84z0li4lrbij9vm6/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/2376/1/CadCRH-2007-349%20S.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Precariado e sindicalismo no Sul global. *Revista Outubro*, n. 22, 2014.

_____. **A Rebeldia do Precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016a. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 dez. 2016

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016b. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 set. 2016.

_____. **Portal do Microempreendedor**. 2019a. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>>. Acesso em 10 abr. 2019.

_____. **Ministério da Educação**. Projeto Future-se. 2019b. Disponível em: <https://isurvey.cgee.org.br/future-se/*/inicio>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRESCIANI, Luís Paulo. Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada. **São Paulo em Perspectiva**, n. 11, v. 1, 1997.

CARRANÇA, T. **Terceirizados fazem 7 de cada 10 greves do setor privado**. Valor Econômico online, 8 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/6201429/terceirizados-fazem-7-de-cada-10-greves-do-setor-privado>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

DCE UFPR. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná. **Nota de apoio à greve das trabalhadoras terceirizadas da UFPR**. Curitiba, 30 mar. 2016. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/dceufpr/photos/a.305209282888034/994895330586089/?type=3&theater>>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná. **Fechamento do RU**. Curitiba, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/dceufpr/photos/a.305209282888034/1501658119909805/?type=3&theater>>. Acesso em: 16 set. 2019

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Relatório Técnico - O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil**. São Paulo, 2007a.

_____. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Relações e condições de trabalho no Brasil**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, 2007b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livro/2008/relacoesCondicoesTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2007b.

_____. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>>. Acesso em: 26 jan 2018.

_____. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Terceirização e Precarização das Condições de Trabalho – Nota Técnica**. São Paulo, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

_____. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. São Paulo, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2018>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

DORNELAS CAMARA, G. Fundamentação moral do combate à pobreza no Brasil: um confronto entre os princípios orientadores do Banco Mundial, Rawls, Sen e do PNUD e o princípio ético-normativo da Filosofia da Libertação. Salvador, Anais do XII Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2012.

_____. Poverty eradication in Brazil: an analysis from the perspective of the Philosophy of Liberation. Manchester, Procedures of the 8th. CMS Conference, 2013.

DORNELAS CAMARA, G.; MISOCZKY, M. C. A produção teórica sobre a pobreza na administração. Rev. **Administração Pública e Gestão Social**, n. 11, v. 1, jul. 2019.

ENTREVISTA COM terceirizado do RU em greve. Produção de Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Curitiba, 18 out. 2017 [5min].

Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/videos/547593222250654/>>.

Acesso em: 15 mar. 2019.

ENTREVISTA FRENTE de Apoio à Luta dos Trabalhadores Terceirizados da UFPR.

Produção de Luciano Schmidt. Curitiba, 5 mai. 2018 (9 min). Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=KfYVcMjA-xA>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

FALTT. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Essa é a Frente de Luta em Apoio às Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR!**. Curitiba, 2016a. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR.

Denúncia: Explosão no RU. Curitiba, 28 set. 2016b. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR.

Sem título. Curitiba, 30 set. 2016c. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR.

Sem título. Curitiba, 24 nov. 2016d. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR.

Cadê a fiscalização da Reitoria? Curitiba, 2 dez. 2016e. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/photos/a.380735052269806/381297458880232/?type=3&theater>>. Acesso em: 5 mai. 2018

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **É ou não é verdade, trabalhador?** Curitiba, 1 dez. 2016f. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/photos/a.380735052269806/381295122213799/?type=3&theater>>. Acesso em: 5 mai. 2018

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Sem título. Curitiba, 11 dez. 2016g. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/392542831089028>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **A greve dos trabalhadores é justa! Viva a luta dos trabalhadores!** Curitiba, 22 nov. 2016h. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/photos/a.380735052269806/381298125546832/?type=3&theater>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Sem título. Curitiba, 5 abr. 2017a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/451934255149885>>.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Ato em apoio aos terceirizados da recepção.** Curitiba, 11 abr. 2017b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/203478313486208/>>.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Comunicado Geral da FALTT.** Curitiba, 16 out. 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/546774648999178?__tn__=K-R>. Acesso em: 5 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Vitória dos Trabalhadores.** Curitiba, 23 out. 2017d. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/549755475367762?__tn__=K-R>. Acesso em: 6 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Ato Relâmpago dos Trabalhadores.** Curitiba, 20 out. 2017e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/138562086891007/>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Comunicado da FALTT.** Curitiba, 19 out. 2017f. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 5 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Trabalhadoras, levantem sua voz! Essa luta é mais que justa!** Curitiba, 19 nov. 2017g. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/561404614202848?__tn__=K-R>. Acesso em: 6 mai. 2018

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Trabalhadoras de limpeza, a luta continua!** Curitiba, 17 dez. 2017h. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/574263316250311>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Sem título. Curitiba, 15 dez. 2017i. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/573348219675154>>. Acesso em: 6 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Sem título. Curitiba, 10 mar. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/613644525645523?__tn__=K-R>. Acesso em: 7 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Departamento de Serviços Gerais da UFPR está ocupado.** Curitiba, 10 abr. 2018b. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/630186513991324?__tn__=K-R>. Acesso em: 14 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Reitoria Desmobiliza Trabalhadores Terceirizados.** Curitiba, 15 mar. 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/photos/a.380735052269806/615909342085708/?type=3&eid=ARDweTe-IRBMQCLE7XMRsZHIq1qJQJ5smzOaTBq3jJ4jT0NuvS9vN2laWCL3RN112XsC78_UeKrgi4A1&__tn__=EEHH-R>. Acesso em: 17 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Campanha “Tem sangue no feijão que te alimenta”.** Curitiba, 16 mar. 2018d. Disponível em: <https://www.facebook.com/frenteemapoioasterceirizadas/posts/616554335354542?__tn__=K-R>. Acesso em: 17 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Grande Ato Contra a Perseguição Política dos Terceirizados.** Curitiba, 10 abr. 2018e. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/2031251583825007/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Calendário de Atividades da Ocupação.** Curitiba, 13 abr. 2018f. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/frenteapoioasterceirizadas/photos/a.380735052269806/631534777189831/?type=3&theater>>. Acesso em: 18 mai. 2018

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. **Nota de desocupação do DSG**. Curitiba, 17 abr. 2018g. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. Frente de Apoio à Luta das Trabalhadoras e Trabalhadores Terceirizados da UFPR. Sem Título. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frenteapoioasterceirizadas/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FASUBRA. Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. **Teses XXII Confasubra** [online], 2015. Disponível em: <<http://www.sintufsc.ufsc.br/wp-content/uploads/2015/05/TESES-XXII-CONFASUBRA-v.2.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2018.

_____. Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. **Caderno de Teses XXIII CONFASUBRA**. Poços de Caldas, 2018. Disponível em: <<http://fasubra.org.br/noticias/confira-o-caderno-de-teses-do-xxiii-confasubra/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FERNANDEZ, A. M. Política y subjetividade: assembleas barriales y fábricas recuperadas. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

FERRAZ, I. Crise na UnB: servidores e terceirizados ameaçam greve geral. **Metrópoles online**. Brasília, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/crise-na-unb-servidores-e-terceirizados-ameacam-greve-geral>>. Acesso em: 1 mai. 2018.

FOGLIATTO, D. Terceirizadas de limpeza da UFRGS paralisam atividades e exigem salário atrasado. **Sul 21 online**. Porto Alegre, 8 mai. 2015. Disponível: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2015/05/terceirizadas-da-limpeza-da-ufrgs-paralisam-atividades-e-exigem-salario-atrasado/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FUZEIRA, V.; TEIXEIRA, I. Após deixarem a reitoria, alunos da UnB deflagram greve geral. **Metrópoles online**. Brasília, 2 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/apos-deixarem-a-reitoria-alunos-da-unb-deflagram-greve-geral>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

GLOBO. **Professores da UFPR entram em greve por tempo indeterminado**. [online] Curitiba, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/08/professores-da-ufpr-entram-em-greve-por-tempo-indeterminado.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

GOMES, L. Com salários parcelados e sem vales, trabalhadores de terceirizada da UFRGS cobram resposta da reitoria. **CUT online**, 22 dez. 2016a. Disponível em: <<http://cutrs.org.br/com-salarios-parcelados-e-sem-vales-trabalhadores-de-terceirizada-da-ufrgs-cobram-resposta-da-reitoria/>>.

_____. Estudantes defendem ocupações em reunião com reitoria: ‘um semestre não vale 20 anos de congelamento’. **Sul 21 online**, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/11/estudantes-defendem-ocupacoes-em-reuniao-com-reitoria-um-semester-nao-vale-20-anos-de-congelamento/>>.

GOMES, L.; CANOFRE, F. Com salários parcelados e sem vales, funcionários de terceirizada da UFRGS pedem resposta da reitoria. **Sul 21 online**. Porto Alegre, 22 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/em-destaque/2016/11/com-salarios-parcelados-e-sem-vales-funcionarios-de-terceirizada-da-ufrgs-pedem-resposta-da-reitoria/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 6.

_____. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3.

KANNEMBERG, V. Funcionários Terceirizados da UFRGS realizam protesto e bloqueiam Túnel da Conceição. **ClicRbs online**. Porto Alegre, 22 dez. 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2015/12/funcionarios-terceirizados-da-ufrgs-realizam-protesto-e-bloqueiam-tunel-da-conceicao-4936306.html>>.

LEONARDI, J. Frente luta por mais direitos aos trabalhadores terceirizados da UFPR. **Jornal Comunicação online**. Curitiba, 1 mai. 2017. Disponível em: <<https://jornalcomunicacaoufpr.com.br/frente-luta-por-mais-direitos-aos-trabalhadores-terceirizados-da-ufpr/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

LEVANDO AO Consumidor da Universidade Federal do Rio de Janeiro as reivindicações dos trabalhos terceirizados da Praia Vermelha e do Fundão. Produção de Associação dos Trabalhadores Terceirizados da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 3 nov. 2018 (1 min). Disponível em: <<https://www.facebook.com/attufrj10/videos/284040225651832/>>. Acesso em: 13 set. 2019

LOURENÇO, E. A. S. Terceirização: a destruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. **Serv. Soc. Soc.**, n. 123, p. 447-475. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0447.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

LUCIANO, A. 2016. Trabalhadores ficam feridos após acidente em RU da UFPR; universidade fará perícia no caso. **Gazeta do Povo online**. Curitiba, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/trabalhadores-ficam-feridos-apos-acidente-em-ru-da-ufpr-universidade-fara-pericia-no-caso>>.

LUTA DOS terceirizados da UFRJ – 2014. Produção do Movimento Correnteza. Rio de Janeiro, 21 abr. 2014 (10 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/embed/vzx0Kh3KbMo>>. Acesso em: 15 set. 2019.

MARCELINO, P. R. P. Terceirização do trabalho no Brasil e na França. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2., 2006, Londrina. Anais...: Londrina, GEPAL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/paulareginapereiramarcelino.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018

_____. Terceirização e Ação Sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil. Tese de Doutorado apresentada Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MISOCZKY, M. C. Teorización organizacional: de las mutaciones funcionales a las posibilidades de uma crítica ontológica. In: **Tratado de Estudios Organizacionales**, Medellín, v. 1, 2017.

MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D.; BÖHM, S. Organizational practices of social movements and popular struggles: understanding the power of organizing from below. **Qualitative Research in Organizations and Management**, 2017, v. 12, n. 4, p. 250-261.

MORENO, A. C. Dados do Ministério da Educação comprovam falta de investimento nas universidades. **ADUFPB online**. João Pessoa: 29 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.adufpb.org.br/site/dados-do-ministerio-da-educacao-comprovam-falta-de-investimento-nas-universidades/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MORTARI, A. D.; MISOCZKY, M. C. A construção cotidiana de greves em uma universidade brasileira. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 3-8 dez. 2017, Montevideo.

NETO, João Amato. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 33-42, 1995.

NOVAIS, D. Sintfub de reúne com 130 terceirizados da UNB que serão demitidos. **Correio Braziliense Online**. Brasília, 27 set. 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2017/09/27/ensino_ensinosuperior_interna,629504/sintfub-se-reune-com-130-terceirizados-da-unb-que-serao-demitidos.shtml>. Acesso em: 01 mai. 2018.

NUCADA, L. Acidente com caldeirão no RU Botânico deixa trabalhador hospitalizado. **SINDITEST-PR online**. Curitiba, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.sinditest.org.br/2016/09/acidente-com-caldeirao-no-ru-botanico-deixa-trabalhador-hospitalizado/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

OCUPA IFCH. Movimento de Ocupação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. **Mobilização em Apoio às Terceirizadas**. Porto Alegre, 21 dez. 2016a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaifch/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. Movimento de Ocupação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. **Manifesto de Desocupação**. Porto Alegre, 22 dez. 2016b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaifch/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

OCUPA FABICO. Movimento de Ocupação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. **Unificou: é estudante junto com trabalhador**. Porto Alegre, 8 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupafabico2016/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PANCOT, B. Terceirizados da UFRGS protestam. **Band Online**, 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticias/100000745377/terceirizados-da-ufrgs-protestam.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PINTO, A. V. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

PORTAL BANDA B. Válvula de vapor rompe e deixa funcionários de restaurante universitário feridos na UFPR. [online]. Curitiba, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.bandab.com.br/geral/valvula-de-vapor-rompe-e-deixa-funcionarios-de>>

restaurante-universitario-feridos-na-ufpr/ >. Acesso em: 3 mar. 2019.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Neoliberalismo, antineoliberalismo, nuevo neoliberalismo. Episodios y Trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: **Neoliberalismo em América Latina: Crisis, tendências y alternativas**, 2015, p. 19-42.

RAUBER, I. Construcción de Poder Desde Abajo: conceptos claves. In: RAUBER, I. **Construcción de poder desde abajo, claves para una nueva estratégia**. Santo Domingo: Pasado y Presente, 2000.

_____. **Actores Sociales, Luchas Reivindicativas y Política Popular**. Santo Domingo: Pasado y Presente, 2001.

_____. **América Latina: movimientos sociales y representación política**. Santo Domingo: Pasado y Presente, 2003.

_____. **Sujetos Políticos: Rumbos estratégicos y tareas actuales de los movimientos sociales y políticos en América latina**. Santo Domingo: Pasado y Presente, 2005.

_____. **Revoluciones desde abajo: gobiernos populares y cambio social em Latinoamérica**. Buenos Aires: Continente, 2012.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, A. L.; KREIN, J. D. A formalização do trabalho, crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. **Rev. Nueva Sociedad online**, jun. 2012. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/a-formalizacao-do-trabalho-crescimento-economico-e-efeitos-da-politica-laboral-no-brasil/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SANTOS, M. L. O.; SOUZA, R. M. Terceirização e exploração do trabalho: resposta necessária do capital à sua crise. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luiz. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/terceirizacaoexploracaodotrabalhorespostanecessariadocapitalasuacrise.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

SARZI, L. Paralisação no Restaurante Universitário da UFPR deixa estudantes sem almoço. **Tribuna online**. Curitiba, 16 dez. 2017. Disponível em:

<<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/paralisacao-no-restaurante-universitario-da-ufpr-deixa-estudantes-sem-almoco/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

SINDISCOPE. Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II. **Trabalhadores terceirizados reafirmam necessidade de criar associação da categoria no CPII**. Rio de Janeiro, 17 jan. 2018a. Disponível em: <<http://sindscope.org.br/lutas/geral/trabalhadores-terceirizados-reafirmam-necessidade-de-criar-associacao-da-categoria-no-cpii>>. Acesso em: 1 mai. 2018.

STANDING, G. **O Precariado: a Nova Classe Perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SU, S. Funcionária da Venturelli revela seu dia a dia dramático. **ADUFRJ Online**, Rio de Janeiro, nov. 2015. Disponível em: <<https://adufpr.org.br/noticia/funcionaria-da-venturelli-revela-seu-drama/>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

TENENTE, L.; FIGUEIREDO, P. Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores. **G1 online**, 15 mai. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

TERCEIRIZADOS UNIDOS: o que? O reitor veio nos ouvir? Produção: Associação Unidos Terceirizados. Porto Alegre, 9 dez. 2016 [5min.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/unidosassociacao1/videos/153949395082911/>>.

TOZZI, D.; SALVADOR, H. Depois de uma semana, chega ao fim a greve nos restaurantes universitários da UFPR. **Jornal Comunicação online**. Curitiba, 23 out. 2017. Disponível em: <<https://jornalcomunicacaoufpr.com.br/depois-de-uma-semana-chega-ao-fim-greve-nos-restaurantes-universitarios-da-ufpr/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Nota da Reitoria sobre os Restaurantes Universitários**. Curitiba, 24 abr. 2018a. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/nota-da-reitoria-sobre-os-restaurantes-universitarios/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. Universidade Federal do Paraná. **Restaurantes Universitários da UFPR terão 35 novos colaboradores para aprimorar atendimento aos usuários**. Curitiba, 9 mar. 2018b. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/restaurantes-universitarios-da-ufpr-terao-35-novos-colaboradores-a-partir-da-proxima-semana-para-aprimorar-atendimento-aos-usuarios/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

_____. Universidade Federal do Paraná. **Nota da Reitoria sobre a ocupação promovida por**

estudantes. Curitiba, 10 abr. 2018c. Disponível em:
<<https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/nota-da-reitoria-sobre-a-ocupacao-promovida-por-estudantes/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul [online]. **UFRGS regulariza repasse de verbas a terceirizada e funcionários recebem pagamento.** Porto Alegre, 9 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-regulariza-repasse-de-verbas-a-terceirizada-e-funcionarios-recebem-pagamento>>. Acesso em: 13 set. 2019

_____. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ata da 1246ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário.** Porto Alegre, 25 nov. 2016.

_____. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Redução nos Recursos de Custeio e Capital e o Bloqueio Orçamentário: impactos sobre a UFRGS no Exercício de 2019.** Porto Alegre, 2019.

UNB. Universidade de Brasília. **Termo de Acordo firmado entre a Administração Superior da UnB e o movimento Ocupa UnB** [online]. Brasília, 28 abr. 2018. Disponível em:
<http://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/28042018_AcordoReitoria.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VIANA, M. T. Terceirização e sindicato: um enfoque para além do direito. **Revista do TRT da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 37, n. 67, jan./jun. 2003. Disponível em:
<<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/73293>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

ZIMMERMANN, A. **A precarização tem gênero e raça: um estudo sobre a terceirização na UFRGS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

Apêndice 1

Entrevista com Entrevistada 1 (A), trabalhadora de limpeza da UFRGS, realizada no dia 18 de maio de 2018, no Campus da Saúde da UFRGS. Concedida à Fernando Scherer (F):

A - Quando eu entrei, eles não tava... né... assim atrasando, e aí depois eles começaram.

F - E tu entraste pela Multiágil?

A - Sim, eu entrei direto pela Multiágil e fiquei 2 anos e 8 meses lá com eles. Só que assim, quando eu entrei, tinham colegas que já faziam esses protestos, entendeu?

F- Já existia uma mobilização?

A- Já existia uma mobilização!

F- E o que o pessoal falava?

A - A gente parava, às vezes o pessoal parava tudo porque... não atrasava o salário... atrasava o VT e o vale-alimentação. Aí, a gente ‘não, se não tem vale-transporte a gente não vem trabalhar, não tem alimentação a gente para e não faz nada’. Não vamos trabalhar sem comida. Então a gente fazia isso, às vezes levava um, dois dias, entrava. Quando levava mais a gente começava a fazer... ir pra frente da prefeitura, sabe... a começar a botar uma pressão maior. E ali a gente foi vendo né? Só que dali, aconteceu... começou a acontecer muito seguido. E aconteceu uma retaliação, em fevereiro.... acho que de 2015. Fevereiro de 2015 teve uma retaliação porque tinha muito protesto, entendeu? E eles fizeram, como eu digo, quase uma venda de escravos, sabe? Eles chamaram alguns... foi quase uma venda de escravos. Porque eles chegaram, eram 4 supervisores de outros postos, chamaram uma lista de funcionários, e eles com uma planilha, diziam: ‘essa vai, essa vai, essa vai’. Parecia uma venda de escravos.

F- Listaram todo mundo?

A - Listaram as pessoas que participaram dos protestos e foi: ‘esse vai pra mim, esse vai pra lá, esse eu não quero’. E foi, foi assim como eu estou te contando. Levaram o pessoal, tiraram o pessoal. Uns mandaram embora, outros pediram demissão porque não queriam sair dali.

F- Realocaram o pessoal?

A - Sim por que? Porque o pessoal estava se organizando e estava ficando muito forte aquilo ali.

F- Isso tudo lá no campus do Vale?

A - Sim, isso lá no campus do Vale! Isso, aí a gente tinha sempre uma ajuda da nossa advogada, a Dra. Valnês Bitencourt. Aí então ela sempre ajudava a gente. Mas nesse dia, fomos pegos de surpresa porque eles nos chamaram às 15h. Entendeu?

F- Eles chamaram todo mundo sem avisar nada? Não avisaram nem que ia ter a reunião?

A - Isso, foi depois do carnaval inclusive. Então o pessoal estava voltando... eles pegaram o pessoal e fizeram aquela feira de escravos. Aí tá, a gente deu uma acalmada na situação. A gente botou, como se diz, as barbas de molho um pouco. Porque as cabeças do... do... saíram, entendeu? Só que assim, daí a gente... bom mas a gente não pode deixar assim, isso não pode acontecer! Vamos pra... pro ministério do trabalho, vamos pro sindicato, vamos cobrar, vamos em cima, vamos fazer umas denúncias, vamos protocolar alguma coisa no... Então aí a gente foi, foi indo, se organizando, fazendo protestos. Até que chegou a ocupação. Que aí foi em 2016. Aí o pessoal já estava chegando mais perto de nós, porque os estudantes sempre tiveram junto com a gente, mas não em grande número. Então ali a gente começou.... ali eu comecei a participar bastante das rodas de conversa, eles vinham conversar com a gente, a gente fazia paralisação. Aí o primeiro ato que fizemos grande, foi quando eles prometeram não dispensar ninguém... eu não sei te datar o dia... até daí a gente... eles mandaram uns colegas embora... Estava tudo ocupado, era um dia de protesto, tinha uma paralisação que eles tinham fechado o pórtico e o pessoal estava subindo. A gente estava chegando de manhã e o pessoal estava subindo do protesto. Aí eu falei com a Fernanda, que, bah o sobrenome da Fernanda não vou saber te dizer, ela é da Letras. Eu acho que ela é estudante... [...]. Aí digo, porque era o contato mais que a gente tinha. Aí eu disse ‘ó Fê, olha... aconteceu assim, assim, assado’. E o nosso pessoal, já tinha dito: ‘ó, fala com a Fernanda, que eles estão ocupando e vamos ocupar a prefeitura’. Vamos ocupar a prefeitura em protesto né. Enquanto os advogados, enquanto o pessoal tava chegando, né. Então eles seguram na prefeitura enquanto a gente chega. Aí eles falaram: ‘você vão, some daqui, né? Que nós vamos ocupar a prefeitura’. Aí eles entraram tudo.

F- Eles quem, no caso? Os alunos?

A - Os alunos! Aham, reivindicando a retaliação que os terceirizados tiveram. Fizeram muito pra... pra proteger, pra... pô tentar impedir a retaliação. Aí tá, daí mandaram um monte de desculpas, que eles não estavam demitindo, estavam botando pra um outro lugar, e uns tinham muita falta e não sei o que. Até que uns voltaram e outros não.

F- Deram as desculpas de sempre...

A- Sim! E aí o tempo foi passando, e a gente protestando, e aquela coisa, fazendo reunião e... depois posso te passar algumas fotos e vídeos

F- Quero sim!

A - Ontem eu tava na correria, mas pensei 'bah vou pegar material pra mostrar pro pessoal'. Mas depois eu te mando [...]. Tem um vídeo que a gente leu uma carta pro reitor que o cara nem olha pra nossa cara. [...] Como eu digo, a gente era discriminado até pelos próprios porteiros. A gente tava protestando parado, eles passavam e nem olhavam pra gente. Tu acredita? Pô esses caras ganham menos do que nós!

F- E eles tão todos os dias aqui trabalhando contigo e não se sentem teus colegas de trabalho.

A - Não se sentem colegas! Não se colocam do lugar da pessoa. Porque eu limpo um chão, eu sou menos do que qualquer outra pessoa. É incrível isso, sabe?

F- E a terceirização tem um papel nisso, né?

A - Sim! Porque o que que acontece... onde tu busca mão-de-obra terceirizada? É na favela. E na favela tu não tem escolaridade, tu não tem escolha, tu tem que trabalhar, então tu tem que te sujeitar àquilo que o teu patrão te submete. Tu tem que pegar dois, três ônibus pra trabalhar por um mísero salário mínimo. A favela é longe. Então tu não tem tempo pra pensar, pra poder estudar, fazer um curso. Muitos guerreiros conseguem, né?

F- O pessoal tem filhos pra sustentar também né! Tu tem filhos?

A - Sim, eu tenho filhos. Não é fácil. Aí eu tô tentando pôr minha filha dentro da UFRGS. É uma escola pública, né, que ela tenha a possibilidade de entrar e estudar sem pagar nada. Mas se eu tivesse condições nunca que eu botaria ela aqui. Até pela desigualdade. Mas igual, esse assunto é muito complexo... A gente vai falar nessas coisas, a gente cai em contradição. Porque tu quer dar estudo pro teu filho, mas está brigando com a universidade porque é desigual.

F- É complicadíssimo.

A - Sim, até a função das cotas que saiu agora... foi ampliado o gene racial até pra avós. Bem complicado isso aí

F- Um monte de branco entrando pelas cotas raciais.

A- Sim, tu tem um avô negro ou índio, tu pode entrar.

[...]

A – O pessoal dá uma acalmada nos ânimos, se as pessoas se desmobilizam, vai pra um lado e vai pro outro. Eles vão lá e fazem, deixa assim, ninguém tá vendo. E o problema é que não podemos deixar assim, é uma injustiça que está acontecendo. E o que que a gente dizia assim, muito no... no... onde o reitor ia, nós íamos atrás. Aquilo ali era, né... os

terceirizados tinham que entrar, tavam na pauta dos alunos nas reuniões. E a gente tava participando de tudo! Eu, né, na realidade eu participei de tudo ali. Aí era sempre.... poxa vida, vocês não estão vendo o que está acontecendo. Vocês veem na rua um mendigo passando fome. Mas vocês não estão vendo as pessoas passando fome aqui dentro! Dentro da universidade! O seu filho... o seu filho, tu tendo que pagar juros pra deixar o teu filho na creche, tu não tem dinheiro, não tem o que comer, não tem o que dar pro teu filho. E a maioria dos pobres, realmente, as mulheres sustentam sua família sozinhas. Aí esse era um discurso da gente, entendeu? Era pro pessoal se mobilizar e vir junto com nós.

F- E essa mobilização... como surgiu a ideia da associação e o que aconteceu mais ou menos?

A - É. A associação foi... ela já tinha sido pautada pela doutora Valnês, com as gurias anteriores a mim. Mas as gurias não levaram adiante. Aí veio mais a Berna, que é da ASSUFRGS. Que aí ela veio, a gente começou a fazer umas reuniões, aí veio mais advogado. Aí a gente começou a ter uma regularidade de reuniões até formar um grupo. Isso durante as ocupações. Durante as ocupações a gente formou a associação. Aí a gente se organizou, entendeu? Daí a gente teve mais vontade, mais de... de... de batalhar, de correr atrás. Tanto que a empresa saiu... entre aspas.

F- Por que?

A- Não, essa SR é uma laranja da Multiágil.

F- O dinheiro vem do mesmo lugar...

A - É eu não tenho como saber, entendeu? Não sei como a gente faz pra descobrir isso. Mas porque... assim que a Multiágil saiu, tinham pessoas que eram de dentro da Multiágil, que eram do RH da Multiágil, que estavam trabalhando nessa empresa, recrutando. Entendeu? Então mas, poxa vida, então já era pra ter saído, porque... É uma laranja. Então só pra baixar a poeira, né? E o reitor assim, ó. A gente foi no CONSUN, a gente não pôde entrar, né. Mas teve uns 4, 5 professores e técnicos que pautaram a situação dos terceirizados. Eu até tinha... mas estou sem meu telefone aqui... [...] Vou ver também se tenho o áudio da reunião e a carta que mandamos pro reitor.

F- Me ajudaria muito, se conseguir o áudio. Porque é um absurdo que existam essas formas de impedir que vocês se organizem como trabalhadores

A - Sim, sendo que seria muito mais fácil tu... tu... tu dar, como eu vou te dizer... hã... dar dignidade. Dar dignidade pra pessoa. Em vez de atrapalhar a luta da pessoa, porque tu não vai chamar... não vamos sentar e vamos conversar. Por que que tu não vai e muda? Porque a gente vê que tem muita coisa pro trás dos panos. Porque tem um órgão que fiscaliza os

terceirizados aqui dentro. E a GERTE, ela não fiscalizava. Se tu ganha multa porque teu funcionário não vêm trabalhar, e muitos não trabalhavam, porque não é aplicado a multa nos terceirizados? Da limpeza! Porque? Porque meu namorado trabalha na terceirizada de manutenção e o supervisor disse pra eles 'se faltar sem justificativa, é mais fácil a empresa te botar pra rua do que pagar a multa'. Então, se faltar e não trazer justificativa, vai embora. Eles deixavam bem claro, não tem esse negócio de ficar faltando sem justificativa. Porque daí eles têm que prestar contas com a universidade. E por que que a Multiágil não fazia isso? A Multiágil, tu batia teu ponto biométrico, tu tinha que ir dentro da salinha do supervisor assinar um papel que tu tava aí. E o supervisor no fim do mês mandava um relatório de faltas. E às vezes vinha contraditório. Tá, mas no meu contracheque tá uma coisa mas eu não faltei! Entende? Então pra empresa era um e pra UFRGS era outro.

F- Tem muita coisa errada aí. Com relação de novo à associação. Teve gente envolvida que foi demitida daí

A -Sim! Eu fui a primeira a ser demitida. Depois do natal, o natal foi no domingo o dia 24. Nós fizemos um protesto grande na quinta e na sexta, onde a gente fechou lá na Osvaldo. Aí o reitor tava em reunião com a ASSUFRGS, a Berna tava lá, tava um pessoal, e vamo fazer barulho. E ela levou a nossa carta, vamos fazer barulho com eles e vamos tomar um jeito. Aí, ligaram pra Multiágil, chamaram lá, ó. E aí começou a entrar o dinheiro nas contas, os décimos terceiros.

F - Logo depois da pressão que vocês fizeram.

A - Isso a gente fez uma pressão bem grande, não deixamos rolar reunião nenhuma porque a gente fez barulho mesmo. Deve ter vídeo também dessa reunião. Eu acho que ainda tenho. Foi em dezembro de 2016. Aí, na segunda-feira, no dia 26, eu cheguei pra trabalhar e o meu supervisor mandou eu nem bater o ponto e me apresentar na empresa. Eu e uma outra colega minha, a Rosana Pinto. A Rosana. Nós duas se apresentar na... porque a gente era os cabeças, entendeu?

F- Retaliação política mesmo!

A - Isso. Aí o pessoal queria muito, porque a gente já estava cansado dessa situação. Porque gera um desgaste psicológico muito grande. Muito, porque a gente já estava cansada, já não aguentava mais. E aí tu ter que sair e 'vamo brigar, vamo brigar', mas a gente já estava cansado. Aí o pessoal, os alunos 'não, vamos ter que fazer alguma coisa, eles vão ter que te readmitir'. E eu, 'não quero, não quero'. Eu disse eu não quero, não quero. Aí nesse meio tempo do natal aí, em dezembro a gente começou a se mobilizar nos outros. Vamo se unir, vamos fazer um grande. Tanto que a gente fez dois dias de protestos ali no centro. Que a

gente começou a chamar o pessoal né, fazer grupo. Vamos parar, vamos protestar, vamos se reunir todo mundo lá. E vamos contestar. Na sexta-feira, 23 de dezembro, a gente pressionando porque já estávamos sem o décimo terceiro. Meio-dia já estava o dinheiro entrando nas contas. Aí já em Janeiro, anunciaram a saída da Multiágil. Aí começaram mais uns a ir pra rua, foi aos poucos, entendeu? Aqueles que estavam bem mobilizados começaram a ganhar aviso-prévio. Tivemos reunião, onde tiveram alguns absurdos. Dessa mesma semana, antes do ato do natal, eu vou ver se ainda tenho esses áudios, deve ter ainda guardado... de repente a Drika tem... dessa reunião que tivemos com a Multiágil nessa mesma semana antes do natal. Porque aí a gente queria ocupar a GERTE, entendeu? A gente queria fazer uma pressão pra ocupar a GERTE. Aí tanto é que eles deram um prazinho pra nós pra entrar (o dinheiro), que seria até quinta. Aí quinta-feira não entrou, na sexta-feira nós protestamos de novo e entrou. Eles queriam dar um cansaço na gente pra não entrar. Sendo que a universidade tinha dito que estava tudo sendo repassado. Aí eles disseram que... aí, eu vou arrumar esse áudio pra ti. Porque eles disseram que tinham sido pagos outros funcionários primeiro, porque não era justo alguns ficarem.... Bom mas, se a universidade paga pra nós que somos os trabalhadores, porque que vocês vão pagar os outros? Ué, agora os outros recebem e a gente não, ou paga mixaria, paga metade, isso e aquilo.

F- Desculpa esfarrapada!

A - Com certeza! Aí foi onde que deu isso aí tudo, aí foi demitido, a empresa saiu. Ela saiu da universidade, entre aspas ela saiu. Só que o pessoal, é muito difícil mobilizar o pessoal. Mas o que que eu acho assim, não sei se estou dando uma desculpa, ou se estou fazendo uma análise, porque eu meio que penso por mim, sabe? Porque na situação que a gente vive, hoje em dia, de tu trabalhar, de tu ter filhos, é muito maçante. Tu vai pensar assim: “poxa, vou ter que me estressar”. Aí tu vai ter que ir lá ficar brigando, esperando... eu preciso ir pra casa, tenho que pegar meu filho. Sabe? As pessoas começam a não ter ânimo e a se acomodarem com a situação. A, mas já tá ruim. Só que se eu ficar brigando, eles vão me botar pra rua.

[...]

A - Não poderíamos nem conversar com alunos. A gente não pode conversar com alunos, não pode conversar com técnicos. Os técnicos não podem dar ordens pra nós. Não podem pedir nada pra nós. Tipo, um trabalho em que tu não fala com ninguém. Tu entra e sai... eu dizia até assim, tu faz um artigo “os invisíveis da UFRGS”, “os invisíveis da universidade”, quem são os invisíveis, sabe?

F- Quem mantém tudo funcionando.

A - Só que isso é bem complexo, porque não é só a limpeza que é terceirizada. Tem muito técnico. E porque é só com a limpeza? [...] Por que é sempre com os mais pobres? Por que não é com o técnico de informática que trabalha? Porque eu sei que tem um pessoal que faz coisas que o pessoal do quadro da UFRGS não faz. Tem um monte de gente que é da UFRGS aí que não trabalha. Canso de ver essas mulheres coordenadoras velhas, antigas, que já eram da limpeza, tratar nós pior do que cachorro. Né, olha... me dava uma raiva porque eu via uns caras.... e aqueles que entraram bem antigamente, que entravam por... não sei como eles entravam... aí tu vê um pessoal que não sabe nem escrever te olhar com cara de nojo. Pelo amor de deus, quem esses caras pensam que são? Em te achar como se tu fosse um... cara, dentro da universidade tu é menos do que um cachorro. Porque tu não pode xingar um cachorro na universidade, pelo menos lá no Vale não pode. Não pode, deus o livre. A coisa é escrachada, é gritante, as pessoas pedem socorro dentro da universidade e ninguém vê. Um grito que ninguém escuta. Enquanto estão preocupados com graduação, com isso e com aquilo, e não escutam os gritos de socorro. Porque... porque tu vê assim, eu me perguntava, pô, dentro da universidade, eu achava uma coisa tão legal. Universidade do Rio Grande do Sul, referência né, excelência... pô, eu nunca ia imaginar que dentro de uma universidade existia assim, uma escravidão. Porque isso é escravidão, a terceirização é escravidão.

F- Eu estou na UFRGS desde 2007 e fui me atentar para o problema dos terceirizados somente em 2016. Foram 10 anos até escutar esse grito. As pessoas estão passando fome dentro da universidade, empregadas!

A- Sim, e agora os terceirizados não podem comer no RU, né?

F- Subiu pra mais de nove reais, né?

A - Isso daí foi o que... Porque o pessoal nem queria, queria que fosse feito nos RUs uma parte só pros terceirizados e outra pros alunos, entendeu? Então... tipo assim ó... parece que tu tem uma doença contagiosa, que tu não pode chegar perto do convívio com os alunos, com os técnicos, com a universidade toda, entendeu? Então subiu pra tirar os terceirizados de lá. Porque o vale-alimentação não paga. E de onde que vai tirar? Então subiu pra nos tirar mesmo.

Apêndice 2

Entrevistas com trabalhadores não-identificados da SR Serviços realizadas durante o mês de março de 2018 no Campus Central da UFRGS. Concedidas à Fernando Scherer (F)

Entrevistada 2:

F- Qual o teu nome?

J- J...

F- J..., há quanto tempo tu trabalha na UFRGS através da SR?

J- Na verdade tem... uma semana.

F- Começou agora?

J- É, comecei.

F- E antes disso, onde tu trabalhava?

J- Como diarista.

F- E quais as mudanças que tu tá sentindo, o que tu tá achando?

J- Não, tem bastante diferença né? Tem umas garantias a mais, e assim... Serviços de casa com o tipo da faculdade é diferente. A faculdade é mais tranquilo e diarista não, já é bem mais puxado. Pega umas casas grandes, daí te exigem tal coisa. Pra ti fazer é bem puxado do que... trabalhar digamos com firma né.

F- E como diarista, tu ia pra vários lugares, trabalhava em lugar fixo...?

J- É. Na verdade eu tinha 4 casas. E aí ia uma a cada dia. Aí era bastante puxado. Porque é casa diferente né. Tamanho diferente também. Então bem complicado.

F- E aí tu vieste pra cá agora essa semana... primeira semana de trabalho.

J- É já tô indo pra segunda semana. Aí soube que tinha vaga na empresa, fui lá. Consegui rápido, graças a deus, e aí ainda consegui a vaga aqui (UFRGS, prédio da FACED).

F- Que é uma das melhores?

J- É.

F- E o que tu tem achado do trabalho aqui?

J- Bom.

F- Tem boas condições de trabalho? Tem uma salinha pra vocês se trocarem aqui?

J- Tem, tem, tem armário.

F- Tem refeitório?

J- Tem, a gente consegue tomar um cafezinho.

F- Isso não tem em todos os lugares da UFRGS, né.

J- É tem lugares que não tem!

F- E tu tem filhos, J...?

J- Tenho 4 filhos.

F- E tu mora com eles?

J- Sim, os quatro moram comigo.

F- Mais alguém mora com vocês?

J- Minha mãe.

F- E como faz para conseguir sustentar o pessoal, pagar as contas, eles ajudam?

J- Olha, como é que eu posso dizer.... a gente se vira nos trinta né. Porque são duas adolescentes, 15 e 16, e dois pequenos. As duas já tão querendo fazer cursinho né? A mais velha está atrasada, mas a mais nova já foi pro segundo ano e quer fazer alguma coisa na área de veterinária. A outra já quer ir pro lado jurídico.

Entrevistada 3 (L) e Entrevistada 4 (A):

F- Há quanto tempo vocês trabalham aqui pela SR?

L- Agora mês que vem vai fazer um ano que eu trabalho aqui.

A - E eu vai fazer 5 meses.

F - Tão gostando?

L - Sim, é bom.

A - É bom.

F- E o que vocês faziam antes?

L- Antes eu trabalhava numa lavagem de carro com meu tio. Daí como ele fechou, eu peguei procurei outro e vim pra cá de carteira assinada. Que antes não era de carteira assinada, era com o tio e não tinha muito....

F- E onde era a lavagem?

L- Na João Wallig, ali no Iguatemi.

[...]

F- E tu, A..., o que fazia antes?

A - Eu era funcionária de limpeza.

F- Na mesma empresa?

A - Não, outra firma. Só que aí acabou o contrato com a... porque era num condomínio né...

F- E geralmente os contratos que eles fazem é por 1 ano?

A - É.

F- E era uma empresa que fornecia serviço pra um condomínio?

A- É. Era terceirizada também. Mesma coisa.

F- E tu tem filhos?

A- Tenho uma de 12 anos.

F- E tu L...?

L- Uma de quatro patas, só. Também dá trabalho, tem custo e tem tudo isso aí.

F- E vocês moram com quem?

L- Eu moro com meu marido.

F- E aí os dois dividem as despesas da casa, inclusive o filhote?

L- Isso.

F- E tu, A...?

A- Moro só com a minha filha.

F- E consegue se virar?

A- Se vira nos trinta.

F- E aqui (FACED) vocês tem condições de trabalho? Sei que vocês tem um refeitório e salinha pra se trocarem, o que no resto da UFRGS muitas vezes não tem...

L- Na verdade, é só um vestiário né. Porque não tem fogão, não tem geladeira, não tem nada.

F- Não tem nada no refeitório? Nem micro-ondas?

L- Não, o que tem é só a pia. O que tem é o do oitavo, mas aí é só do pessoal que trabalha aqui mesmo.

F- E o pessoal que é terceirizado não pode usar?

L- Não. Aqui a gente tem o armário que coloca as coisas da limpeza, e o armário que coloca nossas roupas só. E aí tem a pia pra lavar os panos.

F- Não tem nem micro-ondas pra esquentar a comida... e aí vocês trazem de casa comida, como faz?

L- A gente comprou agora a última... uma... uma jarra elétrica, que aí a gente esquentar a água e passa direto na térmica e traz bolacha, essas coisas que dá pra comer sem esquentar e sem pôr na geladeira.

F- E o RU ficou muito mais caro, né?

L- Sim! Eu cheguei a trabalhar ali também. Foi pra R\$ 9,50.

Entrevistada 5 (E):

F- Há quanto tempo tu trabalha com a SR?

E- Comecei sexta-feira.

F- Conversei com outra colega tua agora há pouco que começou essa semana também! E antes disso, onde tu trabalhava?

E- Trabalhei na Excelence e trabalhei na Multiclean, terceirizadas também.

F- E aí tu trabalhou lá por contrato?

E- Sim, trabalhei dois anos na Excelence e um ano na Multiclean.

F- E onde tu trabalhava por essas empresas?

E- Olha, eu trabalhei na Secretaria da Agricultura, trabalhei na Secretaria da Educação, na Secretaria da Justiça, no Tribunal de Contas....

F- E sempre fazendo limpeza interna?

E- A única que eu trabalhei na copa foi na... na Multiclean, porque eu era copeira. Aí vai como auxiliar de cozinha na carteira. Mas na Excelence eu trabalhei dois anos na limpeza.

F- E tu sentiu alguma diferença nessa empresa em que tu está agora?

E- Não... tudo é mais ou menos a mesma coisa. Assim, não vi....

F- Em relação à condição de trabalho aqui? Tem salinha pra vocês, refeitório....

E- É que acho que depende muito do posto. Aqui não tem.

F- Nada?

E- Nada. Esse setor aqui é horrível.

F- E como tu faz pra te trocar?

E- Troco no banheiro. Mas o banheiro pra se trocar também....

F- É horrível!

E- É horrível.

F- E refeitório nada?

E- É tem lugar que tem, mas aqui não tem. Aí lá eu não sei se é pra todo mundo, mas não dá.

[...]

F- E tu tem filhos?

E- Tenho, 3 filhos. Duas filhas mulher e um homem.

F- Qual a idade?

E- A mais velha 26, a do meio tem 16 e o menor tem três anos.

F- E eles moram os três contigo?

E- Não, só o menor. A mais velha já tem a casa dela e a mais nova tá na casa do pai.

F- E mais alguém mora contigo?

E- Não, separada!

Entrevistada 6 (Ca); Entrevistada 7 (K) e Entrevistada 8 (D):

F- Há quanto tempo vocês trabalham na SR?

Ca- Um ano.

K- Um ano.

D- Vai fazer um mês.

F- E antes vocês trabalhavam aonde?

Ca- Ih... trabalhei em muitos lugares

K- Muitos lugares.... Aqui pela Multiágil também.

F- Aqui, trabalhando na universidade?

K- Isso, fiquei um ano e quatro meses.

F- E tu ficava alojada aqui também?

K- Aqui no prédio novo. Esse aqui do lado (o que está desmoronando).

F- E vocês todas tão aqui no prédio novo?

Ca- Não, eu sou aqui agora.

K- E agora, eu sou daqui ó. Da engenharia.

F- E todas vocês fazem a limpeza interna aqui da universidade?

Ca- Isso.

[...]

K- Das duas às oito.

Ca- Das duas às oito.

D- Eu é da uma às sete.

F- E todas vocês recebem os R\$ 700,00 mais insalubridade mais o vale-alimentação?

K- Sim.

Ca- E mais as passagens.

K- Sim, só que a insalubridade é diferente. Ela (Camila) é azul, ela é quarenta (por cento), nós somos vinte.

F- Qual a diferença?

K- É que ela limpa banheiro. E nós os outros compartimentos

D- Mas igual, a gente trabalha igual. A gente só não limpa banheiro.

F- E vocês já trabalharam pra outras terceirizadas?

Ca- Eu era da Multiágil, mas eu trabalhava na Casa do Estudante.

F- E vocês sentem diferença de uma empresa pra outra?

Ca- Por enquanto essa aqui tá sendo melhor né?

F- Por que?

Ca- A... tudo em dia, as coisas em dia. Tão pagando bem direitinho.

F- As anteriores não pagavam?

Ca- É.

K – A Multiágil deu problema né. Aqui mesmo, ano passado.

Ca- Eu to na justiça com a multiágil.

F- É mesmo?

K- Eu saí e tô na justiça também.

F- E agora tão brigando pra receber o que eles devem pra vocês? Ficaram devendo o décimo terceiro?

K- I... tudo. Eu trabalhava feriado, natal, ano novo. Trabalhava no meio dos mortos, no meio dos vivos e não ganhava nada. Cadê os 100%? Depois de um ano e meio eu fui me ligar. Três anos trabalhando na Multiágil e depois de um ano e pouco eu fui ver que não recebia aquele tal de [adicional de] 100% do ano novo, do natal.

Ca- Nem os 40% de insalubridade.

K- Os 40%... Ih... tudo, eu vou dizendo olha [...].

F- E tudo isso eles tinham te prometido na hora de assinar.

K- Não, isso aí era pra dar o certo né.

Ca- O contrato é uma coisa e fazerem é outra né. No contrato eles te põem ali tudo. A gente tá ciente do que tá escrito no contrato. Mas não cumprem, aí fazer o que.

F- E aí quando não cumprem como faz? Tem que correr atrás, brigar?

Ca- Aí vai empurrando, né, porque a gente precisa trabalhar. Mas chega hora em que dá um basta e temos que correr atrás dos nossos direitos, né. Tamo trabalhando, temo que receber.

K- Tem filho esperando. Tem a casa, aluguel pra pagar, roupa pra botar. E aí?

F- Recebendo em dia já é difícil né?

Ca- É difícil ter que ir atrás.

F- E como vocês fazem em casa? Tem filhos Denise?

D- Três filhos.

K- Eu tenho dois

Ca- Eu tenho quatro.

F- E moram com os filhos? Tem mais alguém em casa?

K- Graças a deus (mora sozinha)

Ca- Não.

D- (Acena que também mora só com os filhos).

F- Moram todas só com os filhos?

Ca- Antes sozinha do que mal acompanhada né meninas.

K- Chego a hora que eu quero, só aviso 'ó filha, vou chegar tarde'.

Apêndice 3

Entrevistas com Entrevistada 9 (H) e Entrevistada 10 (V), membros da FALTT, realizadas entre os dias 22 e 24 de agosto de 2018 em Curitiba. Concedidas à Fernando Scherer (F)

Entrevistada 9:

[Sobre a relação com os trabalhadores terceirizados. Imediatamente antes, ele estava relatando as relações com os terceirizados, as desconfianças por parte desses trabalhadores para com a FALTT por conta das dificuldades em obter avanços ou vitórias relacionados às demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados].

H – Então isso foi o que... foi daí que entrou aquela questão assim, que eu tinha falado. A empresa... começou a dizer: vocês não receberam férias por causa desses caras aí [alunos]. E porque eles não receberam férias: porque o contrato acabou de entrar, tu tem que cumprir um ano do contrato pra tirar férias. Então, é “há vocês não tiveram férias no final do ano, tiveram que vir aqui trabalhar” - porque a reitoria obriga eles a virem aqui no dia 10, dia 15... enfim, nos dias que a gente gostaria que elas tivessem férias, que é uma proposta que a gente tem há muito tempo, que é entre o natal e o ano novo... elas são obrigadas a vir. Natal e Ano Novo, elas são liberadas, o dia, entendeu?

F- Só o 25 e 31.

H – Isso! E [período entre essas datas] ninguém vem aqui, fica fechado, entendeu? Então elas têm que vir e limpar quando não precisa. E daí a gente não consegue reverter isso, num primeiro momento. Só que quem, quem é próximo da gente, quem conhece, quem a gente conversa, aí sabe, que são assim aqueles 10%. Hoje, a gente já passou por isso. Grande parte das trabalhadoras já sabem isso. Algumas ainda entram naquele 'puxasaquismo', do tipo: “não quero perder meu emprego, não quero perder meu emprego, dane-se qualquer coisa”... Que a gente entende, não é de julgar isso ou qualquer coisa... E quem sou eu pra julgar a condição delas...

F – Claro.

H – Mas, é... entra nessa situação em que.. as próprias trabalhadoras, grande parte delas, se coloca, querem realizar alguma coisa. Então mesmo as que não fazem parte desses 10% entendem a situação do país, entendem a situação da universidade, receiam da universidade ser privatizada. É... e essa é a última lição que a gente tem assim, até hoje. Que é: o trabalhador

terceirizado, que acho que é aquela questão principal assim, talvez a maior importante – o trabalhador terceirizado é um sujeito político que, no Brasil, tem uma participação política muito importante. Sendo 30% da população ativa hoje, é... esse trabalhador tá muito 'puto', tá muito revoltado. E o que a gente vê hoje, por exemplo... Tem um jornal, não sei se tu conhece o jornal A Nova Democracia.

F – É daqui?

H – Não, é do Brasil inteiro. É um jornal é... do povo, não é financiado por nenhuma empresa, e ele se mantém vendendo. E ele chamou a gente várias vezes pra escrever pra isso. Que eles viam a gente na página [facebook], e disseram “pô a gente luta pelo trabalhador e vocês têm algo meio inédito aí, que é estudante lutando por trabalhador terceirizado”. E chamaram a gente 3 vezes pra escrever pra lá. No DSG, quando a gente surgiu que foi a questão mais... é foi um pessoal daqui que... comunicou assim... falou “ó gostei da proposta, o que que vocês estão fazendo?”, e na greve da cozinha. Foram três momentos que chamaram a gente pra escrever e a gente não escreveu. Porque a gente estava cheio de coisas.... a gente... a FALTT é uma coisa meio complexa, bem diferente, do normal. Principalmente porque se a gente vacila um dia, o trabalhador vai nos cobrar, entendeu? Tipo, vocês não falaram lá com aquele cara? E aí a gente começou, por exemplo, a conversar com os trabalhadores sobre a questão política. Então, recentemente, quando a gente começou a ver quais são as denúncias, quais são os problemas, a gente começou,: “pô, o que você acha da situação do Brasil?”. E a gente começou a ver que a maioria dos trabalhadores está extremamente 'puto' com a situação, entendeu? Grande parte não vai votar. E isso surpreendeu bastante a gente, assim, é, como esse sujeito que está em uma situação economicamente precária, ele reivindica, acima de tudo uma luta política.

F – Que ultrapassa, pelo que tu colocas, a questão da própria universidade.

H – Sim! E essa questão, esse trabalhador que é excluído da universidade.... me parece que ele também é excluído da universidade porque ele está com uma consciência mais clara, muito mais preocupado com questões nacionais. Muito menos individualista do que quem está dentro da universidade. Porque a condição de vida dele é condicionada completamente pela realidade brasileira. [...] E isso até é o que quebrou bastante gente recentemente, não... quebrou no sentido bom assim, de “pô, esses caras aí são muito avançados, tão muito ligados na situação econômica”. E foi algo que também, no meu caso, né... nos nossos casos assim, questiona ainda mais a situação institucional, a situação mesmo dos partidos políticos, entende? Das organizações que hoje têm no movimento estudantil e sindical... que ignoraram esse pessoal por muito tempo. Então... a luta pelos trabalhadores hoje ela é... a gente mantém o contato sistemático com os trabalhadores, entende? E tem negociado as questões na portaria, sempre...

[...] como eu vou dizer, tomando a portaria como um processo burocrático onde a gente tem que solucionar os problemas pontuais dos trabalhadores de forma mais rápido o possível, mais pragmático o possível. Então às vezes vem lá discurso político... a empresa vem lá e diz “ah esse pessoal de esquerda, etc.”. A gente tenta limar, entendeu? A gente fala, olha isso aqui não é um debate. Vocês não vão convencer a gente, a gente não vai convencer vocês, entendeu? Então, ó, o que que dá pra fazer? E... e por outro lado, com os trabalhadores, a gente percebe que existe essa maior (tentação?) do... do... da resolução política. Eles chegam: “e aí, quando que vai rolar a próxima greve?” Que é aquela vontade de luta, então, essa é a lição que a gente mais leva, de que o trabalhador terceirizado está muito mais disposto a lutar do que nós mesmos. Mesmo que não seja só por ele. Mesmo que seja por outras questões.

F – Mesmo que seja em solidariedade aos estudantes como tu relataste?

H – Sim, exatamente! Mesmo que seja em solidariedade aos estudantes. Eles querem participar. Então, agora, isso é uma coisa interessante, as assembleias comunitárias, têm ocorrido com catracas... as pessoas da FALTT. [PERDA DE MATERIAL]

[...]

Entrevistada 10:

F- Botei aqui agora o gravador.

V – Então eu vou começar a falar, vou te mostrar aqui vídeo e outras coisas. Talvez eu repita algumas coisas que ele [Heitor] disse, mas... aí eu vou tentar dar um panorama, que eu acho que ele pegou mais a FALTT, então ele não pegou tanto o movimento estudantil, mas eu vou tentar focar mais nisso. Que eu acho que talvez dê outro material. Você vai pensar assim... na UFPR o movimento estudantil, no geral nunca se importou muito com os trabalhadores terceirizados. O movimento estudantil, que... sempre tomava a dianteira mesmo dos técnicos e professores, e... em determinados momentos inclusive se aliava com eles. Então apesar de os estudantes, os técnicos e os professores, quando paralisam sempre terem muita força, porque o sindicato aqui, no caso da UFPR, o SINDITEST, que é o o sindicato dos técnicos, quando eles paralisam, embora eles paralisem com menos frequência, quando eles paralisam eles têm muita força. O movimento estudantil raramente faz uma greve sozinho, sem que tenha greve concomitante aos técnicos e professores. Em 2015 aconteceu uma greve com professores, técnicos e estudantes, [???] para a reitoria. E... nesse mesmo ano teve atraso de meses no pagamento dos trabalhadores terceirizados. E o movimento estudantil da época, ele se aliou, meio que a reboque dos

terceirizados. Então os terceirizados se mobilizaram sozinhos e os estudantes deram algum apoio, mas era um apoio ainda esparço. Aconteceu a mesma coisa que vocês já sabem, relataram lá inclusive. As trabalhadoras botaram a cara a bater, foram lá na reitoria, fizeram ato, e... e o que aconteceu foi que apesar da mobilização ter bastante força, sucesso, acabou com as trabalhadoras demitidas como sempre. Foi nisso que a gente percebeu, 2016 então, é... tinham várias organizações, no caso eu participei da organização, né, Alvorada do Povo. Eu participo dessa organização. Em 2016 ela não existia. Por que que eu estou te contando isso, porque 2016 começou a ter de novo atraso nos salários e coisa assim, e a gente percebeu “pô, sempre tem sacanagem na universidade, tá tendo precarização, os efeitos de uma crise econômica, moral, política e social e tudo mais, que primeiro cai em quem? Se a gente for fazer uma correlação de força na universidade, quem que é mais forte: primeiro a reitoria, depois, quem mais tem força são os professores pela dependência que se tem deles, se eles param a universidade para e tal. Depois dos professores são os técnicos, no geral, na nossa avaliação. E depois disso são os estudantes. Então os mais fracos, porque têm o elo da terceirização, que eles não são ligados de fato nem à empresa nem à universidade, com a PL 4330 que foi aprovada, piorou ainda mais o vínculo com a universidade. É... isso fez com que a gente percebesse: eles são os mais fracos, no geral, porém eles são também os que mais se ferram e por isso têm mais 'ódio de classe', por assim dizer. Têm as condições que permitem que eles queiram fazer um monte de coisas, queiram se mobilizar... mas eles não têm muitos meios. E a gente pensou, é... enquanto estudantes, enquanto trabalhadores em formação, enquanto um grupo que é muito grande, mas que passa por um período em que não está muito organizado e não tem muita força, a gente pensou... se eles vão ser os primeiros a serem atacados, porque a gente vai ficar esperando eles serem atacados para depois isso chegar na gente? Então tem uma questão que... mesmo se a gente pensar de forma individualista, pensa putz... É aquele programa do Brecht, sabe? Primeiro levaram os negros, depois os operários, depois não sei o que...

F – Sim, no fim, só sobre eu.

V – Isso! Daí a gente pensou: “Pô logo depois vai ser a gente”. Então, se eles cortam hoje um contrato de serviço de terceirizados, logo mais vai ser o RU que vai subir, daí depois vão começar a cortar técnicos, professores, aí assim por diante. Até que se privatiza a universidade, que é meio que o movimento que a gente enxerga na coisa. Então o que a gente pensou, antes da gente esperar por isso, vamos pegar quem tem essa pré-disposição a se mobilizar, ainda que não tenha os instrumentos pra isso, e vamos agir como... o movimento estudantil, de certa forma, agindo como um impulsionador e um escudo dos trabalhadores. Então a gente não

buscava protagonizar a luta dos trabalhadores, porém.... mas buscava impulsionar as demandas que eles tinham sem ter os meios pra alavancar, né, fazer pra frente.

F – Como que tu enxerga essa atuação, tu falaste em um escudo, e ao mesmo tempo na importância de partir da interpelação desse pessoal. Como aproximar essa relação? [...]

V – Então, acho que eu vou conseguir te responder no processo aqui de como a FALTT surgiu e como foi se dando essa relação. Então... foi percebendo que... eles sempre estavam sofrendo ataques constantemente e que os estudantes, eles ajudavam em momentos esparsos quando estavam mais organizados. Mas era necessário um instrumento talvez, que impulsionasse esse potencial de mobilização e politização dos trabalhadores. Mas a gente não tinha isso tão claro, no início... não caiu do céu. Mas foi aí que se juntou a FALTT, que é um grupo de estudantes, percebemos “nossa, a gente precisa fazer alguma coisa”. Inicialmente se juntaram 30 na primeira reunião, de várias organizações, vários independentes: anarquistas, comunistas, socialistas sem definição, mas todo mundo se solidarizava então com a luta. E o nosso objetivo era somar à luta das trabalhadoras que mais uma vez tavam se organizando contra o atraso de meses no salário. Teve uma pressão boa no começo, porém foi essa pauta se encerrar, que as reuniões passaram a ter 4, 5 pessoas. E... A gente passou um bom tempo pensando, se batendo: “bom, isso é justo e necessário, porém quando as lutas estão arrefecidas, eles vão lá e demitem uma leva e morre tudo”. E a gente pensava “bom e o que a gente faz? Uma associação dos trabalhadores? Pensamos muitas vezes isso. Uma frente só de estudantes? A gente tem que ter terceirizados na nossa reunião? É uma frente de estudantes que apoiam os trabalhadores ou de trabalhadores? A gente teve dúvida atrás de dúvida. Então, por muito tempo a gente teve poucos estudantes reunidos, aí o que a gente percebeu, talvez o companheiro tenha te contado... Mas, a gente percebeu como deve ser a ordem que a gente tem que seguir pra potencializar essa luta. Primeiro ele falou investigação, provavelmente né?

F – Sim! (Risos)

V – Investigação, investigação, investigação.

F – Ele falou exatamente isso.

V – É. É que a gente percebeu, a gente precisa sistematizar o que está acontecendo, entender o que está acontecendo e não chegar agindo igual louco. Então a gente pega e recolhe as informações. “Putz, então o equipamento básico, o EPI tá faltando” isso e anota. “Tá vindo um desconto inventado no salário, não teve nenhum atraso mas saiu atraso na folha de pagamento”, pergunta pros trabalhadores, “o que tá acontecendo aqui, tem um encarregado abusando?”. Então a gente via questões econômicas, que são as mais óbvias, as que mais aparecem, mas tinham também questões políticas, que é o encarregado abusando, fazendo assédio moral

fortíssimo. Então, não sei como é na UFRGS, mas na UFPR a limpeza só tem trabalhadoras mulheres pra fazerem os serviços mais precarizados. Não tem nenhum homem. É uma questão de opressão da mulher bem presente ali. Que além de ser um trabalho que em casa é feito pela mulher, também nas universidades...Então a gente foi investigando. Qual que é o próximo passo? A partir da investigação a gente faz a agitação, que é denunciar os problemas que a gente descobria. Criamos a página no Facebook, que hoje a gente não acha que é o melhor instrumento, mas é um instrumento. Em que... pra não ficar só com a gente, a gente faz a agitação. Para que os estudantes vissem, os terceirizados vissem, a gente ia lá usava a página, e ia entregar panfleto. E pegava as denúncias. Então se tinha uma trabalhadora ali e queria mandar sua denúncia anônima, mas tinha medo, porque às vezes tem encarregado olhando [as conversas presenciais], “mande aqui pra gente”. A gente recebia muitas denúncias.

F – Isso pelo Facebook?

V – Isso, muitas, muitas denúncias anônimas. A gente preparou uma apresentação, a gente percebeu, “na semana do calouro vamos divulgar a FALTT pra trazer estudantes pra nos ajudarem”. Então a gente fez essa apresentação [me mostra a apresentação]. Ah isso o que eu te expliquei, o que é a FALTT e tal, e aí o que a gente faz “panfletagens, conversas, denúncias, a gente fez [ocupação?] na UFPR, atos de rua, pesquisas, daí aqui a terceirização, explicando um pouco e tal... Como funciona, o que os estudantes podem fazer, o que a FALTT já fez... Daí já vou chegar aqui. Então a gente fez muito tempo investigação e agitação. A gente não chegava... antes da gente começar a aprofundar debates, como funciona a terceirização o que é... a gente ficou um tempo mais investigando e agitando. [...] Logo em seguida, a gente começou a fazer propaganda. Então o que a gente entende como propaganda: que é ir além de ir no nível... assim a agitação é como pegar as contradições que os trabalhadores viam de forma mais escancarada, então... um assédio moral, o EPI faltando, os problemas mais escancarados... e a propaganda é pegar esses elementos e relacionar eles com... é... a própria natureza da terceirização... como... desenvolvimento do capitalismo, das relações de produção do capitalismo, como ele surgiu no Brasil, pegou e discutiu a terceirização no Brasil... pegou a história na UFPR e discutiu como se deu pra aprofundar e pra mostrar pros trabalhadores, pros estudantes e pra comunidade acadêmica como um todo que... é... aquilo ali ia continuar sempre.... então existia muita ilusão de que aquilo ia melhorar de repente... que nada! Entra uma empresa e uma empresa ia ser melhor que a outra. Então as coisas foram indo, mais ou menos assim, nessa ilusão até a explosão da caldeira, que foi bem impactante. De novo, é um evento que mobiliza os estudantes até a nível mais individualista... a explosão de caldeiras no RU põe a segurança de todo mundo em risco, do trabalhador, é... do estudante... Aí ali

conseguimos mobilizar mais gente, expor que as caldeiras já... os trabalhadores já reportavam problemas nas caldeiras já há mais de cinco anos... Aí fizemos um ato no RU, que está aqui, [Heitor falou sobre esse ato, os trabalhadores solicitaram à FALTT que impedisse a sua entrada no trabalho para bater o ponto, para que pudessem iniciar uma assembleia para declarar a greve]. [...]

V- "O estudante te orienta, tem sangue no feijão que te alimenta" foi o grito que fizemos no RU logo após a explosão da caldeira... Então tinha bastante coisa, aí com o tempo foi aproximando a luta contra a PEC 55, que virou EC 95, se não me engano... e a... outra... PL 746, (???), hoje reverberando na BNCC e tudo mais de várias formas... acho que a maior luta que vai ter nesse ano vai ser a BNCC. De qualquer forma, isso tomou um pouco mais o lugar e a FALTT ficou em segundo plano, porque tinha muita coisa acontecendo no movimento estudantil.

F – Houveram ocupações na UFPR? Sei que o movimento secundarista começou aqui no estado...

V – Sim, o movimento secundarista começou em 2016 na escola Arnaldo Jansen de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba e... foi o maior movimento de ocupações secundaristas no mundo. Então... foi maior que o movimento de ocupações que aconteceu no Chile, o movimento dos pinguins, lá que foi bem famoso há alguns anos atrás... vários anos atrás, né. E daí, teve também ocupações universitárias bem fortes. Quase todos os campi da UFPR foram ocupados. No Brasil inteiro teve bastante mobilização. E daí... eu queria falar mais disso, porque isso é bem interessante, mas vou focar aqui... É... Fizemos, colamos algumas coisas no RU e tal, cartazes [diante do acidente que feriu gravemente trabalhadores do RU do campus Jardim Botânico]. Fizemos um ato onde puxamos o 'tem sangue no feijão que te alimenta'... várias coisas. Então, foi a luta contra a PEC, tivemos vitórias e derrotas, a PEC foi aprovada de qualquer maneira e tudo mais. E aí chegamos em 2017, a FALTT voltou com algumas pessoas a mais. Tinha tido um respaldo grande nas lutas do passado, então a gente começou a ter uma boa visibilidade e os problemas da terceirização continuaram a se manifestar. Então deu um problema com os recepcionistas, no recebimento do FGTS que eles não tinham recebido e várias coisas, a gente foi até o sindicato, pra cobrar do sindicato uma atitude e também cobrar a empresa, levou bastante gente, dá pra ver [e me mostra uma foto do ato em frente ao sindicato] a gente cobriu os rostos aqui pra... enfim... não denunciar ninguém

F – Claro, claro. Tem uma galera mesmo...

V – A gente foi numa reunião, com o sindicato, com empresa, e a gente colocou os trabalhadores terceirizados lá e conseguimos colocar estudantes nossos... Porque o advogado do sindicato lá é muito pelego... Eles são pelegos profissionais. Então agente colocou os estudantes, porque os

estudantes são os que ali vão dar bastante a cara ao tapa bastante. A gente conseguiu cobrar pra que eles pagassem o FGTS, pagassem o que era devido, então ali nós tivemos uma vitória. Pequena ainda, uma vitória econômica, mas uma vitória que vale mencionar. Aí aqui [passa para outro ponto na tela do PC], ele [Heitor] deve ter mencionado a greve, você deve ter visto os vídeos e toda a coisa. Que acho que foi o maior ato da FALTT até hoje. Que foi a greve dos trabalhadores da cozinha em outubro de 2017. O que acontece, em 2017 acho que em todos os estados do Brasil, eu tenho a impressão, e aqui também, a maior parte das organizações tinham o argumento que estávamos num momento de refluxo após a derrota da PEC e da MP, e que não tinha movimento estudantil, movimento não sei o que, não tinha nenhum movimento. Teve aquela Greve Geral no dia 28 de Abril, no país inteiro, mas tirando isso não teve graaaandes mobilizações visíveis, arrefeceu bastante. Porém, na nossa avaliação, é... acabavam apregoando um imobilismo que era muito negativo, porque as coisas continuavam acontecendo. Os terceirizados lá da cozinha tavam se ‘ferrando’ um monte! Teve um corte de R\$ 150,00 no vale alimentação, como você viu lá... Eles queriam se mexer, só não tinham muitos meios, não sabiam muito como, falavam ‘putz, a gente vai ser tudo demitido’. A gente pega e fala, ‘pô, pelo menos uns 20 estudantes a gente bota pra... pra ajudar no piquete, pra gritar palavra de ordem, pra trancar rua, cobrar reitor, cobrar empresa, pra ir lá na justiça, no tribunal do não sei o quê’. E eles pegaram e falaram, ‘há, então vamos’. Aí eles pegaram e fizeram uma assembleia e a gente estava só vendo. E daí uma trabalhadora tomou a dianteira e falou: “quem aqui acha que a gente tem que fazer greve?”. Todo mundo levantou a mão, unanimidade. Aí a gente pensou, ‘bom... se vocês querem greve, tamo junto’. Eles quem nos mostraram o caminho, como era possível ajudar eles. Disseram ‘vão lá e não deixem a gente entrar pra bater o ponto’. E foi assim que começou.

F – Mas isso já reflete a relação que vinha sendo construída desde o início, com o trabalho que vinha sendo feito.

V – Sim, com certeza eles não teriam tanta confiança se a gente não estivesse mostrando ali. Porque eles sabem que estudante ‘mete o loco’. Daí essa greve, não vou falar muito porque sei que você leu bastante coisa, mas foi uma semana bem grande, aconteceu muita coisa, vou te mostrar um vídeo daqui a pouco que a gente fez e não botou no Facebook por questão de segurança... que a gente fez e teve uma vitória muito grande. E foi um tapa na cara de todas as organizações, outras organizações do movimento estudantil, da UFPR, que.... a reitoria foi contra até o último dia. O rei... o vice-reitor na época, ele veio inclusive me ameaçar, de certa forma.... eu tava na frente do RU e ele veio dizer: “a polícia federal só não tá aqui porque o

reitor não deixou, porque... era pra tá”, contra a gente estudante, né. Pra mim, isso é uma ameaça.

F – Sim.

V - Até acho que ele era na verdade... um um dos pró-reitores, um dos ‘chefões’. E o que aconteceu daí, foi que a gente teve essa vitória, teve a conquista dos R\$ 150,00 do vale-alimentação, teve a não criminalização dos trabalhadores, uma grande vitória... A FALTT saiu com muita visibilidade desse episódio do RU. O problema foi que de dezembro para janeiro, quando acabaram as aulas, todos... praticamente todos eles foram demitidos. Trocou a empresa, eles, além de cortarem o quadro geral de trabalhadores, demitiram – tudo isso aqui ó [mostra a foto], são trabalhadores, ali atrás só que é estudante, e mais um monte de outros que não estão nessa foto foram demitidos – e... cortaram de novo o vale alimentação porque trocou a empresa.

F – Voltaram a reduzir os R\$ 150,00?

V – Isso, voltaram a reduzir. Mas uma vez mostrando o caráter da terceirização. E isso foi um golpe também, um pouco, nos trabalhadores, que diz algo como ‘ó, se vocês se mexerem, vão ser demitidos’. E a reitoria, é... apesar de não ser ela quem demite, ela emite opiniões sobre os trabalhadores e tal, ela faz uma avaliação, ou pelo menos fazia até a terceirização do RU que aconteceu também por ordem do MEC, que acho que aconteceu no Brasil inteiro, que agora privatizou basicamente. E daí, a reitoria indicou também quais trabalhadores haviam se mobilizado. Então ela mostrou uma faceta também muito reacionária. Isso porque eles têm uma face bem de esquerda né, o reitor é do pessoal do PT e tal, é uma face bem de esquerda, mas na prática... Eles tinham filmagens dos trabalhadores, um monte de coisas que entregavam pra empresa pra dizer quem era bom pra contratar e quem não era. E daí, um erro nosso foi não termos nos mobilizado contra isso na época. A galera estava mais longe, até porque as aulas não estavam acontecendo.

F – É estratégico também fazer essa movimentação enquanto os estudantes estão de férias, né, a mobilização é dificultada? Isso aconteceu na UFRGS na volta do carnaval [...]

V – Enfim, o que daí a gente percebeu é que a FALTT fazia muita coisa boa, muita coisa justa, porém... a gente tinha aquela história: investigação primeiro; segundo agitação; terceiro, propaganda. A gente viu que faltava um elemento que era o 4º: organização. A FALTT proporcionava, e proporciona ainda hoje, um meio de organização dos trabalhadores que é... limitado - porque ela é uma frente aberta de estudantes, como ela opera até então, né, como ela operou até então. Mas a gente sempre pensou numa associação dos trabalhadores, sindicato dos trabalhadores, o que a gente faz? E uma associação dos trabalhadores sempre esteve em pauta. Só que a gente sempre teve em mente, pelas experiências que a gente teve, que uma associação

dos trabalhadores iria terminar em demissão. A gente viu, não sei se você chegou a achar a ATTUFRJ.

F – Sim, já vi um pouco deles.

V – Então, que também eles criaram uma associação, mas parece que morreu porque eles foram todos demitidos.

F – É, uma avaliação minha até é que o que aconteceu é que ela assumiu um caráter mais assistencialista, menos combativo.

V – Vira filantropia. Não que a gente não deva fazer algum tipo de ajuda, mas... É preciso saber combinar. Igual, com esse trabalhador queimado a gente foi lá e fez uma vaquinha. Mas o principal é o combate à terceirização, é a questão desses trabalhadores. Porque se a gente for ficar fazendo filantropia, a gente vai ficar 10 mil anos fazendo e cada vez vamos ter que gastar mais dinheiro, mais vaquinha, enfim.... Mas eu acho que não se chega a lugar nenhum com isso. Então é um problema mesmo. A gente vê que... pensava em uma associação ou sindicato novo. Só que, a gente percebeu que, nos meios que... normais que a gente pensa, tem o problema que iria ser todo mundo demitido, perseguido, os próprios trabalhadores iriam ter dificuldade de se colocar abertamente lá sabendo que iriam ser demitidos. Então o que que hoje a gente pensa... é necessária uma organização clandestina. Então, esse é o único meio que enxergamos para que eles possam continuar lutando dentro da universidade, se organizando. Então existe um elemento aberto, que vai tá fazendo essas ações abertas, mas tem que ter uma ação oculta também. Porque sem isso, vai morrer. Não é uma questão de querer, é uma questão de necessidade.

[interrupção]

V – É... é tudo assim, não tem uma coisa que esteja certa na terceirização. Então isso é uma coisa que a gente enxerga hoje, e que não é uma coisa fácil, não é uma coisa simples, nem que se pode falar abertamente, porque se se fala disso, perde o seu caráter clandestino. Mas é meio que o que a gente viu como a própria resposta na história pra organizações e coisas assim, que é necessário um tipo de espaço em que eles não sejam vistos e coibidos. É preciso organização, porque a resposta não é intransponível. Há sim uma resposta. E a gente tem que ter essas lutas para que todo mundo veja e tem que ter outras lutas. Só que isso eu queria falar um pouco depois, só colocar umas coisas... Aqui a gente colocou alguns exemplos de denúncias que a gente recebeu, não sei, se você quiser ler aqui [mostra a página do facebook em que os trabalhadores realizam denúncias anônimas à FALTT para que esta publique-as]. Tem várias

outras, ó... cada uma uma trabalhadora diferente. E aqui tem um relato gigante, de uma trabalhadora, você deve ter visto num post. A gente acabou postando, com a autorização dela. Essa aqui marcou a gente, na hora que eu vi eu disse: “Nossa, tamo fazendo um negócio que tá certo, tem que continuar isso”. [Leio o post da trabalhadora]. Aí falamos pra ela, ‘pô você deixa a gente mostrar? A galera não sabe disso’. Muita gente não sabia, então não era nem que os estudantes são pelegos e reacionários, tem muito estudante que nem sabia. Não sei como é lá na UFRGS, mas aqui na UFPR tem campi um aqui, outro lá, outro lá.

F – É igual!

V – Diferente da UNICAMP, onde é tudo mais junto, ou das universidades gigantes em que é um campus só, essa pulverização dificulta um tanto a luta e a comunicação. Então... a gente... hoje... daí teve a luta do DSG que você viu, que também foi bem forte.

F – Que vocês ocuparam o DSG?

V – Sim! E aí, nessa altura, a gente percebeu que, além da organização dos trabalhadores, precisava de uma organização no movimento estudantil também. Porque se tinham organizações aqui, tinha... uma organização ali e tal, tinha, sei lá, o PSTU, PSOL, tem PT, tinham os anarquistas, tem o pessoal do Outubro (outros outubro virão), não sei se tem lá no sul também. [...] E a gente percebeu que, além da organização dos trabalhadores precisava de uma organização do movimento estudantil também por causa que algumas organizações do movimento estudantil participavam da FALTT, mas era muito de vez em quando. A FALTT era tocada principalmente por independentes. E daí a gente percebeu, ‘pô tem que ter uma organização dos estudantes’, porque ao mesmo tempo que tinham essas pautas, tinha a questão dos estudantes, e... estudantes que estão se importando em lutar junto com as massas mais profundas do nosso país, que são os trabalhadores terceirizados, mais proletarizadas, mais ‘fudidas’, e que tem muito, não só por uma questão moral, mas por uma questão... é... material mesmo, materialmente falando – mesmo que a gente vá abstrair a moral – se a gente busca um novo mundo, uma superação desses problemas, a gente vê que esses trabalhadores têm um grande potencial por terem essas condições materiais de... não terem nada a perder se não os seus grilhões, os estudantes também têm... um grupo de estudantes que enxerga isso, que se importa com isso, merece também uma organização própria que toque o movimento estudantil. Daí que a gente criou uma organização né, a Alvorada do Povo, que é a organização que mais tocou, até então, a FALTT, que tocou a ocupação no DSG, e que hoje toca várias questões do movimento estudantil. É... só colocando pra situar, né, que acho importante colocar...

F – E daí vocês ocuparam lá só entre estudantes?

V – Com alguns terceirizados junto. Alguns que tinham sido demitidos, já não tinham nada a perder, tavam sem emprego e sem salário. A pauta era a recontração, porque eles foram demitidos sem ter atraso, sem ter falta, sem ter nada de errado. Era perseguição política mesmo, pura e simples. E a gente exigia que a universidade recontraçasse, porque ela tinha esse poder antes. Só que com o novo contrato de terceirização do RU, privatização enfim, a universidade não tinha mais esse poder de recolocar os trabalhadores lá. Então, a gente tinha que negociar puramente com a empresa. A empresa podia só se esquivar, e daí mais uma vez a sacanagem da terceirização. Foi uma ocupação vitoriosa no sentido de que ela divulgou a injustiça da terceirização, a sacanagem, e a luta dos terceirizados e estudantes somados pra muita gente. Por isso ela foi vitoriosa.... Mas o objetivo não conseguimos porque os trabalhadores não foram recontraçados. Então a gente fez uma vaquinha pra compensar os trabalhadores que tinham passado alguns dias lá lutando com a gente, uma semana. E a gente teve a conquista também da portaria, que o companheiro te falava... A gente entende a necessidade da luta política, mas tem também uma luta econômica, jurídica e tudo o mais. Então a gente conseguiu negociar com a reitoria uma portaria, que ele tá tocando mais, né [Heitor], então eu não... essa não é a minha parte, eu sou mais política, sou o cara que pega o megafone e sai. Ele é o cara que manja mais das conversas com a reitoria, das questões jurídicas, etc. E daí essa questão da portaria tá melhorando muito a vida dos trabalhadores, só que (???) por isso, o nosso fim não é conseguir melhorias ali por dentro só, mas é um... ajuda né, é melhor que nada. Ao mesmo tempo a gente vai tocando essas outras coisas e... isso... constitui mais ligação com os trabalhadores também.

F – Essas pequenas vitórias aproximam a FALTT dos trabalhadores?

V – Sim! Os caras veem “eles tão ali conseguindo coisas”, não é impossível. E como conseguiu isso? A partir de uma ocupação. Isso ensina uma lição pro movimento como um todo: estudantil, terceirizado, técnico e tal. A gente ocupou e conseguiu abrir uma portaria de estudantes que sentam com a reitoria e denunciam todos os problemas, os trabalhadores então têm um canal de comunicação, então... a gente consegue documentos da universidade, das empresas, então é uma vitória, porque, apesar da pauta ter sido a recontração dos trabalhadores, a gente consegue mostrar que com a ocupação a gente conquista coisas. Uma lição de que hoje o movimento... talvez mais do que greve, porque hoje a gente tem uma concepção, equivocada, no meu entendimento, de que é necessário fazer uma greve pra então fazer a ocupação. Isso foi uma rara ocupação sem greve. E é possível. Então foi uma lição pro movimento como um todo, foi uma coisa... uma lição grande, na verdade. Maior do que a própria ocupação, é um aprendizado histórico. Eu queria terminar te mostrando um vídeo, se você quiser ver, que é... a gente fez um vídeo sobre a luta dos trabalhadores terceirizados do RU em 2017.

Apêndice 4

Entrevista com Entrevistada 11 (A), representante sindical na ASSUFRGS, realizada em setembro de 2018 em Porto Alegre. Concedida à Fernando Scherer

A – Bom então até nome de pessoas que talvez eu não... que tenha que fazer um exercício de memória e tal, e, há... em último caso, eu posso te dar em outro momento

F – Tranquilo. Queria começar falando um pouco dos casos que tu já me contaste, sobre as dificuldades que surgem nas aproximações que o sindicato busca com os trabalhadores terceirizados.

A – Tá. Eu tenho assim relatos pra te da, ah... de vários episódios ou várias situações assim que aconteceram durante os últimos anos. Poderia te dizer, por exemplo, durante a greve, algumas situações que a gente se depara... há comentários, conversas assim quando a gente se encontra, com um ou outro colega, em uma atividade, então só cruzando mesmo assim. Aqui na Escola de Administração, também... Aqui na EA, por exemplo, a gente tem muitos relatos assim, muitas conversas, de muita coisa que acontece que envolve os terceirizados, mas de pessoas que não se envolvem no sindicato, não se envolvem na ASSUFRGS, não se envolvem nas greves.

F – No caso, técnicos e professores representados pelo sindicato

A – É, técnicos e professores. Esses são os relatos piores, eu acho. Essa é a galera que fala mais... mais besteira, eu acho. Por exemplo... uma questão que não tem tanto a ver com a luta, diretamente, mas tem também, a... aquilo que os técnicos – muito daquilo que os técnicos – reclamam da classe docente – de eles se sentirem superiores a nós, de nós sermos rebaixados – em alguns pontos se repete também com relação aos técnicos em relação aos terceirizados. Os próprios técnicos defendem que os terceirizados são uma classe inferior, em vários sentidos, eu não poderia te dizer um ou outro assim, vários sentidos... e daí piscam o olho, olham pro lado e: “Bah, tu vê como os professores se acham melhores do que nós”. Então tu vê isso acontecer muito assim. Principalmente entre essa galera não se envolve tanto nas lutas. Mas a galera que se envolve nas lutas também tem um pouco disso, bem menos, mas eu diria que é bem mais pontual, assim, e, via de regra, aqueles que se envolvem nas lutas, mas se envolvem não tão profundamente e não tem consciência do que de fato é aquela luta, é aquela greve. E é um pessoal que apoia a greve, participa, vai nas atividades mas também não vai em todas, e as vezes usa a greve pra motivos pessoais, como vingança... se vingar de chefe, por exemplo, outro pra ficar em casa sem fazer nada... E há... então isso tem muito. E com relação a alguns exemplos

que eu falei mas que não ficaram registrados, vou repetir aqui pra que fique.... Por exemplo, assim, a ASSUFRGS ela surgiu, inicialmente lá há uns 40 anos atrás, 50 anos atrás, quando ela surgiu ela era uma associação beneficente. Na época da ditadura militar não podia ter sindicato, então se criou essa associação beneficente que, embora fosse pra questões assim, sei lá... do tipo colônia de férias... questões mais assistenciais, ela sempre teve uma veia de lutas. Ela nunca foi só aquilo, sempre teve... de certa forma aqueles que estavam a frente desse movimento, lá na década de 70, 80, eles comentam que eles queriam lutar, mas inventam isso pra poder... E pra não ficar uma coisa muito fácil do regime militar descobrir, eles criaram realmente coisas beneficentes. E muita gente, ainda hoje, ainda traz isso... essa veia assistencialista, beneficente. O que eu, particularmente, não acho que esteja errado. Eu só acho que é errado tu fazer só isso e não fazer luta, acho que tem que ter luta também. Ah... mas o pessoal que tá muito ligado a isso, primeiro: se associam a ASSUFRGS só pra usar colônia de férias, ou por convênio, ou outra coisa. Tem muita gente que faz isso, muita gente, pra falar a verdade. Mas esse pessoal que não tem tanto essa visão de que o sindicato serve pra luta, mas serve pra essas coisas, esse pessoal faz comentários do tipo: “bah pessoal, se a gente for integrar a galera – e não é nem terceirizado, era a galera do IFRS, que hoje já estão integrados, mas que à época houve essa discussão se seriam integrados ou não... ou de outros IFs, ou de pessoal que não é da UFRGS – vocês não se dão conta, mas se a gente for integrar, a gente não vai poder mais usar a colônia de férias que vai estar cheia dessa galera aí que nunca contribuiu em mensalidade e tudo pra construir. A gente construiu essa história e vem o pessoal agora pra usufruir disso. O mesmo comentário em relação aos terceirizados... já houve. Outra coisa, de opinião assim, que já foi comentada - aí eu acho que tem que ser mais respeitado – é... que os terceirizados têm um regime de trabalho diferente, contratação diferente. A precariedade do vínculo deles é bem diferente. E... então, por exemplo, a ASSUFRGS fazendo uma greve, eles não vão poder ficar junto conosco durante 90, 100 dias de greve. Se eles fazem isso, no segundo dia, são demitidos todos. Foi o caso das manifestações que já tiveram, inclusive com o apoio de alguns colegas nossos da ASSUFRGS. Então, até visando proteger eles, em certo sentido, tu não pode simplesmente associar essa galera no sindicato, sindicalizar essa galera, e tratar eles de igual pra igual com os servidores. Então têm várias questões aí que tem que ser...

F – Por que eles não gozam das mesmas garantias pra poderem lutar?

A – É... É um vínculo completamente diferente e que nós não... a forma como o movimento dentro da ASSUFRGS, dentro da categoria se desenvolve, não pode ser a mesma pra eles. Porque se eles... eles vão pagar um preço alto e, enfim, vai ser complicado. Por mais que a gente tenha escritório de advocacia, tenha todo um aparato ali, pra dar apoio pra eles, eles não

têm estabilidade, eles não têm várias coisas que, ao final, farão com que eles acabem sendo prejudicados. Deixa eu ver o que mais que vejo pra comentar [...] A questão de comentários assim, com relação à participação deles. No último congresso da FASUBRA, que é a Federação dos Sindicatos das Universidades Públicas e Institutos Federais e tal, que foi em março ou abril desse ano, se não me engano, foi pela primeira vez oficializado que terceirizados, de... não lembro qual universidade, já estavam associados ao sindicato, e que pela primeira vez a FASUBRA, como entidade federal, iria passar a admitir que essa galera fosse sindicalizada e gozasse, pelo menos, dos benefícios de ser sindicalizado, como por exemplo, questão jurídica do escritório de advocacia... Então não seria aquela coisa: “agora tu faz parte da FASUBRA, tu vai ter que fazer greve, vai ter que fazer, porque né...”. Mas é mais no sentido de garantir o suporte que a FASUBRA dá pra eles também.

F – Mas seria uma modalidade diferente de associação

A – É... isso não ficou muito claro, assim. Só ficou que isso vai ser permitido [a associação de terceirizados], e que o discurso deles foi muito assim: “que a gente vêm pra somar, a gente vem pra...” - que na prática são trabalhadores da universidade, né, como todo mundo aqui. Então não ficou definido bem o que é, ia ser uma associação normal, como qualquer outra... Só que a gente sabe que eles não iam poder ter a mesma militância, as mesmas práticas que a gente têm, porque eles têm uma situação desfavorável, né. Por outro lado, eles vão, obviamente, poder gozar do suporte que a FASULBRA vai dar. Então eu acho, eu achei bem importante, bem... uma coisa assim boa essa relação que teve. Aqui na UFRGS já, tem algumas pessoas que se envolvem com isso há mais tempo, dando suporte pra galera terceirizada. Por exemplo assim, nos últimos 5, 6 anos, que começou a aumentar o número de terceirizados, eles começaram a ser... ficou mais difícil de tu não notar eles né.... Eu já vi várias atividades, que talvez nem estejam registrados nos estudos que tu fez, eu vi vários atos assim, lá no campus do vale e aqui também, mas atos que não tiveram grande repercussão. Tu via o pessoal se mobilizando, se movimentando, as vezes fazem lá uma gritaria na frente do RU e vão embora. Paralisam as atividades por alguns minutos ou hora, e depois acaba. Então é uma coisa bem assim... Que talvez a chefia, os responsáveis, nem fiquem sabendo – e até por isso talvez que se consiga fazer. Então se percebe que é uma coisa muito desorganizada, em certo sentido, muito amadora, no improvisado... junta um, junta outro aqui e ali e, muitas vezes, a gente nem fica sabendo. Só sabe depois que os caras tão fazendo alguma coisa lá. Então o que a gente faz, a ASSUFRGS, como tem uma estrutura boa até, tem carro de som, tem sede, tem aparelhagem de som toda, tem material de cartaz, de faixa, tem dinheiro pra contratar a serigrafia, tem um latão lá de churrasco que a gente empresta pra galera. Porque tem muito ato que é salchipão com ato. Então

tu coloca lá um microfone, cartazes, deixa a galera falando e faz um salsichão com pão ali e distribuí pra galera. Eu lembro que lá no vale tiveram atos assim, porque estava sem RU, deu problema no RU que estourou uma caldeira, se não me engano... Aí juntava os terceirizados que, naquela época dependiam do RU – hoje eles nem tem mais direito ao RU – e eu lembro que a gente fez lá salsichão pros terceirizados. Aí a gente fez lá, e a galera terceirizada que era quem mais sofria, né, iam lá comer conosco. Alguns alunos também, que não tinham condições de pagar por um almoço no vale. Esse episódio foi... foi mais um dia, claro, mas eu lembro que rolou porque o RU estava fechado no vale. Isso faz muito tempo já, quando eu trabalhava na química. Faz 5 anos ou mais. Outros atos... por exemplo, a Berna que é coordenadora da ASSUFRGS e tá até concorrendo a Deputada Federal, a Berna é uma que sempre esteve relacionada à questão dos terceirizados. O Rui Muniz também, bem envolvido com essa questão. E eu vou te dizer assim, que o pessoal da coordenação e quem já foi coordenação da ASSUFRGS, em algum momento, com certeza, se envolveu com a luta dos terceirizados. Eu posso te passar a listinha depois, mas acho que se tu pegasse 3, 4 nomes, é um pessoal que se envolve mais e eles poderiam te apontar quem se envolve junto. Tem o Sílvio Correa, também. O pessoal mais antigo que sei que já teve envolvimento com a questão. A ASSUFRGS ajuda muito dando suporte material também... Carro de som a gente, toda hora que pedem, emprestamos carro de som. Eles vão lá, fazem o ato, a gente faz falas também em apoio e tal. O pessoal do ANDES também sempre tem representação nesses espaços. Então, nosso movimento vai muito nesse sentido. Suporte jurídico também. Estudantes, casos com estudantes também... O estudante ou terceirizado tá precisando de ajuda, a gente conversa entre a gente: "podemos autorizar o fulano pra ajudar! Sim, podemos". Às vezes dá umas intrigas, tem um que outro que fala: "ah mas esse cara aí é da tua corrente política, tu tá querendo não sei o que", as vezes dá umas coisinhas. Só que a realidade do sindicato é muito isso, é muita disputa entre as correntes, é muita... as vezes umas mesquinhas assim, o sindicato é muito disso, então, com relação aos terceirizados, isso apenas se repete... o que a gente vê, em geral assim.

F – Sobre essa questão dos professores e técnicos, técnicos e terceirizados. Como isso apareceu nas ocupações e nas greves

A – Na época das ocupas tiveram várias frentes. Os técnicos e os docentes fizera greve, a greve foi em apoio às ocupações. Veio assim nas costas das ocupações, considerando que os estudantes eram os protagonistas da luta e que nós como técnicos não poderíamos ficar parados com aquilo, então decidimos pela greve. O que não quer dizer que a pauta da PEC do fim do mundo também não era um importante motivo. Mas o que mais mobilizou foi a ação do

movimento estudantil. Aí, quem ocupou foram os estudantes. Técnicos não ocuparam. Prestaram apoio e... por exemplo, eu que sou técnico e na época era estudante também, participei da ocupação e me envolvi na greve em outras atividades. No primeiro comando de greve, foi decidido que o foco seria prestar apoio aos estudantes. E esse apoio se manifestava de uma maneira bem física mesmo. Que era estar na frente dos portões e evitar que a galera do MBL e não sei o que mais viesse invadir. Aqui na EA então o que aconteceu: toda vez que eu sabia que teria alguma atividade, ou uma aula, que poderia ter alguma função, eu mandava uma mensagem pra galera... “ó galera, tamo precisando de gente aqui, tá vindo um, tá vindo outro”. Então eu fiz o meio de campo assim dos estudantes com os técnicos da ASSUFRGS. E aconteceu, aqui na EA o pessoal foi ali pra frente pra segurar o pessoal daquele bloco mais... [...] Enfim, então aí nesse sentido o que os técnicos fizeram... eles não tiveram tanto contato com os terceirizados como os alunos tiveram durante as ocupações. Então eu percebi uma grande aliança ali. Mas os técnicos não se envolveram tanto com essa questão. E eu como eu sou um caso particular, específico, que sou estudante também – e assim como eu, têm vários técnicos que são também estudantes – mas aí eu acho que é uma questão que não sei se pode ser considerada dos técnicos, né. Mas, de qualquer forma, aquilo que os estudantes passaram aqui, os técnicos também - que não estavam aqui dentro, mas estavam fora ou em outras unidades - tinham a mesma ideia de fazer, que é incorporar as pautas dos terceirizados. Na verdade, nós da ASSUFRGS, e quem tá envolvido no sindicato, sempre tenta fazer isso. Sempre tenta incorporar as pautas dos terceirizados, mas é uma coisa mais sutil assim. Não tem a mesma força que tiveram as ocupações. E porque é sutil!!! Eu acredito que isso seja porque a gente sequer dá conta das nossas pautas, sequer consegue pacificar uma pauta completa, que sempre dá briga, muita confusão. Então, sempre que dá, a gente tenta incorporar a pauta dos terceirizados, mas isso fica em segundo plano, por assim dizer.

F – E enfrenta alguma oposição por parte dos técnicos esse tipo de tentativa!!!

A – Sim, enfrenta. Mas é uma posição que geralmente não sai vencedora. Sempre tem uma pessoa ou outra que vai pegar e vai dizer assim, de forma meio mesquinha: “olha, o sindicato serve pra luta salarial, serve pra melhorar as condições da categoria, os outros que façam a luta deles”. Isso existe, mas vou te dizer que é pouco, bem pouco. É uma voz entre centenas. Logo em seguida vem alguém e dá no meio, assim, acaba com o cara. Então isso existe, mas é como eu digo, geralmente é o pessoal que não tá tão politizado, não tá envolvido na luta, que vem de fora e reproduz um senso comum, sem entender muito a luta, sem ter muito consciência de classe e geralmente depois do debate, explicando as coisas, geralmente a pessoa acaba... em 50% dos casos ela acaba entendendo, em 50% ela fica contrariada e o que acontece... nunca

mais participa do sindicato. Então isso é um problema do sindicato também, que quando uma pessoa que não é tão politizada e vai participar, fala uma bobagem dessas e toma no meio, ela nunca mais volta pro sindicato. Então esse é outro problema também, tu não consegue explicar pra ela e ela não entende, enfim, e um problema. Mas eu diria que isso é pequeno. Não chega a representar assim, uma posição do sindicato, longe disso. É uma visão pessoal mais despolitizada, mas se eu disser que não vai ter nenhuma pessoa politizada que fala isso, eu vou estar mentindo também. Só ressalva porque tá longe de ser uma posição majoritária no sindicato.

[...]

A – Assim, como funciona o meio sindical. O sindicato tem várias organizações. As organizações são feitas de trabalhadores e tal, que vão se organizando, vão se ativando, constroem aquela militância, uma carreira de militância por anos e décadas, enfim. A ASSUFRGS, por exemplo, tem um contato legal com algumas outras entidades, o CPERS, etc., porque conhece os militantes daquela organização, conhece os dessa outra. Então isso facilita muito a aproximação. Mas assim, é fundamental esse contato, fundamental. Então a o Fernando trabalha não sei aonde, dali a pouco o Rodrigo trabalha lá no hospital, eu chamo “ô Rodrigo, vamos fazer um ato em conjunto e tal”. Então isso fortalece muito. Nos terceirizados é diferente. Porque tem muita rotatividade, então a galera que estava lutando há dois anos hoje está em outro lugar do mundo, outra cidade, outro trabalho. Então isso dificulta bastante também. Às vezes se constrói uma luta conjunta com a galera e daqui a pouco essa galera não está mais lá. E, pior ainda, tem muito mais chance de ser demitido quem se envolve. Então tu imagina a dificuldade que é. A renovação é quase que completa o tempo todo, enquanto que pra nós, se tu for pegar nos últimos 20 anos ali, quem tá mais envolvido, quem é cabeça do sindicato... tem uma renovação que é importante, mas também tem muita continuidade. Tem galera que tá na coordenação, depois perde as eleições e fica na retaguarda ali, depois ganha de novo. Então vai se revezando, mas tem uma massa, um grupo de militantes de 50, 100 pessoas que está sempre ali envolvido. Que se conhece, conhece outras galeras, então tu já cria uma relação mais forte. Por exemplo, a maioria dos militantes hoje, se tu for pegar e perguntar pra eles “quem são os teus 20 melhores amigos de Porto Alegre”, mais ou menos uns 15 vão ser pessoas dos sindicatos. Então tu vê que é mais que só militância, é uma relação que ultrapassa e vira relação de vida, de amizade, de outras coisas. Mas isso começa no sindicato e depois se constrói pra além do sindicato. E esses laços com os terceirizados é muito mais difícil de se realizar.

F – Então tu vê o sindicato tendo que renovar esse primeiro contato com os terceirizados a todo momento, sem conseguir avançar.

A – Exatamente. É uma pauta que tá sempre permeando ali, sempre sendo discutida, que tem que melhorar, tem que avançar nisso. Mas o discurso é muito empolgante, porém na prática isso é muito complicado de se realizar. Então é uma intenção, mas não é uma realidade. É uma coisa que a gente almeja. Tem um projeto de construir isso, mas falta perna, falta contato, faltam várias coisas que fazem com que acabe não se confirmando essas intenções.